

L aços –

Revista da Associação de Estudos da
Linguagem do Estado do Rio de Janeiro

2000

Laços – Revista da Assel-Rio. Número 1, volume 1, janeiro-dezembro de 2000.

1. Estudos Lingüísticos e Literários – Periódicos. 2. Lingüística – Periódicos. 3. Literatura – Periódicos.

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Faculdade de Letras - Rio de Janeiro
Brasil

Org.:
Carlos Alexandre GONÇALVES
Maria Eugênia DUARTE
Maria Lúcia LEITÃO de ALMEIDA

Índice:

EDITORIAL

A Assel-Rio e os estudos da linguagem no Estado do Rio de Janeiro 04
Carlos Alexandre GONÇALVES
Maria Eugênia DUARTE
Maria Lúcia LEITÃO de ALMEIDA

CONEXÕES

Tomadas de turno e marcadores e polidez 15
Alzira V.Tavares de MACEDO
Vasti RODRIGUES e SILVA
Gláucia FERREIRA

Em busca de um diálogo com professores de I e II graus 39
Jânia RAMOS

PRODUÇÕES

De camaleão a tiranossaurus rex - o sociolinguísta como predador 49
Emilio Gozze PAGOTTO

A existência/inexistência de sujeitos oracionais 63

Mary A. KATO

Carlos MIOTO

Palavras interrogativas em Karajá 93

Marcus MAIA

A distribuição do objeto incorporado no discurso narrativo do português 113

Maria Elizabeth Fonseca SARAIVA

Processos de gramaticalização envolvendo cláusulas finais 133

Mário Eduardo MARTELOTTA

A noite mudou de perfume: um passeio pela retórica da imagem155

Márcia Atália PIETROLUONGO

Processos da “metaficção historiográfica” em *Dona Leonor Teles* 169

Kátia Vitória SANTOS

Figurações do leitor em Raduan Nassar & Sérgio Sant’anna 190

Véra Lúcia Ramos de AZEVEDO

A Assel-Rio e os estudos
da linguagem no Estado
do Rio de Janeiro

Carlos Alexandre GONÇALVES
Maria Eugênia DUARTE
Maria Lúcia LEITÃO de ALMEIDA
*Universidade Federal do Rio de Janeiro/
Assel-Rio – gestão 1998-1999*

Abstract: This text delinrats the profile of Assel-Rio – Associação de Estudos da Linguagem do Estado do Rio de Janeiro – and presents a brief view of (i) its basic purposes and (ii) the tracks followed so far in order that it became a representative forum for discussions regardind language in Rio de Janeiro.

Key Words: Language; Scientific Associations; Assel-Rio; Laços.

1. Caracterizando a Assel-Rio

Fundada em junho de 1991, a Assel-Rio – Associação de Estudos da Linguagem do Estado do Rio de Janeiro –, sociedade civil sem fins lucrativos registrada sob o C.G.C. nº 86.804.392/0001-21, destina-se a congregar especialistas da área e estudantes, com o objetivo maior de *promover, desenvolver e divulgar os estudos da linguagem no Estado do Rio de Janeiro* (cf. “Estatuto”, p. 1).

Já tendo transitado por quatro Instituições de Ensino Superior (PUC-Rio, Setor de Linguística da UFRJ, UFF e Museu Nacional)¹, a Assel-Rio, no biênio 1998-1999, esteve sediada no Departamento de Letras Vernáculas da UFRJ (Faculdade de Letras, sala F-227, 2^o andar) e a constituição da Diretoria e do Conselho foi a seguinte²:

(a) Diretoria:

Presidente:	Maria Lúcia Leitão de Almeida (UFRJ)
Vice-Presidente:	Carlos Alexandre V. Gonçalves (UFRJ)
1 ^a Secretária:	Valéria C. Chiavegatto (UERJ/UGF)
2 ^a Secretária:	Vanda Cardoso de Menezes (UFF)
1 ^a Tesoureira:	Leonor Werneck dos Santos (UFRJ)
2 ^a Tesoureira:	Sandra P. Bernardo (PUC-Rio/UERJ)

(b) Conselho:

Eliana Yunes (PUC-Rio/UERJ)
Horácio Rolim de Freitas (UERJ/USU)
Maria Eugênia L. Duarte (UFRJ)
Maria Teresa Gonçalves Pereira (UERJ)
Marília Facó Soares (Museu Nacional)

De acordo com os princípios existentes no seu Estatuto, a Assel-Rio endossa as seguintes linhas mestras:

- (a) manter o intercâmbio entre especialistas e estudantes de áreas voltadas aos estudos da linguagem, promovendo

¹ Por força de seu Estatuto, a Assel-Rio terá sede no Estado do Rio de Janeiro, em uma Universidade à qual esteja vinculado pelo menos um dos membros titulares da Diretoria (p. 1).

² Os membros da Diretoria e do Conselho, eleitos pelos sócios efetivos da Entidade, têm mandato de dois anos. Em novembro de 1999, tomou posse a gestão 2000-2001, encabeçada pela Profa. Dra. Maria Carmelita Pádua Dias (PUC-Rio).

Encontros anuais, que, além de contarem com número cada vez mais expressivo de participantes, já se tornaram tradicionais no meio acadêmico;

- (b) publicar regularmente os Anais desses mesmos Congressos, que constituem, no momento, o principal veículo de divulgação das pesquisas em linguagem produzidas no Estado do Rio de Janeiro; e
- (c) expandir seu âmbito de atuação tanto do ponto-de-vista quantitativo (aumentando o número de associados, já em torno de 1.200), quanto qualitativo, como, por exemplo, (i) aperfeiçoando os meios de divulgação das pesquisas no Estado do Rio de Janeiro e (ii) implementando comunicação eletrônica.

Até 1999, na tentativa de atingir o objetivo básico de *promover, desenvolver e divulgar os estudos da linguagem no Estado do Rio de Janeiro* (cf. “Estatuto”, p. 1), a Assel-Rio vem organizando reuniões científicas e publicando em Anais trabalhos a ela encaminhados. Desde 1991, já foram realizados 9 (nove) Congressos e editados 7 (sete) Anais, o que representa esforço de consolidar a Associação como fórum representativo de discussão e debate da produção acadêmica e pedagógica na área.

Nos últimos anos, a Assel-Rio vem abrindo espaço para outras atividades que não só difundem o conhecimento em linguagem no nosso Estado, como também contribuem ainda mais para a formação dos profissionais ligados à área. Trata-se do Instituto de Estudos da Linguagem (IEL), que, desde 1996, vem reunindo Minicursos de caráter intensivo, ministrados por reconhecidos especialistas.

Reforçando o propósito de promover *o intercâmbio entre especialistas e estudantes de área voltadas aos estudos da linguagem* (cf. “Estatuto”, p. 2), a Assel-Rio já organizou três Institutos de Estudos da Linguagem, oferecendo aos associados

mais de 30 (trinta) Minicursos com equivalência a um crédito acadêmico.

Dentre as atividades do IEL, destaca-se o Minicurso “Semântica das Construções Gramaticais”, ministrado pela Profa. Ewe Sweetser (Univ. de Berkeley, Califórnia) na PUC-Rio em março de 1998. Com serviço de tradução simultânea, o evento congregou mais de 150 (cento e cinquenta) participantes, entre docentes de várias instituições de ensino superior, estudantes de pós-graduação, professores de nível médio e alunos de graduação.

Os últimos Institutos de Estudos da Linguagem vêm oferecendo dois tipos de Minicursos:

- (a) os que envolvem pesquisa de ponta e/ou temas de vanguarda, tendo como público-alvo preferencialmente alunos de pós-graduação e professores de nível superior; e
- (b) os que, destinados a alunos de graduação e a professores de nível médio, buscam fazer uma “ponte” entre pesquisa teórica e prática pedagógica, visando à formação e à atualização dos profissionais da área.

Quando fundada em 1991, a Assel-Rio congregou, em sua grande maioria, profissionais de Letras (Linguística, Línguas e Literaturas). Desde 1996, nossa Associação vem abrindo espaço para outras áreas, através de Mesas-Redondas e de Conferências, com especialistas em Comunicação Social, Educação, Sociologia, Fonoaudiologia e Psicologia, entre outros. Entendemos que a Assel-Rio já se tornou fórum significativo de intercâmbio entre pesquisadores que utilizam a linguagem como fim ou como instrumento. Por isso, nossa Associação é hoje espaço relevante para discussões de caráter interinstitucional e interdisciplinar.

2. A Revista *Laços*

A Revista que ora apresentamos é fruto do fortalecimento da Assel-Rio em nosso Estado. Com *Laços*, inaugura-se nova etapa nas publicações em linguagem no âmbito da Associação. Trata-se de uma Revista de periodicidade anual que acolhe trabalhos não somente de colaboradores do Estado do Rio de Janeiro como de outras localidades.

O caráter coletivo de *Laços* garante a diversidade de perspectivas teóricas sobre linguagem. Com *Laços*, unem-se os elos de diversas áreas que utilizam a linguagem como instrumento ou como fim. As seções de que se compõe o Periódico são as seguintes:

- (1) “Editorial”, espaço aberto para informes gerais da Associação, bem como para reflexões sobre ensino e pesquisa;
- (2) “Conexões”, abrangendo artigos e/ou ensaios “encomendados” que versem (i) sobre relações de interface entre áreas afins que lidem com linguagem ou (ii) sobre questões polêmicas de maior âmbito interdisciplinar; e
- (3) “Produções”, seção em que trabalhos são a nós encaminhados e submetidos à posterior avaliação dos pareceristas.

Neste primeiro número, o “Editorial” relata a trajetória histórica da Assel-Rio. Três artigos compõem a seção “Conexões”, que, neste volume, dedica-se a situações de interface da pesquisa sociolinguística. No primeiro – homenageando a saudosa Profa Alzira Macedo, cujo dedicado trabalho frente à Assel-Rio muito contribuiu para o crescimento de nossa Associação – usa-se a metodologia variacionista ortodoxa para examinar o comportamento de itens lexicais fixados na posição de início de turnos. O segundo artigo, assinado por Jânia Ramos, aborda problemas no ensino de língua materna, argumentando em favor

da necessidade de contribuições mais diretas por parte da Universidade brasileira. Por fim, no artigo “De camaleão a *tiranossaurus rex*: o sociolinguísta como predador”, Emílio Pagotto discute a interação entre a Sociolinguística Laboviana e modelos formais.

Sete artigos compõem a última parte da Revista – “Produções”. O primeiro, de Mary Kato & Carlos Mioto, discute a existência ou não de sujeitos oracionais em português, à luz do modelo gerativo. No artigo de Marcus Maia, apresenta-se uma proposta de análise sintática integrada para as palavras interrogativas em Karajá, uma língua indígena brasileira. O texto de Maria Elizabeth Saraiva descreve o objeto incorporado em português, examinando sua distribuição nos planos discursivos Figura e Fundo.

O quarto artigo de “Produções” é assinado por Mário Eduardo Martelotta, que analisa os usos de cláusulas adverbiais finais, desde os mais prototípicos aos mais gramaticalizados, observando os graus de vinculação que os caracterizam. Márcia Átalla Pietroluongo é a autora do artigo “A noite mudou de perfume: um passeio pela retórica da imagem”, que investiga os procedimentos retóricos da publicidade do perfume *Sinan*, veiculada na revista *Marie Claire*.

Os dois últimos artigos de “Produções” são dedicados à área de Literatura. O primeiro, de Kátia Vitória Santos, estuda o romance *Dona Leonor Teles*, de Heloísa Maranhão, verificando seu posicionamento dentro do Pós-Modernismo brasileiro, através dos mecanismos que o configuram como “metaficção historiográfica”. Por fim, Véra Lúcia Azevedo acompanha o modo pelo qual as obras de R. Nassar e S. Sant’Anna delineiam o papel do leitor na estratégia da narrativa.

Ao abrir mais esta página na história da Assel-Rio, aproveitamos a oportunidade para agradecer não só aos articulistas que contribuíram para que este primeiro volume fosse publicado, como também aos membros do Conselho Editorial. Esperamos que ao ligar esses *laços*, tenhamos aberto mais uma porta para outros

articulistas que desejem veicular os resultados de sua pesquisa sob enfoques os mais diversos.

3. Gestões da Assel-Rio

Como ressaltamos no início da seção 2, a Revista *Laços* é fruto do fortalecimento da Assel-Rio no Estado do Rio de Janeiro. Por esse motivo, queremos homenagear, neste primeiro volume, todas as Diretorias e Conselhos da Associação. Seus esforços permitiram que a Assel-Rio progressivamente se consolidasse como Instituição representativa das pesquisas em linguagem em nosso Estado.

Idealizado pela Profa Maria Cecília Mollica (UFRJ), o projeto de criação da Assel-Rio foi efetivamente implementado pelos membros da equipe fundadora, também responsável pela organização do I Congresso, realizado na PUC-Rio em novembro de 1991. A Comissão Nuclear foi assim constituída:

Presidente: Lilian Marv de Sá Campos (PUC-Rio)
Assessores: Maria Cecília Mollica (UFRJ)
Yürgen Heye (UFRJ/PUC-Rio)

Sócios Fundadores:
Eulália Fernandes (UERJ)
Júlia Lopes Pereira (PUC-Rio)
Lucinda Ferreira-Brito (UFRJ)
Margarida Basílio (PUC-Rio)
Maria Luíza Braga (UFRJ)
Mônica Savedra (UERJ)
Sebastião Vôtre (UFF)

A primeira Diretoria da Assel-Rio foi eleita em Assembléia Geral de 16 de novembro de 1991. Teve como

presidente a Prof^a Alzira Tavares de Macedo (UFRJ), que nos deixou em janeiro de 1999. No biênio 1992-1993, a Assel-Rio ficou sediada no Departamento de Linguística da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), tendo a seguinte constituição:

Diretoria:

Presidente: Alzira Tavares de Macedo (UFRJ)
Vice-Presidente: Léa Gamarsky (UFF)
1^o Secretário: Humberto Peixoto de Menezes (UFRJ)
2^o Secretário: Miguel Barbosa do Rosário (UFRJ)
1^a Tesoureira: Márcia do Amaral Martins (PUC-Rio)
2^a Tesoureira: Consuelo Alfaro Lagório (UFRJ)

Conselho:

Lilian Mary de Sá Campos (PUC-Rio)
Lucinda Ferreira-Brito (UFRJ)
Luiz Paulo da Moita Lopes (UFRJ)
Margarida Basílio (PUC-Rio)
Maria Cecília Mollica (UFRJ)

Nos anos seguintes (1994-1995), a Assel-Rio, presidida pela Profa Claudia Roncarati, teve como sede o Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Universidade Federal Fluminense (UFF), apresentando a seguinte composição:

Diretoria:

Presidente: Cláudia Roncarati (UFF)
Vice-Presidente: Glória Fialho Pondé (UFF)
1^a Secretária: Bethânia Mariani (UFF)
2^o Secretário: Ricardo Cavaliere (UFF)
1^o Tesoureiro: Carlos Alexandre Gonçalves (UFRJ)
2^a Tesoureira: Sílvia Costa Damasceno (UFF)

Conselho:

Alzira Tavares de Macedo (UFRJ)
Eneida Bonfim (PUC-Rio)
Lilian Mary de Sá Campos (PUC-Rio)

Luiz Fernando M. de Carvalho (UFF)
Maria Ângela Botelho Pereira (UFRJ)

A gestão seguinte (1996-1997) foi presidida pela Profa Marília Facó Soares e a Assel-Rio teve como sede o Setor de Linguística do Museu Nacional. Os membros da Diretoria e do Conselho foram os seguintes:

Diretoria:

Presidente:	Marília Facó Soares (Museu Nacional)
Vice-Presidente:	Júlio Diniz (PUC-Rio)
1ª Secretária:	Márcia D. Vieira (Museu Nacional)
2ª Secretária:	Maria Eliana Alves de Brito (UFF)
1ª Tesoureira:	Tânia Clemente de Souza (UFF)
2ª Tesoureira:	Vanise Gomes de Medeiros (PUC-Rio)

Conselho:

Cláudia Roncarati (UFF)
Maria Carlota Rosa (UFRJ)
Mônica Savedra (UERJ)
Roberto Corrêa dos Santos (UFRJ)
Violeta Quental (PUC-Rio)

Nesses oito anos de existência, a Assel-Rio cresceu e se consolidou. Abrindo espaço para jovens pesquisadores, professores de nível médio e fundamental, pesquisadores e profissionais em linguagem, a Assel-Rio hoje contempla os espaços que abriu e os horizontes que se lhe abrem.

Referências Bibliográficas

ASSOCIAÇÃO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (1991). *Estatutos; Disposições Gerais*. Rio de Janeiro: Reg. sob o número 440947 do Protocolo do Livro 39 do Registro Civil das Pessoas Jurídicas, p. mimeo.

CONEXÕES

TOMADAS DE TURNO E
MARCADORES E POLIDEZ

Alzira V.Tavares de MACEDO

Vasti RODRIGUES e SILVA

Gláucia FERREIRA

Universidade Federal do Rio de Janeiro

Abstract: The use of discourse markers as turn takers is evidently related to questions of politeness. In this paper, we quantify more than 7000 turns of interviews, and we show the correlation between the presence of those items and the higher cost of certain discourse contexts, such as: complexity of topic, change of topic, argumentative disposition of the interviewee, etc.. The orthodox variationist methodology could be used to discourse as long as we decided to examine only the items at the fixed position in the beginning of the turn.

Key words: Discourse Markers; Universality; Politeness; Turns of interviews.

1. Introdução

Tomar o turno exige esforço, pois os falantes precisam, primeiramente, pegar a palavra; depois, mantê-la, sem perder a coesão de seu próprio discurso, a atenção dos interlocutores e a harmonia na interação. Tantos cuidados acabam por refletir-se na estrutura lingüística, com o emprego de marcas atenuadoras ou de polidez, entre outras coisas.

Os chamados marcadores conversacionais na posição de início de turno podem ser explicados pelas teorias de polidez, segundo Brown & Levinson (1978), com muita sistematicidade, indicando, mais uma vez, a universalidade dessa proposta.

Sabemos que cada cultura vai privilegiar determinadas avaliações para diferentes situações, com usos de diferentes estratégias. Tomamos como base as perguntas e respostas de entrevistas do tipo laboviano da Amostra Censo da Variação Lingüística no Rio de Janeiro, mas estamos certas de que resultados desse tipo interessam em especial ao ensino de línguas estrangeiras.

Consideramos como marcadores conversacionais as formas proveniente de diversas categorias gramaticais como advérbios ('bem', 'agora', 'assim', 'aí'), interjeições ('ah', 'oh', 'pô', 'poxa', 'ai meu Deus'), conjunções ('mas', 'então', 'aí' e 'porque'), orações ('eu acho', 'acho que sim', 'acho que não', 'quer dizer') que são usadas discursivamente, fora das funções previstas nas gramáticas tradicionais, perdendo muitas vezes o seu conteúdo semântico (Veja-se Schiffrin, 1986; Marcuschi, 1986; Castilho, 1983; Roulet et alii, 1985; Silva & Macedo, 1989 e 1992; Vincent, 1993).

As teorias de polidez prevêm que as situações mais "custosas", nas quais a interação se torne mais delicada, tendem a utilizar estratégias de polidez (Brown & Levinson, 1982 e 1987; Tannen, 1985; Macedo & Brito, 1985; Rosa, 1992).

As partículas ou expressões iniciadoras de turno, ilustradas nos exemplos de (01) a (16) abaixo, em *itálico*, exemplificam o que estamos estudando. Elas constituem material fônico "extra" e parecem servir mais para ligar trechos do discurso e manter a coesão do que, propriamente, para introduzir conteúdo informativo. Por isso, defendemos que sua principal função é a de quebrar a assertividade da resposta. Ora, como tais marcas são usadas justamente nos ambientes mais custosos na interação, confirmam-se as hipóteses das teorias de polidez.

Este tipo de trabalho pode ser considerado como funciona-lista, utilizando aqui um sentido de “funcional” como “função-propósito” (Nichols, 1984), pois estamos dizendo que o emprego de uma “categoria” de itens – os marcadores conversacionais – pode ser explicado como decorrente de motivações discursivo-interacionais. Além disso, este trabalho defende que toda uma série de “categorias” se “gramaticaliza”, no sentido amplo de “passar para a gramática”, devido a forças do discurso. Entre essas forças, é interessante ressaltar a pressão da polidez, nem sempre enfatizada por esses teóricos, mas que, a nosso ver, constitui uma grande motivação interacional provocadora de gramaticalizações.

O interesse pela questão foi primeiramente descritivo, apresentado em Silva & Macedo, 1992 e Macedo, 1994. Ao fixar a posição de início de turno, observamos a presença de alguma marca *versus* a ausência de marcas e a situação da tomada de turno e de sua relação com as estruturas das perguntas e respostas. A pergunta agora é: será que as forças que regem as perguntas dos entrevistadores são semelhantes às que atuam nas respostas dos entrevistados?

O desenrolar da pesquisa focalizará, futuramente, dois prismas: um metodológico, que permitirá aperfeiçoar maneiras de estudar a variação dos itens, e outro, histórico, que enfocará a flutuação desses itens nos processos de gramaticalização *stricto sensu* (Hopper & Traugott, 1983). Exaltaremos as questões da polidez, que gostaríamos que ganhassem mais espaço na teoria. Vejamos abaixo alguns exemplos de turnos com iniciadores¹ em perguntas e respostas sublinhados em itálico:

- (01) E: *E* quando tiver água você acha que vai melhorar?
F: *Aí* melhora demais, porque a gente com água dentro de casa é outra coisa.
(060278)

¹ A lista de tipos de iniciadores foi feita com base em 4464 dados.

- (02) E: *Vem cá*, se você fosse presidente da república, imagina o que você ia fazer para este povo.
F: *Ai meu Deus*. Espera aí, meu Deus. Nem pensava. Ia nessas favelas mais ruinzinhas que têm e ajudava o pessoal. (061052)
- (03) E: *Mas* então, ela terminou com o Gil?
F: *Acho que* terminou sim. E ele ficou muito chateado. (101702).
- (04) E: *E* você vota ?
F: *Ah*, voto! Na maior alegria, na maior empolgação. (441077)
- (05) E: *Mas* foi bom ter dez crianças em casa?
F: *Bom*, era não é? Por que eu sempre gostei muito. (180613)
- (06) E: *Mas* esses seus amigos que o senhor disse que também estão entrando para ser vereador agora, não é? O senhor acha então que eles, por exemplo, são honestos, assim?
F: *Ih*, isso é uma mentira. Não existe honesto nessa terra. (180613)
- (07) E: *Mas* o senhor está falando em equipe não é?
F: *Pois é*. Não, mas ainda não. (180613)
- (08) E: Tem que alertar ?
F: *Tem que alertar*. Agora minha mãe já é diferente, não é?
(180613)
- (09) E: Sobre moda, você se interessa?
F: *Oh*, moda! Eu gosto. Eu faço minha moda, tudo que estiver usando, eu faço o possível para ter. (231437)
- (10) E: Família mesmo, não é?
F: *Então*, eu, como fui sempre criado com família, nesse ambiente de família, nesse negócio... (311472)

- (11) F:....mulher também não tem nada que ficar prendendo homem (...). Não tem nada que prender. Sabe se ele vai atrás de mulher para apanhar um dinheiro com outra mulher para trazer para dentro de casa? Também não sabe, não e?
E: *Pois é.*
F: *Então*, o homem tem que estar sempre na rua. É procurando, fazendo um biscate, isso, aquilo outro (...).
(180613)
- (12) E: *Ah*, sempre trabalhou em casa.
F: *Hum*, apanhava e fazia em casa. Costura. Agora, da roupa, limpeza assim era fora, não é... (351977)
- (13) E: Ele falou que queria tainha. Tainha é bom?
F: *É*. Mas não é o melhor.
(030315)
- (14) E: Depois vamos dar uma voltinha lá?
F: *É*. Depois vai até lá porque é bonito lá.
(030982)
- (15) E: *Ah*, você não gosta de ter amigos, assim?
F: *Mas* nem todos são amigos. Ele chama pra mim atender.
(031352)
- (16) E: Não ?
F: *Porque* passa rápido, você sambando passa rápido (...).
(25 0386)

2. Metodologia

Primeiramente, levantamos o emprego das marcas em geral¹: todas as partículas ou expressões (interjeição, conjunção, advérbio ou expressões típicas da fala) ocorridas na primeira posição, em respostas e em perguntas. Foram também levantadas as “repetições”, ou seja, os inícios que repetiam o final da pergunta ou da resposta antecedente, bem como os “zeros”, isto é, as respostas sem qualquer marca. Os seguintes “iniciadores de turnos” foram encontrados nas respostas (cf. Tabela (01)):

¹ Amostra de 17 entrevistas da Amostra Censo (Silva & Scherre) 1996. A Amostra Censo é constituída por falantes homens e mulheres, de escolaridade entre 1º e 2º graus, em faixa etária variando de 7 a mais de 50 anos de idade, que tenham aprendido sua 1ª língua no Município do Rio de Janeiro. Os dados deste trabalho não incluíram a faixa de 7 a 14 anos.

Marcador	Quantidade	freqüência
Zero	2444	54,75%
Não	659	14,76%
Ah	519	11,63%
Repetição	170	3,81%
É	120	2,69%
Pergunta	109	2,44%
Eu acho	71	1,59%
Olha	68	1,52%
Bom	42	0,94%
Porque	35	0,78%
Aí	32	0,72%
Mas	30	0,67%
Pois é	28	0,63%
Acho que sim/não	26	0,58%
Ih	19	0,42%
Então	18	0,40%
Que	16	0,36%
Ai/ ai meu Deus	11	0,25%
Hum	9	0,20%
É isso aí, isso mesmo	9	0,18%
Oh	8	0,18%
Quer dizer	5	0,11%
Eu sei lá	4	0,09%
E	4	0,09%
Poxa / pô	4	0,09%
Que	2	0,04%
Bem	2	0,04%
Assim	1	0,02%

Tabela (01): Tipos de iniciadores em respostas (N= 4464).

Já nas perguntas, os inícios de turnos¹ foram os seguintes:

¹ Ativemo-nos apenas à 1ª partícula ou expressão de cada turno, quer em perguntas, quer em respostas.

Marcador	Apl/Total = freq.
Zero	528/1361= 38,80%
E	195/1361= 14,32%
É	103/1361= 7,58%
Mas	82/1361= 6,02%
Ah	55/1361= 4,04%
Não	55/1361= 4,04%
Você acha	41/1361= 3,01%
Que, Quais, Que tal, Que tipo	40/1361= 2,94%
Como	36/1361= 2,65%
Por que	28/1361= 2,06%
Vem cá	23/1361= 1,69%
Então	22/1361= 1,62%
Quer dizer	20/1361= 1,47%
Né, Não é?	19/1361= 1,40%
Certo, Sei	14/1361= 1,03%
Ih, Hum	14/1361= 1,03%
Agora	11/1361= 0,81%
Aí	11/1361= 0,81%
Repetição	10/1361= 0,74%
Pois é	7/1361= 0,52%
Nossa, Caramba, Ave Maria	7/1361= 0,52%
Assim	6/1361= 0,44%
Escuta	5/1361= 0,37%
Por exemplo	5/1361= 0,37%
Bem, Bom	4/1361= 0,30%
Que coisa	3/1361= 0,22%
Ué	3/1361= 0,22%
Olha	2/1361= 0,15%
Isso mesmo	1/1361= 0,07%

Tabela (02): Marcas em geral no início das perguntas.

O cálculo da Tabela II foi feito com base em 4476 dados. Mais 12 turnos foram incluídos.

Nas respostas, a maioria ocorreu sem qualquer preparação, ou seja, sem iniciadores, embora em quase a metade dos casos (45,37%) tenha havido alguma marca. Já nas perguntas, a maioria ocorreu com alguma marca (cf. Tabela (03) a seguir). Vejam que 38,8% das perguntas foram direto ao ponto, enquanto 61,2% delas começaram ou com marcadores conversacionais, ou repetindo a parte antecedente do interlocutor, ou usando algum conector (que, no caso, liga o discurso do locutor ao discurso do interlocutor).

	PERGUNTAS		RESPOSTAS	
com iniciador	2032/4476	45,37%	733/1361	61,20%
sem iniciador	2444/4476	54,63%	528/1361	38,80%

Tabela (03): Presença x ausência de alguma marca em respostas e em perguntas

O que vimos, na Tabela (03) acima, indica que o entrevistador é quem parece ficar pouco à vontade e faz maior uso de alguma forma (que pode ser um marcador ou um conectivo que propicie maior coesão). Para correlacionar marcadores e polidez, quatro tipos de contextos foram considerados: (a) o tipo de estrutura da pergunta (perguntas cujas respostas afirmativas ou negativas estão centradas no verbo, perguntas com pronomes interrogativos, perguntas com “você acha” ou que pedem a opinião do entrevistado, seqüência de perguntas, perguntas no imperativo ou em forma afirmativa, marcadores ou estímulos (*back channels*) usados pelo entrevistador); (b) a seqüência do assunto na entrevista (com ou sem mudança de assunto em relação ao que vinha sendo tratado); (c) o grau de complexidade do assunto tratado (assunto geral, pessoal, complexo e sem conteúdo), sendo considerados “assuntos complexos” aqueles de conteúdo difícil, como, por exemplo, falar sobre diferenças fonéticas entre os sotaques regionais, falar sobre física nuclear etc; e d) a concordância ou não do interlocutor em relação à pergunta do entrevistador (concorda,

discorda, enumera, continua resposta anterior). Vejamos exemplos desses fatores:

(a) Estrutura sintática da pergunta

Perguntas de resposta afirmativa ou negativa

- (17) E: Mas ela pode tomar conta dos netos?
F: Pode. Ah dos netos, ela fica com os netos.
(040035)

Perguntas com pronomes interrogativos

- (18) E: Que é que você gosta de fazer?
F: Ah! Gosto de fazer tudo...
(040408)

Perguntas com “voce acha” ou pedindo opinião

- (19) E: E você acha que lá eles falam melhor do que aqui?
F: Ah! Eu não sei, porque eu não tinha muito contato.
(041045)

Perguntas com repetição do trecho antecedente

- (20) E: Eles falam palavrão?
F: Palavrão? Eu acho que às vezes (...).

Seqüência de perguntas

- (21) E: Seu pai tem estudo também? Ele foi à escola?
F: Meu pai foi à escola. Agora até que série estudou, não sei.
(040671)

Perguntas com imperativo/forma afirmativa

- (22) E: Me conta como é que foi?
F: Acho que foi (...).

Perguntas do tipo “backchannel”

- (23) E: Que coisa boa.
F: É isso...

Perguntas sem verbo/elipse do verbo

- (24) E: Por que?
F: Ah. Tudo que eu estou sentindo que eu quero fazer, eu falo com ela.
(040074)

(b) Seqüência do assunto

Muda assunto

- (25) E: Mudando um pouco de assunto, você falou... C. Grande.
F: Campo Grande.
(050593)

Não muda assunto (a pergunta segue-se ao exemplo acima)

- (26) E: Campo Grande já é cidade?
F: Não é aquela cidade assim, sabe? mas progrediu muito, sabe?
(050597)

Insiste (em relação ao exemplo acima)

- (27) E: Mas não é considerado bairro do Rio, não?
F: É um bairro, é um bairro sim (...)
E: As pessoas que moram lá veem C. Grande como bairro ou como cidade?
F: As pessoas...acho que...
(050633)

(c) Complexidade do assunto

Assunto complexo ou embaraçoso

- (28) E: E que tipo de palavras são essas?
F: Ah! Às vezes o mais velho chega com coisas do colégio, falando palavrão.
E: Pode falar palavrão. Não tem problema, não.
F: Onde você aprendeu? Ah, mamãe, foi no colégio...
E: E qual é o tipo de palavrão?
F: Ah! Ele fala merda...
(040720)

Assunto pessoal

- (29) E: Que idade você tinha, quando eles se separaram?
F: Ah! Eu deveria ter uns 9.
(040323)

Assunto geral/informativo

- (30) E: Aqui dá muita briga?
F: Aqui? Aonde? Ali onde eu moro?
E: É.
F: Ah! Dá. (040372)

Sem conteúdo (perguntas com marcadores ou “backchannels”)

- (31) E: Certo.
F: Que ele estava foi pelo quartel, então ele tinha que ficar lá.
(041040)

(d) Concordância da resposta**Concorda com a expectativa da pergunta**

- (32) E: Mas ela pode tomar conta dos netos?
F: Pode. Ah dos netos, ela fica com os netos. Ela não esquentava.
E: e os netos gosta?
F: Gosta dela demais. Quando ela sai, ...
(040041)

Não concorda

- (33) E: Mas difícil, assim, por que?
F: Não sei.
E: É porque é a língua deles, não é?
F: Não sei.
(041084)

Como “enumeração”, “continuação à resposta anterior” ou “outros”, incluímos os casos em que não se aplicava a questão da concordância ou discordância em relação à pergunta.

Nas entrevistas do tipo laboviano, como o é a Amostra Censo, grande parte das perguntas é feita com o verbo (pergunta que exige resposta sim/não). A continuação do assunto é o mais comum, já que na entrevista “uma coisa puxa a outra”, fazendo fluir o assunto com poucas mudanças bruscas.

Nas respostas, os tipos de discurso informativo e argumentativo são os mais comuns. Além disso, a maioria das respostas do entrevistado concorda com a pergunta, pelo menos no início de seu desenvolvimento.

3. Análise dos marcadores conversacionais iniciadores

A amostra foi constituída, para as respostas, de entrevistas com 17 falantes adultos e 12 crianças e para as perguntas, de entrevistas com 9 adultos. Os iniciadores de turno da lista apresentada foram então englobados em 4 tipos, para que pudessem ser quantificados com a utilização do programa de regras variáveis:

- (a) Marcadores (forma inequivocamente em sua função discursiva, já com perda de sua função sintática enquanto conjunção, advérbio, adjetivo ou expressão).
- (b) Conectivos (conjunções e advérbios, ora em funções sintáticas, ora em funções discursivas, já um tanto esvaziados de seu conteúdo, mas ainda em flutuação).
- (c) Zero
- (d) Repetição do trecho antecedente

Os dados foram submetidos ao programa computacional VARBRUL para regras multivariáveis, tomando-se os quatro tipos

acima como variáveis dependentes e calculados em relação aos seguintes grupos de fatores: (1) sociais (sexo, idade e escolaridade) e (2) discursivo-interacionais (estrutura da pergunta e tipo de discurso das perguntas, seqüência do assunto no discurso, grau de complexidade das perguntas e tipo de discurso das respostas).

Respostas a perguntas com pronomes interrogativos e a perguntas de opinião ocorreram com o maior número de iniciadores, pois essas são justamente as que vão exigir um desenvolvimento maior, pois tendem a ser mais argumentativas e, portanto, mais custosas porque expõem a “face” do falante, conforme as hipóteses da polidez.

As situações de insistência, ou mesmo a mudança de assunto por parte dos entrevistadores também tendem a elicitare mais iniciadores nas respostas dos entrevistados, talvez porque suas respostas passem a exigir mais cuidado, tornando-se mais elaboradas ou “defensivas”.

Os assuntos complexos e de ordem pessoal são os que produzem respostas com mais iniciadores, pois, ao que tudo indica, são mais “custosos” para o falante.

As respostas em que o falante revela discordância em relação às expectativas da pergunta podem ser interpretadas como “ameaçadoras à face” e, de fato, apresentam maior emprego de marcas no início do turno, mas apenas quando somadas as marcas em geral *versus* zero (cf. Tabela (04)).

Situação	Apl/Total	Freq.
Concorda c/ a expectativa antecedente	1079/2686	40,17%
Não concorda	194/221	87,88%
Enumera,continua o antecedente	202/912	22,15%

Tabela (04): Uso de marcas em geral e concordância em respostas e perguntas.

Voltemo-nos para os grupos de fatores discursivo-interacionais. Tal como na primeira parte do trabalho, no cálculo com as variáveis múltiplas também consideramos, de um lado, a estrutura sintática da pergunta, e, de outro, o seu conteúdo mais argumentativo ou mais informativo. A maioria das perguntas com pronomes interrogativos acabou por propiciar respostas mais longas e mais argumentativas, sendo essa a classificação mais adequada, que chamamos de “tipo de discurso da resposta”, conforme a Tabela (05):

Tipo	Marcador	Conectivo	Zero	Repetição
Argumen- Tativo	336/1260 27% .31	295/1260 23% .27	570/1260 45% .23	59/1260 5% .20
Informati- Vo	1000/5785 17% .20	1351/5785 23% .23	3118/5785 54% .27	316/5785 5% .31

Tabela (05): Iniciadores de turno por tipo de discurso das respostas.

Tipos	Marcadores	Conjunções	Zero	Repetição
Pedidos de opinião	196/606 32% .30	98/606 16% .21	269/606 44% .21	43/606 7% .29
Backchan.	92/503 18% .23	146/503 29% .29	240/503 48% .25	25/503 5% .24
Demais casos	1048/5936 18% .23	1402/5936 24% .26	3179/5936 54% .29	307/5936 5% .22

Tabela (06): Iniciadores nas respostas por tipo de pergunta.

Sequência	Marcadores	Conjunções	Zero	Repetição
Insiste no assunto	89/270 33% .35	55/270 20% .24	113/270 42% .20	13/270 5% .22
Muda de assunto	230/1236 19% .21	251/1236 20% .23	687/1236 56% .28	68/1236 6% .28
Não muda de assunto	1017/5539 18% .21	1340/5539 24% .28	2888/5539 52% .27	294/5539 5% .25

Tabela (07): Iniciadores nas respostas de acordo com a seqüência do assunto

Quanto ao tipo de assunto, os resultados obtidos foram os seguintes:

Assunto	Marcador	Conectivo	Zero	Repetição
Complexo	592/2349 25% .33	445/2349 19% .18	1208/2349 51% .23	104/2349 4% .27
Geral	721/4437 16% .25	1120/4437 25% .23	2334/4437 53% .20	262/4437 6% .32
Sem Cont.	23/259 9% .17	81/259 31% .35	146/259 56% .32	9/259 3% .17

Tabela (08): Iniciadores nas respostas por tipo de assunto.

Os índices nas tabelas¹ acima confirmaram plenamente as hipóteses para a função de polidez exercida pelos marcadores discursivos ou conversacionais nas respostas de entrevistas. O que se viu foi, justamente, que esses são iniciadores de turno bem mais freqüentes nas argumentações do que nas repostas informativas menos custosas (Tabela (06)). São também mais usados nos pedidos de opinião do que nos demais casos (Tabela (06)), nas situações de insistência nas perguntas, que acabam por pressionar o entrevistado (Tabela (07)) e, finalmente, nos casos em que os falantes devem responder a perguntas mais complexas em comparação às demais (Tabela (08)).

3.1 Iniciadores nas perguntas comparados às respostas

Vejamos agora os resultados para os inícios de turnos em perguntas de entrevistas. Quanto aos fatores discursivo interacionais, estudamos a estrutura sintática da pergunta (Tabela 09)), o tipo ou função discursiva da pergunta (Tabela (10)) e a seqüência do assunto (mudança ou continuação de assunto da pergunta em relação ao que vinha sendo percorrido pelo entrevistado), como se vê na Tabela (11).

¹ A Tabela (03) foi calculada com base em 4019 dados, as Tabelas (04) e (05) foram calculadas com base em 3819 dados, sendo a Tabela (06) calculada com base em 3619 dados. Isso ocorreu porque alguns tipos de estruturas acabaram sendo retirados antes de serem transformados em “demais casos duvidosos” e rodados novamente. Asseguro, porém, que essa pequena diferença não altera as conclusões que extraí dos resultados.

	Zero	Repetição	Marcador	Conectivo
Resposta argument.	91/3802 4% .23	11/380 3% .17	25/380 7% .21	253/380 67% .36
Resposta sim/não	413/760 54% .38	28/760 4% .20	83/760 11% .28	236/760 31% .14
De marc./est	36/103 35% .25	2/103 2% .06	33/103 32% .55	32/103 31% .15
Repetição	4/29 14% .08	7/292 4% .65	1/29 3% .05	17/29 59% .22

Tabela (10): Iniciadores quanto à estrutura sintática.

Os resultados mostram que perguntas que são, elas próprias, constituídas por marcadores são as que mais usam marcadores. Esperávamos que perguntas argumentativas fossem apresentar mais marcadores do que perguntas informativas, mas isso não ocorreu. Quanto à função discursiva da pergunta, também as que são, elas próprias, constituídas por marcadores são as que mais usam marcadores. Além dessas, os pedidos de opinião apresentaram mais marcadores do que os pedidos de informação.

	Zero	Repetição	Marcadores	Conectivos
Pedido De Informação	361/756 48% .33	28/756 4% .27	51/756 7% .14	316/756 42% .26
Pedido De Opinião	53/224 24% .17	5/224 2% .17	36/224 16% .34	130/224 58% .32
Pedido De Confirm.	99/197 50% .32	7/197 4% .23	26/197 13% .20	65/197 33% .25
Acomp. Feedback	31/95 33% .18	8/95 8% .33	29/95 31% .33	27/95 28% .15

Tabela (10): Iniciadores “ ato de fala” nas perguntas

Quanto à mudança de assunto, as perguntas que mudam o assunto que vinha sendo desenvolvido pelo interlocutor apresentam um pouco mais de marcadores do que os demais casos. A insistência, aqui, não revelou índices tão altos, como ocorreu nas respostas, inclusive porque, no caso da insistência, houve a repetição de trecho da fala do entrevistado.

	Zero	Repetição	Marcador	Conectivo
Muda de Assunto	113/276 41% .26	7/276 3% .17	31/276 11% .29	125/276 45% .27
Não muda Assunto	413/950 43% .25	38/950 4% .23	106/950 11% .26	393/950 41% .26
Insiste no Assunto	18/46 39% .23	3/46 7% .37	5/46 11% .19	20/46 43% .21

Tabela (11): Iniciadores quanto à mudança de assunto

Finalmente, comparando-se o emprego de marcas no início dos turnos em perguntas e respostas, obtivemos que as perguntas apresentam menos “zeros” e mais conectores, porém um pouco menos marcadores do que as respostas. Mesmo assim, se considerarmos que entre os itens englobados como conectivos estão muitos daqueles em flutuação da sintaxe para o discurso, que já poderiam estar sendo categorizados como marcadores:

	Zero	Repetição	Marcador	Conectivo
Resposta	1198/2249 53% .22	127/2249 6% .35	435/2249 19% .29	489/2249 22% .29
Pergunta	1072/2633 41% .26	58/2633 2% .16	341/2633 13% .19	1162/2633 44% .40

Tabela (12): Tipos de Iniciadores em perguntas e respostas.

4. Resultados de fatores sociais para respostas e perguntas

Comparamos o emprego das marcas entre homens e mulheres na hipótese de que as mulheres usariam mais iniciadores, já que o estudo específico de alguns marcadores havia revelado diferenças entre os sexos (Silva & Macedo, 1996). De fato, quanto ao fator sexo (Tabela (13)), quando estudado destacando os “marcadores discursivos” das demais marcas em início de turno, observamos nitidamente a maior utilização de marcadores por parte das mulheres. Estas usam mais marcadores e conectivos, enquanto os homens usam mais zeros e repetições:

Sexo	Marcador	Conectivo	Zero	Repetição
Mulher	984/4268 23% .32	1083/4268 25% .27	2008/4268 47% .22	193/4268 5% .20
Homem	352/2777 13% .19	563/2777 20% .23	1680/2777 60% .28	182/2777 7% .30

Tabela (13): Iniciadores em respostas por sexo.

Quanto à idade, a hipótese levantada foi a de que deveria haver diferenças, como havia sido observado em trabalhos anteriores (Macedo,1997a;1997b), já que os marcadores exercem funções discursivas que, em crianças, seriam adquiridas bem mais tarde. Os adultos teriam um discurso bem mais fluente e adequado socialmente do que as crianças, principalmente no que diz respeito às normas de polidez. Os resultados só corroboram a hipótese para o caso das crianças de 4 a 6 anos. A aplicação deste tipo de estudo ao ensino do português como língua estrangeira seria interessante. Gostaríamos de sugerir a maior divulgação desse tipo de trabalho entre os professores de inglês, de francês e de espanhol, que poderiam elaborar exercícios comparativos com os marcadores e as estratégias de polidez em geral.

5. Observações finais

Em primeiro lugar, gostaríamos de ressaltar, mais uma vez, a dificuldade em esgotar a lista de possíveis “marcadores” na posição de início de turno. Delimitar se uma expressão perifrástica é ou não um marcador constitui um dos problemas mais importantes para os que estudam esse assunto. Cada forma parece ter funções especializadas, cujo estudo detalhado precisará examinar não apenas no início de turno mas também as demais posições no discurso. Sem dúvida é necessário aprofundar o exame

em separado de cada partícula. Ao abordar todo o conjunto dos dados, que englobou 43 tipos de marcas, foi possível destacar problemas na categorização dessas formas. A questão de suas funções, num *continuum* da sintaxe para o discurso e interação (Silva & Macedo, 1992; Votre & Vincent, & Laforet, 1993; Hopper & Traugott, 1992) foi resolvida de maneira satisfatória com a separação dos marcadores conversacionais dos itens que ainda atuam tanto na sintaxe como no discurso, chamados aqui de “conectivos”.

A decisão metodológica de fixar a atenção no início do turno foi importante, pois permitiu examinar a variação de itens em todos os turnos, e, ao mesmo tempo utilizar a metodologia variacionista de maneira ortodoxa num trabalho sobre a interação discursiva. Além disso, a pesquisa mostrou também a importância do início do turno como um local em que a presença de qualquer marca acaba por cumprir uma função pragmática, lado a lado com a sua função sintática. Trata-se, sem dúvida, de uma ilustração patente de uma postura teórica funcionalista, pois defendemos que forças externas à estrutura lingüística explicam como itens originários da sintaxe passam a ser usados com funções discursivas por pressões interacionais, num processo que culminará com a sua gramaticalização em novas “categorias”.

Como já mencionamos na introdução, as teorias de gramaticalização poderiam enfatizar mais a grande influência da polidez nas questões interacionais, que acabam por contribuir para a flutuação de formas do discurso para a gramática ou da gramática para o discurso. Poderiam estar mais bem delimitadas quando se fala de extensão do corpo para o espaço (incluindo aí o espaço interacional), ou ainda quando se fala em extensões metafóricas como fatores importantes para a gramaticalização. Finalmente, ficou patente mais uma vez a grande aplicabilidade das teorias de polidez aos vários contextos interacionais, o que cada vez mais nos leva a crer na sua universalidade.

Referências bibliográficas

- BERNARDO, S. P. (1989). *Formas de polidez das perguntas em entrevistas*. Relatório E-29/150.148/89 apresentado à FAPERJ. Rio de Janeiro, Faculdade de Letras da UFRJ, mimeo.
- BROWN, P. & LEVINSON, S. (1978). Universals in language usage: Politeness phenomena. In: GOODY, E. (ed.). *Questions and politeness*. Cambridge: Cambridge University Press. p. 56-324.
- (1987). *Politeness: some universals in language use*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CASTILHO, A. (1983). Variedades conversacionais. *ABRALIN, Boletim 5*, p.40-52.
- HOPPER & TRAUGOTT (1992). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACEDO, A. T. (1997^a). Aquisição de marcadores em primeira e em segunda língua. In: RONCARATI, C. & MOLLICA, M. C. (orgs.). *Variação e aquisição*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p. 117-126.
- MACEDO, A.T. (1997b). *Acquisition and change of discourse markers in first and second language*. Comunicação apresentada no 26th NWAVE. Québec: Université Laval, mimeo.
- MACEDO, A. & SILVA, G. M. (1989). *O papel dos marcadores na interação*. São Paulo, II Encontro Nacional da ANPOLL, mimeo.
- MACEDO, A.T. & BRITO, L. F. (1989). As formas de polidez nos pedidos em português. *Anais do X Encontro Nacional de Linguística*. Rio de Janeiro: PUC/Departamento de Letras.
- MARCUSCHI, L.A. (1986). *Análise da Conversação*. São Paulo: Ática.
- NICHOLS, J. (1984). Functional theories of grammar. *Annual Review of Anthropology*. Berkeley: Annual Reviews Inc.

- ROSA, M. (1992). *Marcadores de atenuação*. São Paulo: Contexto.
- ROULET, E. et alii. (1985). *L'articulation du discours en français contemporain*. Berne: Peter Lang.
- SCHIFFRIN, D. (1986). *Discourse markers*. Cambridge: Cambridge University Press.
- SILVA, G. M. & MACEDO, A. T. (1992). Discourse markers in the spoken Portuguese of Rio de Janeiro. *Language Variation and Change* 4, p. 235-249.
- SILVA, G. M. & MACEDO, A. (1988). Marcadores do discurso na fala no Rio de Janeiro. *Anais do XI Encontro Nacional de Lingüística da PUC*. Rio de Janeiro: PUC/Dep.Letras.
- (1996). Análise sociolingüística de alguns marcadores conversacionais. In: MACEDO, A., RONCARATI, C. & MOLLICA, M. C. (orgs.). *Variação e discurso*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, p.11- 49.
- SILVA, G. M. O. & SCHERRE, M. M. P. (1996). *Padrões sociolingüísticos*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.
- VINCENT, D. (1993). *Les punctuants de la langue et autres mots du discours*. Québec: Nuit Blanche Ed.
- VOTRE, S.; VINCENT, D. & LAFORET, M. (1993). **Grammaticalization et degrammaticalization**. Québec: Université Laval, mimeo.

EM BUSCA DE UM DIÁLOGO
COM PROFESSORES DE I E
II GRAUS^{1*}

Jânia RAMOS

Universidade Federal de Minas Gerais/CNPq

ABSTRACT: During the past ten years teaching to elementary and secondary levels has been under the focus of attention of linguists in general. Several proposals as well as methods for their implementation have been presented as a consequence of analyses based on classroom interaction. This article claims that the university has to perform the task of integrating such punctual contributions, through the production of tested material, taking into account the several degrees of difficulties and its accessibility to the teacher in order to make it clear what is expected from the student in each level.

KEY WORDS: 1st language teaching; Teaching Methods; Teaching Material.

¹ Agradeço ao colega Marco Antônio Vieira pela leitura dos originais e comentários. As falhas, que ainda permanecerem, são de minha inteira responsabilidade.

* Uma versão preliminar deste texto foi apresentada em mesa-redonda no III Encontro Nacional de Língua Falada e Ensino, Maceió, abril de 1999.

1. Introdução

Tratar problemas de ensino da língua materna e contribuir para um trabalho qualitativamente melhor no I e II graus tem sido uma preocupação de vários pesquisadores da área de lingüística¹. Várias têm sido as iniciativas nesse sentido: teses, dissertações, artigos, livros paradidáticos, cursos de especialização, etc. Apesar dos esforços, devemos reconhecer que muito ainda está por ser feito. Como evidência dessa lacuna, discuto um conjunto formado por respostas fornecidas por professores de ensino fundamental a um questionário sobre suas expectativas em relação a cursos de pós-graduação *lato-sensu*.

No texto a seguir, seção 2, exemplifico a situação atual, citando os resultados da consulta feita aos professores. Na seção 3, argumento a favor da necessidade de contribuições mais diretas por parte da Universidade brasileira.

2. Os professores e seus problemas imediatos

Vários governos estaduais iniciaram programas de aperfeiçoamento de professores de I e II graus, dentre eles o de Minas Gerais. Tais cursos são, em geral, ministrados por professores universitários, com duração de 360 horas, resultando um certificado de Especialista, o que representa um aumento de 10% no vencimento de professores de ensino fundamental, em escolas municipais e estaduais².

¹ Por ensino da língua materna entende-se fornecer ao aluno, nas aulas de língua portuguesa, a oportunidade de lidar (ler e produzir) com textos de diferentes estilos, desde os mais casuais aos mais cuidados, de modo a familiarizar-se com os diferentes usos da língua, seja na modalidade oral ou escrita (Ver Brawn et alii (1984), citado em Marcuschi (1994)).

Nas várias oportunidades em que ministrei disciplinas nesses cursos¹, submeti aos alunos um questionário sobre suas expectativas em relação ao curso de especialização. Os resultados foram de certo modo semelhantes, nesses últimos dez anos. Vou a seguir retomar um conjunto de 37 questionários como amostra, preenchidos durante um curso cidade de Monlevade (MG), em 1997.

Feito esse recorte, passemos ao perfil dos entrevistados. O total de professores entrevistados é graduado; 80% atuam em escolas, 20% estão fora da sala de aula. Quanto à carga horária, 73% lecionam mais de 21 horas/aula semanais, sendo que a metade tem carga horária superior a 30 horas/aula semanais(!). O nível de atuação é o I grau para 63,3% dos professores, é I e II para 13,3%, e III grau para 6,6%. A maioria, portanto, leciona para o I grau, com carga horária acima de 21 horas semanais, o que significa ter um tempo mínimo para planejar aula, formular e corrigir exercícios, produzir material didático, levando em conta resultados da pesquisa em lingüística.

Perguntados sobre suas expectativas em relação ao curso, 83,7% dos professores confessaram estar esperando *que teoria viesse sempre que possível relacionada com a prática*². Uma aluna chegou a sugerir que fossem apresentados problemas específicos e, em seguida, fosse oferecida uma proposta de solução. Esses resultados evidenciam uma preocupação de caráter urgente: os professores estão interessados em melhorar seu próprio desempenho e vêm nos cursos de especialização um meio de alcançar tais objetivos. Existe, portanto, por parte dos professores

² Cf. Lei no. 7109/77 de 13/10/1977, artigo 151, parágrafo único, do Estatuto do Magistério, do Estado de Minas Gerais.

¹ Foram oito cursos no período de 1987 a 1998: Divinópolis (30 horas), Monlevade (45 horas), Coronel Fabriciano (40 horas), Belo Horizonte (30 horas, e 30 horas), Mariana (30 horas e 45 horas), Vitória da Conquista (45 horas), etc.

² Resposta apresentada no questionário no. 1.

uma tentativa de diálogo com o pesquisador, representado, no caso, na figura do professor de cursos de Especialização.

Subjacente aos pedidos de que nesses cursos de Especialização haja *mais prática que teoria*¹, estaria, a meu ver, uma denúncia dos pontos em que esses cursos falham: eles não oferecem um conteúdo que *oriente como trabalhar as deficiências da linguagem*² e nem mostram como *trabalhar os aspectos lingüísticos para um melhor desempenho e ajuda aos professores e alunos*³. Em síntese, o ideal para o professor de I e II graus seria *[um] curso [que] colocasse o fato real (problema), em seguida o estudo e por fim a possibilidade viável para melhorar o problema*⁴. Veja-se que tais solicitações não se diferenciam muito daquelas feitas pelos alunos de Letras, por exemplo, às vésperas de concluir a graduação.

Apresentar soluções é, sem dúvida, difícil. Muitos pesquisadores explicitamente afirmam estar essa tarefa fora de sua alçada⁵. E é de fato difícil, para quem não tem experiência em sala de aula de I e II graus, propor atividades. Entretanto, um caminho tem sido utilizado: uma vez definido seu objeto de investigação, o pesquisador formula um problema, observa como é tratado por diferentes professores em sala de aula e pelos livros didáticos. Feito isso, são registrados os diferentes procedimentos que, por sua vez, servem de material de análise e discussão, com base em bibliografia especializada⁶.

¹ Questionário número (11).

² Idem, número (5).

³ Idem, número (27).

⁴ Idem, número (13).

⁵ É comum ouvir-se no meio acadêmico o seguinte: *não estamos aqui para fornecer receitas*.

⁶ Um trabalho desse tipo tem sido desenvolvido, por exemplo, por Bortoni (1994; 1997).

Como resultado, um conjunto substancial de problemas têm sido equacionado, muitas vezes acompanhados de sugestões de solução. Algumas das quais já testadas, trazendo resultados positivos¹.

Feita esta constatação, gostaria de sugerir que um passo a mais nesse processo, o que aparece na seção a seguir.

3. Contribuições visíveis

O próximo passo, ao qual me referi acima, seria o seguinte: uma vez avaliados, os procedimentos bem sucedidos seriam anotados, quer aqueles observados em situações reais de sala de aula, quer aqueles resultantes de experimentos em situação de teste para efeitos de trabalho acadêmico. Aqueles inadequados ou insatisfatórios seriam ou excluídos ou modificados. Nesse último caso, passar-se-ia a uma nova etapa de testes para, só então, serem estes últimos agrupados aos primeiros, de modo integrado, com o propósito de formar um **conjunto coerente de atividades**, atividades essas que seriam então disponibilizadas aos professores.

Por **conjunto coerente de atividades** entenda-se aqui a organização das atividades em graus crescentes de dificuldade, definidas conforme as séries, de modo a explicitar tanto as metas a serem alcançadas quanto o **modo** pelo qual alcançá-las. Além disso, justificativas de caráter teórico, breve e claramente formuladas, completariam esse material. Em outras palavras, a tarefa maior seria a de elaboração de um planejamento global quanto ao que ensinar nos níveis de I e II graus, acompanhado de material didático(!), com uma clara definição do papel do professor, de modo a livrá-lo, o mais possível, de ter de fazer improvisações de última hora.

¹ Para uma amostragem da numerosa bibliografia sobre linguística e ensino no Brasil, ver Anais de Língua Falada e Ensino, volumes I, II e III, Universidade Federal de Alagoas, Maceió.

E é certamente à pesquisa universitária interessada em ensino a quem caberia, a meu ver, elaborar e apresentar tal planejamento e material, principalmente os Programas de Linguística Aplicada. O que falta hoje é a disponibilização de um material didático adequado, num sentido bastante amplo desse termo, que responda ao seguinte desafio: com o material humano de que dispomos, nas condições que lhes são oferecidas, como poderemos equacionar, da melhor maneira possível, os problemas, de modo a alcançar resultados mais satisfatórios? Conforme já sabemos, inovações pontuais são aceitas com desconfiança, cuidado e parcialidade pelos professores, o que é razoável e normal, dadas as necessidades de um trabalho continuado a que os professores precisam satisfazer.

É preciso ressaltar que uma etapa importante disso que estou chamando de planejamento global já está pronta: trata-se das Diretrizes para o Aperfeiçoamento do Ensino/Aprendizagem de Língua Portuguesa (MEC, 1986) e dos Parâmetros Curriculares Nacionais (MEC 1997), que sugerem um ensino centrado em três atividades: a prática da leitura de textos, a prática da produção de textos e a prática da análise linguística, já definidas em ciclos, conforme o grau de dificuldade. Outro passo importante já foi efetivado: trata-se da crítica a livros didáticos, por iniciativa de órgãos federais¹.

Diferentemente do que ocorre no campo da pesquisa, em que o conhecimento sobre um tema não se desenvolve em passos cronologicamente seqüenciados, havendo ora saltos ora retomadas de trabalhos anteriores, no ensino a organização é diversa e um compromisso com uma seqüência é necessário e, portanto, nunca vai refletir imediatamente a última descoberta. Os ritmos são, portanto, distintos. Assim sendo, é necessário um trabalho de intermediação de nível mais amplo, capaz de lidar com as inovações e inseri-las de modo não traumático, mas natural, no âmbito desse planejamento global. Para tanto é necessário ter-se a mão não só diretrizes gerais, já disponíveis conforme vimos, como

¹ Ver *Guia de Livros Didáticos, 5ª a 8ª séries. PNLD 1999*, Brasília, Ministério de Educação e Cultura, 1998.

também acesso às novidades da pesquisa e fazer as “inserções” adequadamente. Será que o que a universidade tem proposto pode ser chamado de “inserções” adequadas? Que tipo de informação tem sido disponibilizada amplamente pela Universidade em relação ao ensino fundamental? Que tipo de acompanhamento a Universidade executa após os cursos de Especialização?

Em resumo, estou sugerindo que a tarefa de produzir livros didáticos e manual do professor com um perfil mais satisfatório do que os atualmente disponíveis seja incluída na agenda dos pesquisadores interessados no ensino da língua materna. Que perfil seria esse? Um material didático que fosse informativo e formativo, de modo a tornar as aulas de língua portuguesa um espaço em que alunos e professores investiguem e conheçam melhor sua realidade e, ao mesmo tempo, revele resultados da pesquisa universitária.

Sugestões como a de realizar “projetinhos de pesquisa”¹ sobre a gíria de adolescentes do bairro, por exemplo, seria um tipo de atividade revelador: o professor sabe o que é gíria e seus processos de formação; entretanto, dificilmente conheceria as gírias de um grupo adolescentes. Já os alunos, ao realizar tal atividade, estariam experimentando o prazer de contribuir com algo novo no contexto escolar. Assim, *as práticas de leitura e escrita* [do professor de I e II graus e dos alunos estariam concorrendo] *para a inserção do alunado no que poderíamos chamar de ‘lógica’ da sociedade letrada e não na ‘lógica’ do sistema escolar* (cf. Signorini, 1998.). Se, de fato, quisermos atuar no ensino fundamental, torna-se essencial investir na formação e no aperfeiçoamento de professores, enfatizando (i) o caráter profissionalizante dos cursos de licenciatura, ao qual quase ou nenhuma atenção tem sido dada, até agora; e (ii) fazer dos cursos de Especialização um espaço para treinamento e análise crítica de um material didático de qualidade e de procedimentos didáticos, de modo a enriquecê-los e aprimorá-los. Certamente os cursos de

¹ Sugestões interessantes de utilização de textos da mídia e de “projetinhos de pesquisa” encontram-se em Ramos (1997) e Castilho (1998).

língua estrangeira estão bem mais avançados nessa tarefa do que os cursos dedicados à língua materna.

4. CONCLUSÃO

Partindo da constatação da disponibilidade de intercâmbio entre professores de I e II graus e a Universidade, em cursos de Especialização, busquei mostrar que soluções satisfatórias, que resultem em melhoria na qualidade de ensino, não estão nem na disponibilização imediata dos resultados da pesquisa em lingüística aos professores nem em respostas a problemas pontuais de sala de aula. Uma solução exigiria o envolvimento da universidade brasileira na formulação de material didático que, de modo acessível, apontasse metas, conteúdos e modos de atuação.

Por fim, é necessário fazer uma ressalva. Sugerir aqui uma solução de natureza didática¹ para enfrentar o fracasso do ensino fundamental hoje no Brasil não significa ignorar o prejuízo, sem paralelo, que a desvalorização do magistério acarreta ao ensino.

Referências Bibliográficas

Anais do Encontro de Língua Falada e Ensino, volumes I, II e III. Maceió: Universidade Federal de Alagoas.

BORTONI, S. M. (1994). *Revista Internacional de Língua Portuguesa* 12:82-94.

¹ Castilho (1990a) descreve três tipos de crise, que afetam o ensino no Brasil: a crise social, decorrente do processo de urbanização; crise científica, decorrente da concepção de língua como fenômeno homogêneo; e crise do magistério, decorrente da desvalorização da profissão.

- (1997). *Interação Professor/Aluno em Sala de Aula: os processos interacionais que funcionam como scaffolding na interação professor/aluno*. Palestra apresentada no I Simpósio Nacional de Estudos Lingüísticos. João Pessoa: UFPB.
- BROWN, Gilian, ANDERSON, A. SHILLCOCK, R. & YULE, G. (1984). *Teaching Talk, Strategies for production and assessment*. Cambridge: Cambridge University Press.
- CASTILHO, A. (1990a). Português Falado e Ensino de Gramática. *Letras de Hoje* 25/1:103-136.
- (1998). *Língua Falada e Ensino de Português*. São Paulo: Contexto.
- Guia de Livros Didáticos, 5ª a 8ª séries. PNLD 1999*. Brasília: Ministério de Educação e Cultura, 1998.
- LABOV, W. (1964). Stages in the Acquisition of Standard Language. In: SHUY, R. (ed.). *Social Dialects and Language Learning*. Champaign: III National Council of Teachers of English.
- MARCUSCHI, L. A. (1994). É possível ensinar a fala? *Boletim da Abralín* 15:202-209.
- MEC (1997). *Parâmetros Curriculares de Língua Portuguesa*, 1o, 2o., 3o e 4o ciclos. Brasília.
- SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DE MINAS GERAIS (1994). *Conteúdos Básicos para o Ensino de Língua Portuguesa*. Belo Horizonte.
- (1997). *Propostas Curricular de Português para o ensino médio*. Belo Horizonte, mimeo.
- SIGNORINI, I. (1998) O professor como pesquisador: questões remanescentes. *Anais do XXVII GEL*, São Paulo, 1998:259-265..

Anexo 1: Questionário aplicado.

Nome:

Endereço:

Série para a qual leciona:

Número de aulas semanais:

(i) Faça uma lista dos problemas que você tem encontrado em sala de aula.

(ii) Como você gostaria que este curso se desenvolvesse?

(iii) Por que você decidiu fazer curso de Especialização?

(iv) Em sala de aula, que atividades você desenvolve para treinamento da linguagem oral?

(v) O aluno que redige melhor fala com mais fluência? Justifique sua resposta.

(vi) Aponte cinco diferenças entre língua falada e língua escrita.

(vii) O que é dialeto padrão?

(viii) O que é norma culta?

(ix) Seus alunos são de classe média ou de classes populares?

DE CAMALEÃO A
TIRANOSAURUS REX – O
SOCIOLINGÜISTA COMO
PREDADOR

Emilio Gozze PAGOTTO
Universidade Federal de Santa Catarina

Abstract: This paper discusses the interaction between Labovian Sociolinguistics and other formal Linguistic models, trying to establish a connection between these two fields through the close examination of concepts such as variable and variants. Sociolinguistics cannot be this testing field for formal Linguistics, on the contrary, it should operate as a predator – chewing up the structural co-relations brought to light by Theoretical Linguistics; if they are found to be significant.

Key Words: Sociolinguistics; Theoretical Linguistics; Epistemology.

1. Introdução

Há inúmeras maneiras de pensar o que é o fazer científico. A Teoria da Ciência, que deriva da Epistemologia ou Teoria do Conhecimento, tem-se ocupado, neste século, de discutir como o conhecimento científico se dá, se evolui, como evolui se evolui. Não pretendo repassar o debate entre a Sociolingüística Variacionista e a Lingüística Imanentista, a partir de cada um desses modos de conceber a ciência, até porque o espaço não

permite e está acima da minha própria capacidade. O que pretendo fazer é lançar um olhar sobre esse debate, procurando ver as questões muito mais do ponto de vista da Teoria da Variação e da Mudança, do que da Lingüística Estrutural, ou Gerativista.

Penso que se procuramos desvelar o modo de funcionamento da Teoria da Variação, fazendo nela alguns ajustes, é possível sair do dilema – aparentemente insolúvel – em que ela nos lança, em função da utilização que faz de descobertas trazidas pela Lingüística não Variacionista, saindo do imobilismo a que uma observação rígida do fazer científico pode nos levar.

Um dos grandes problemas para a Teoria da Ciência é a relação entre as teorias e a empiria. De uma maneira ou de outra, essa relação se coloca como um calcanhar de Aquiles na validação de teorias, uma vez que seria estranho que produzíssemos ciência sem que os seus enunciados tivessem alguma relação com o mundo. Alguma relação eles têm. A questão é a maneira como essa relação é concebida, ou seja, como é possível relacionar entidades teóricas – em princípio fruto da elaboração racional e, portanto, inobserváveis – com entidades observáveis.

2. A sociolingüística laboviana

Podemos resumir a Sociolingüística Laboviana com os seguintes enunciados:

- (a) A língua tem uma estrutura que é, ao mesmo tempo, autônoma com relação à estrutura social e governada por ela;
- (b) Todo o processo de variação é governado, de sorte que, tanto as regras categóricas quanto as não categóricas são reguladas.
- (c) A língua comporta tanto regras categóricas quanto regras não categóricas;

Ora, o que se percebe é que a Sociolinguística Laboviana busca estar no terreno intermediário entre Linguística Estrutural ou Gerativa e uma perspectiva social para o estudo da língua, no que diz respeito à maneira como as relações estruturais estão imbricadas entre si (e menos com relação à sua ontologia, se pensamos na Teoria Gerativa, que coloca a linguística na biologia).

Labov foi e tem sido muito criticado por não apresentar uma Teoria Científica para a linguagem, como se concebe normalmente, ou seja, a Teoria da Variação não é preditiva. Observe-se que não é possível saber, *a priori*, o que esperar de um processo de variação, nem saber quando ele vai começar ou terminar e nem mesmo que propriedades estruturais são relevantes para os fenômenos de variação. Mais ainda, se a Teoria não é preditiva, também não pode ser explicativa, uma vez que predição e explicação se encontram imbricadas em um sistema lógico que tenta modelar a existência do mundo, supondo inter-relações entre os comportamentos observados e entre estes e as propriedades e leis descritas no funcionamento do modelo. É por isso mesmo que a Sociolinguística Laboviana pode ser inscrita no ramo empírico da ciência, preconizado por Bacon. Primeiro olhemos os dados e vamos construindo generalizações sobre generalizações. Se tomamos o percurso desde Weinreich, Herzog, & Labov (1968), passando por Labov (1981) e chegando até Labov (1994), vamos encontrar um constante reavaliar das descobertas, a fim de encontrar as generalizações que tornam possível a formulação de hipóteses mais gerais acerca do funcionamento da língua, no que diz respeito à variação.

Porém, se o percurso geral tem sido esse, na formulação de pesquisas específicas, no levantamento de hipóteses que fundamentam a observação e o tratamento dos dados, ocorre a utilização – implícita ou explícita – de descobertas oriundas do campo da Linguística não variacionista ou mesmo da psicologia cognitiva. Mais ainda: em muitos casos se utiliza do arsenal descritivo dessas teorias, que é colocado par a par com a descrição do processo de variação.

A questão que se coloca é a seguinte: estariam os variacionistas e os lingüistas não variacionistas falando das mesmas entidades? Noutras palavras, existe comensurabilidade entre eles? Estaríamos diante da produção de conhecimento, de fato, ou apenas relacionando entidades que, não sendo relacionáveis, não produziram conhecimento de fato? É possível que a Teoria da Variação se coloque como uma teoria que concorra com as da Lingüística não variacionista (portanto refutando tais teorias) ou a incomensurabilidade entre elas torna impossível esse gesto? Penso que é possível responder positivamente a algumas dessas perguntas, mas negativamente a outras. Começemos pela última pergunta.

3. Teorias Incomensuráveis

Se de um lado, há uma grande coerência no programa laboviano, no que diz respeito à construção de generalizações a partir dos diversos esforços empíricos realizados sob o escopo da Teoria da Variação e da Mudança, de outro lado há uma grande oscilação no que diz respeito ao estatuto teórico dessas descobertas. Em Labov (1972), a Sociolingüística é colocada no âmbito da Lingüística Teórica, uma extensão desta, propondo apenas uma metodologia de confirmação das hipóteses mais refinada, como assinala Figueroa (1994). Em Labov (1994), parece haver o propósito de um distanciamento da Lingüística Teórica, explicitado pelo próprio autor na sua crença de que não valeria a pena investir nas revisões teóricas realizadas pela Lingüística não variacionista sobre os mesmos dados. O progresso se daria pela descoberta de novos fatos. Essa oscilação com relação ao estatuto da própria Sociolingüística Variacionista tem a ver, exatamente, com o desafio que se propõe, que é, nada mais nada menos, desafiar as dicotomias saussureanas de *langue/parole* e *sincronia/diacronia*, no seu âmago. Trata-se de uma tarefa impossível, da mesma maneira que é impossível decidir – positivamente – entre o que é cultural ou natural para todos os fenômenos, no âmbito da Antropologia. A saída estruturalista visa,

justamente, a colocar em suspense a solução, dando-se a descobrir apenas as relações a que seria possível ter acesso. Labov, ao contrário, conforme assinala Figueroa (1994), adota uma postura realista, segundo a qual as entidades do mundo são passíveis de descrição, ou seja, é possível alcançar a verdade, em algum momento, a partir de progressos sucessivos.

A Teoria da Variação e da Mudança e a Lingüística Estrutural e a Teoria Gerativa são incomensuráveis. A consequência disso é que a primeira não pode se dar o lugar de concorrente das outras, provando-se ser mais verdadeira, porque elas falam de entidades diferentes. Isso quer dizer que a língua para um variacionista não é a mesma de um estruturalista e não é a mesma de um gerativista. A língua de um estruturalista é um sistema de relações entre entidades abstratas, construídas pela própria teoria, que se supõe terem correlatos no mundo real; a Teoria Gerativa é uma modelagem do cérebro do falante, cuja confirmação é inalcançável. O que torna a teoria plausível é sua adequação a um certo conjunto de dados, previstos pela própria teoria, os quais, sendo confirmados, são engendrados num sistema explicativo mais amplo. Nos dois casos, há um conjunto de entidades não-observáveis e um sistema em que são engendradas que garante o caráter explicativo da teoria (é questionável se o Estruturalismo teria um caráter explicativo; isso se aplica mais ao Gerativismo).

As entidades com as quais a teoria da variação trabalha são, em um primeiro momento, aquelas observáveis pela percepção e por aparatos tecnológicos. Isso não quer dizer que a Teoria da Variação não opere com idealizações e com uma noção estruturalista da língua. A variação laboviana é estruturalmente engendrada e, da mesma maneira que para o estruturalismo, o sujeito falante está submetido ao sistema, muito mais do que é um agente dele. O estruturalismo laboviano conta, inclusive, com entidades não-observáveis – as variáveis – cujo estatuto é muito difícil precisar. Da mesma maneira que os fonemas, para o estruturalismo, as variáveis são as invariantes do sistema sociolingüístico, como o lugar em que as entidades observáveis se

igualam – as variantes. Essa visão estruturalizante é que permite à Teoria da Variação colocar-se no espaço intermediário entre a Lingüística estrutural ou a Teoria Gerativa e a perspectiva social do estudo da língua. Se, de um lado, o sistema para o variacionista é um sistema que varia, por outro, é um sistema de invariantes. Sem essa última noção, seria impossível pensar até mesmo no fenômeno de variação, tal como é concebido pela teoria.

Veja-se, então, que estamos falando de Teorias muito próximas, se pensamos na Teoria da Variação e no Estruturalismo Lingüístico (o caso com a Teoria Gerativa é mais complicado, porque a distância é bem maior). A incomensurabilidade reside especialmente no fato de que as variáveis são entidades de dupla face – lingüística e social. Como tal, são necessariamente diferentes das entidades do Estruturalismo – lingüísticas apenas. Uma noção como a de *fonema* não recobre a de variável. Se assim fosse, teríamos que dizer que a Teoria da Variação é uma lingüística da *parole*, enquanto a Lingüística Estrutural continuaria com seu objeto: a *langue*. Mas não é essa visão complementar que Labov deseja. Ao contrário, insiste em liquefazer a dicotomia. Para tanto, tem de lidar com entidades de outra natureza. Tanto há essa incomensurabilidade que, quando se trata de contrapor as hipóteses estruturalistas ou gerativistas a um certo conjunto de dados que nós, variacionistas, encontramos, basta o teórico estruturalista ou gerativista refazer alguns aspectos do modelo e a sua teoria se preserva. E por esta razão, não é possível que a Teoria da Variação e da Mudança se coloque como concorrente, seja do Estruturalismo seja da Teoria Gerativa. Eles estão em mundos diferentes.

4. Onde falamos das mesmas coisas

A seção anterior leva a um certo mal estar, uma vez que deixa implícito que toda tentativa de diálogo entre a Lingüística imanente e a Teoria da Variação está condenada ao fracasso. E mais, nenhum conhecimento estaria sendo produzido com este

gesto, já que é como se estivesse dizendo frases como *O dinheiro é uma palavra que provoca grandes diferenças sociais*, querendo dizer que ‘O dinheiro provoca grandes diferenças sociais’. Gostaria agora de investir na direção oposta, ou seja, sair do imobilismo que a incomensurabilidade nos coloca, para uma posição em que é possível fazer sentido lidando com teorias incomensuráveis. Não estarei falando da possibilidade de uma superação das teorias imanentistas da língua pela Teoria da Variação e da Mudança, porque elas são incomensuráveis, mas da apropriação que a Teoria da Variação faz do conhecimento acumulado por elas, mais propriamente, de partes desse conhecimento.

Na prática, isso se manifesta no trabalho variacionista quando transforma propriedades descobertas por essas teorias em hipóteses a serem checadas no conjunto de dados que analisa. Mais propriamente, na formulação dos grupos de fatores a serem testados como possíveis condicionadores do processo de variação.

Inicialmente, diria que o maior equívoco é pensar que o trabalho do variacionista confirma ou não confirma a teoria de onde eles foram originados. O variacionista não “confirma” ou “prova não ser verdade” a Geometria de Traços, de Clements, ou o Parâmetro Pro-drop, da Teoria Gerativa. O gesto de apropriação dessas hipóteses está calcado em uma ressignificação desta ou daquela propriedade descoberta por essas teorias, sem a qual o trabalho variacionista não faz sentido. Esse gesto compreende talvez três etapas muito importantes:

- (a) Reconhecer, no plano observável, quais entidades previstas são as mesmas tanto para a Linguística não variacionista, quanto para a Teoria da Variação;
- (b) Ter claro que uma regra postulada por uma teoria como a Gerativa não é uma entidade do mundo real, mas uma abstração do modelo; e

- (c) Transformar uma propriedade descrita por uma regra desta ou daquela teoria em um *fator condicionante*. Isso implica uma visão completamente diferente da propriedade e, portanto, uma entidade de natureza diferente.

A primeira etapa diz respeito a uma espécie de convenção estabelecida, mas não explicitada, que pode, se quisermos, remontar aos gregos. Toda a Lingüística contemporânea, seja ela de qualquer matiz, trabalha reconhecendo que a fala é segmentável no seu plano fônico, no plano morfológico e no plano sintático. Nesse sentido, falamos todos das mesmas coisas. Pode-se operar com a idéia de que a Morfologia está subordinada à Sintaxe ou não. Isso fará com que vejamos os morfemas de uma ou de outra maneira, mas dificilmente negaríamos que as palavras têm partes portadoras de sentido. Pode-se trabalhar com a idéia de que os traços são as entidades primeiras do sistema, como a Fonologia Gerativa, que esses traços estão hierarquizados, como a Geometria de Traços, mas em qualquer dessas teorias algum lugar terá que ser conservado para as unidades fônicas, porque elas existem. O reconhecimento dessas entidades comuns a todas as teorias não faz, necessariamente, que elas tenham a mesma base empírica. A base empírica de uma teoria – ou os enunciados e entidades observáveis que a corroboram – vai variar segundo as predições de cada uma delas, o que, mais uma vez, colabora para a incomensurabilidade das Teorias, em especial se estamos falando da Sociolingüística Variacionista e do Estruturalismo e, em maior grau, da Teoria Gerativa. No entanto, o fato de algumas dessas entidades coincidirem nos faz crer que, pelo menos em alguns aspectos, estamos tentando descrever as mesmas entidades que existem na língua. O sistema que elas formam é que não será o mesmo.

Em segundo lugar, temos as leis que essas teorias postulam para dar conta de certos comportamentos das entidades observáveis. Quando um lingüista formula uma lei, uma regra, ele está, num primeiro momento, promovendo uma relação não imediatamente observável, mas formulando um modelo de

funcionamento do mundo no qual uma certa propriedade é enunciada como plausível de existir. Para tanto, postulam-se tanto entidades não-observáveis (fonemas, traços) como propriedades que relacionam essas entidades (assimilação de um traço, relação de concordância) que prevêm um correlato de comportamento na sua base empírica. Quando um variacionista toma essa lei como um grupo de fatores, admite, em primeiro lugar, que as entidades observáveis são as mesmas (a realização sonora do segmento, por exemplo, ou uma manifestação morfológica e não outra, no caso da morfossintaxe). Em segundo lugar, está admitindo que há uma certa propriedade envolvida no comportamento dessas entidades observáveis que as relaciona umas às outras.

A partir daí, é preciso ressignificar tal propriedade. Em primeiro lugar, ela deriva de um quadro teórico no qual está engendrada, decorrendo de leis mais gerais postuladas por esse quadro. A Teoria da Variação e da Mudança não tem nenhum compromisso com esse quadro mais geral – e nem pode ter. Se se toma a lei, tal como é formulada, acreditando na realidade empírica das entidades não observáveis e no modo exato como a propriedade é enunciada, seu trabalho interpretativo resulta sem sentido. Noutras palavras: precisamos estabelecer com precisão o que queremos dizer quando dizemos que tal propriedade constitui um *grupo de fatores condicionadores* que costuma ser interpretado como uma espécie de **força** que impele as formas variantes. O conceito de **força**, ou pressão, não é compatível com o conceito de **regra**, na Teoria Gerativa ou na Lingüística Estruturalista. **Força** está relacionado a processos dinâmicos, enquanto **regra**, a relações estáticas. Talvez devêssemos fugir da noção de força e pensar em função, a partir de uma visão matemática (que é, aliás, a própria visão do modelo matemático usado como ferramenta para o trabalho de descrição), mas é algo que não está claro para mim no momento.

Essa clareza é necessária, especialmente porque para um mesmo processo de variação costumamos elencar grupos de fatores oriundos de quadros teóricos diferentes. Se tomamos ao pé da letra relações descritas por esses quadros teóricos, estamos

condenados a não dizer coisa com coisa ou a entrarmos em um beco sem saída, porque as entidades não observáveis e as regras postuladas por esses quadros são diferentes. O que reconhecemos quando tomamos tais hipóteses e aplicamos aos dados é que há uma propriedade relacionando as entidades observáveis que tomamos – e que são as mesmas, mas não sabemos onde está esta propriedade e nem o que ela é, de fato.

Em função disso, é óbvio que a Teoria da Variação precisa avançar um pouco na sua formulação teórica, definindo mais claramente o estatuto dos grupos de fatores, a fim de que o nível explicativo da teoria avance com relação ao nível descritivo. Do contrário, outros irão fazer isto, no futuro.

5. Últimas palavras

Num artigo que deu muita polêmica há uns anos atrás, Tarallo (1986) comparou o sociolinguísta a Zelig, o camaleão – um personagem de Wood Allen, inspirado em um caso célebre da psiquiatria, que assimilava a personalidade das pessoas com quem se envolvia. Tarallo afirmava que o sociolinguísta é meio camaleão: precisa assumir os mais diversos matizes teóricos, a fim de dar conta do fenômeno da variação. Essa postura foi muito criticada, em função de uma certa leviandade que trazia uma ausência de rigor científico e da irracionalidade que deixava transparecer (cf. Borges Neto e Muller, 1987). Rajagopalan (1993), em um artigo mais recente, comenta essa postura explicitada por Tarallo (1986), chamando a atenção para o fato de que essa não-ortodoxia podia ter algo de positivo, se observada à luz do “casuísmo”, segundo Josen e Toulmin (1988), porque se permitia lidar com as hesitações que precisamos ter com os mistérios da língua.

Penso que a imagem do camaleão não é a mais adequada. O sociolinguísta variacionista não é um ser que assume a personalidade desse ou daquele teórico. O sociolinguísta é um

predador – um tiranossaurus rex – que devora e metaboliza as suas presas teóricas, refundindo e ressignificando as suas carnes preciosas, transformando matéria em energia, tentando perceber, ainda que intuitivamente, que matéria e energia podem ser a mesma “coisa”.

Referências Bibliográficas

- BORGES NETO, J. & PAULA MÜLLER, A.L. (1987). Lingüistas ou Camaleões? Uma resposta a Tarallo. *D.E.L.T.A.*, 3 (1):47-53.
- FIGUEROA, E. (1994). *Sociolinguistic Metatheory*. Pergamon: Oxford.
- LABOV, W. (1972a). *Sociolinguistic Patterns*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- (1994). *Principles of Linguistic Change*. Cambridge: MA Blackwell.
- RAJAGOPALAN, K. (1993). “Chameleon-Linguist” and the revival of casuistry: afterthoughts on a controversial suggestion by Fernando Tarallo. *D.E.L.T.A.*, 9 (n. especial): 1-10.
- TARALLO, F. (1986). Zelig, um camaleão lingüista. *D.E.L.T.A.* 2 (1): 85-95.
- WEINREICH, U., LABOV, W. & HERZOG, M. (1968). Empirical foundations for a theory of language change. In: LEHMAN, W. & MALKIEL, Y. (eds.). *Directions for historical linguistics*. Austin: University of Texas Press. 97-195.

PRODUÇÕES

A
EXISTÊNCIA/INEXISTÊNCIA
DE SUJEITOS ORACIONAIS¹

Mary A. KATO
Universidade Estadual de Campinas/CNPq

Carlos MIOTO
Universidade Federal de Santa Catarina/CNPq

Abstract: Sentencial subjects represent a category in all traditional, structuralist and recent generative grammar. Examples of such sentences are the constituents interpreted as arguments of verbs like ‘parecer’, ‘acontecer’, ‘impressionar’. The usual analysis in generative grammar is that such constituents are internal arguments of the verb in D-structure, and that they raise to subject position by movement. This article maintains the claim that they are D-structure internal arguments, but shows that the landing position of finite sentences is an A’ position. The main evidence presented is that the so-called “sentencial subjects” behave exactly like adjunct sentences for extraction. The analysis maintains infinitival clauses as possible subject clauses.

Key Words: Sentencial Subjects; Islands; Infinitival Clauses; Adjunct Clauses; A/A’-movement.

¹ Agradecemos a Jairo Nunes pelas contribuições teóricas.

1. Proposta

O objetivo deste trabalho é apresentar uma nova análise a respeito do estatuto dos constituintes em grifo em (01), (02), (03) e (04):

- (01) a. **Que Maria esteja grávida** é inconcebível.
b. **Que chova tanto nesta época do ano** não agrada a ninguém.
- (02) a. **A Maria estar grávida** é inconcebível.
b. **Chover tanto nesta época do ano** não agrada a ninguém.
- (03) a. É inconcebível **que Maria esteja grávida**.
b. Não agrada a ninguém **que chova tanto nesta época do ano**.
- (04) a. É inconcebível **a Maria estar grávida**.
b. Não agrada a ninguém **chover tanto nesta época do ano**.

Segundo as gramáticas tradicionais, os constituintes em grifo são sujeitos oracionais. No caso de (03) e (04), o sujeito oracional se encontraria posposto ao predicador. As infinitivas são consideradas orações reduzidas. Também Mattoso Câmara as analisa como sujeitos oracionais¹. Mesmo verbos que só admitem uma oração-argumento que aparece à direita, como é o caso dos impessoais como 'parecer' e 'acontecer', são analisados como tendo um sujeito oracional:

¹ "As orações subordinadas conjuncionais podem ser integrantes (correspondendo a **sujeito**, complemento objeto ou predicativo da oração principal ou circunstanciais (correspondendo a complementos circunstanciais da oração principal)." (Mattoso Câmara, 1968:291, 3ª ed). (grifo nosso)

- (05) a. Parecia **que o morro se tinha distanciado muito**.
(Graciliano Ramos, apud Rocha Lima, 1972)
- b. Parece **que da vida as fontes mais fáceis correm**.
(Dias, Obras, I, 314, apud Mattoso Câmara, 1968)

O primeiro autor a contestar a análise tradicional no português, de considerar tais subordinadas como subjetivas, foi Quicoli (1972), dentro do modelo-padrão da teoria gerativa¹, baseando-se nas idéias de Emonds (1970) e seu princípio de que transformações são preservadoras de estrutura². O objetivo deste trabalho é colocar a proposta de Quicoli no quadro atual da teoria gerativa, principalmente na visão de Kayne (1994), mostrando que esses constituintes são selecionados como complementos em estrutura-D. Será demonstrado que as subordinadas integrantes podem ser topicalizadas para uma posição na periferia esquerda da sentença, onde apresentam comportamento típico de adjunto sintático. Isso explica o porquê de a ordem pós-verbal desses constituintes não ser a não-marcada, em oposição ao que se espera do comportamento de um sujeito. Mas, contrariamente à hipótese de Quicoli, mostraremos que as infinitivas são complementos; e ainda, apresentaremos uma nova proposta sobre o lugar de inserção dos expletivos nas construções impessoais. Nas seções seguintes, daremos os argumentos em favor dessa análise.

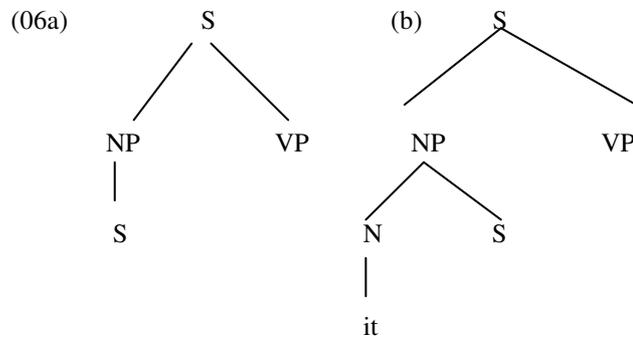
2. O princípio da endocentricidade

O primeiro trabalho a notar o problema de se considerar orações como sujeito foi o de Jacobs e Rosenbaum (1968) (doravante, J&R). Antecipando-se à teoria X-barras, eles rejeitam

¹ Para o inglês e para o holandês, veja proposta e argumentos semelhantes em Koster (1978).

² Para Emonds, esse princípio só pode ser violado na sentença raiz, donde ele distinguir regras de raiz e regras preservadoras de estrutura.

que um NP possa ser reescrito como S, como em (06a). Dada a presença obrigatória, no inglês, do pronome expletivo *it*, que aparece em sentenças impessoais, os autores propõem que o núcleo desse sujeito seria o expletivo, cuja categoria seria N, e que a oração com subordinador seria seu complemento, como em (06b).



Foi, então, proposta a regra de **extraposição**, cujo efeito seria o sujeito posposto. Tal regra daria conta de outras construções como a relativa extraposta em (07) e a completiva extraposta em (08):

- (07) a. Alguém que ninguém conhece acaba de entrar.
 b Alguém __ acaba de entrar, que ninguém conhece.
- (08) a. A conclusão (de) que Maria está grávida chocou a todos.
 b. A conclusão __ chocou a todos, que Maria está grávida.

J&R vêem um paralelismo entre esse tipo de fenômeno e o que ocorre em sentenças impessoais do inglês, motivo que os

leva a propor (09), onde o *it* atua como núcleo do que está entre colchetes e onde (09b) é derivada de (09a):

- (09) a. *[It that Betty is pregnant] has shocked everyone.
 b. It ___ has shocked everyone that Betty is pregnant
 c. That Betty is pregnant has shocked everyone.

O inglês apresenta, também, a possibilidade de ter a oração subordinada em posição inicial de sentença, como em (09c), mas nesse caso o *it* apareceria necessariamente elidido. J&R não fornecem explicação para esse fato. J&R estendem essa abordagem a orações com complementos sentenciais, em que o complemento pode aparecer com ou sem o expletivo *it*.

- (10) I hate (it) that Bill knows her better than me.

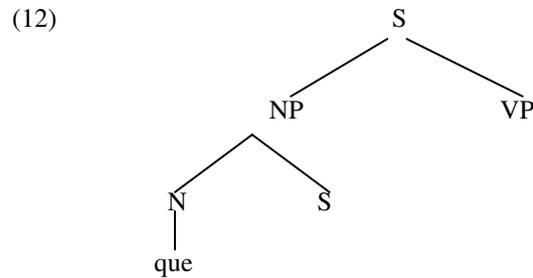
A mesma representação é proposta para casos em que a forma correspondente a (09c) não existe – a saber as construções impessoais, caso em que a extraposição é considerada obrigatória:

- (11) a. *[It that Betty is pregnant] seems.
 b. It ___ seems that Betty is pregnant.
 c. * That Betty is pregnant seems.

Como o português permite sujeitos nulos não-referenciais (cf. Duarte, 1995; Cyrino, Duarte e Kato, 1996; Negrão e Müller, 1996), poderia ser postulado um sujeito nulo (*pro*) nas sentenças em (03) e (04). O sujeito, tanto no inglês quanto no português, seria um elemento pronominal e não a sentença subordinada.

- (09) b. It ____ has shocked everyone that Betty is pregnant
 (03) b' *pro* ____ não agrada a ninguém que chova tanto.

Perini (1995) apresenta uma solução alternativa interessante para que a representação de sentenças impessoais satisfaça o requisito da endocentricidade. Ele considera o conjuntor que um nominalizador da sentença. Embora ele não apresente a representação X-barrá de sua concepção, podemos visualizá-la como [12]:

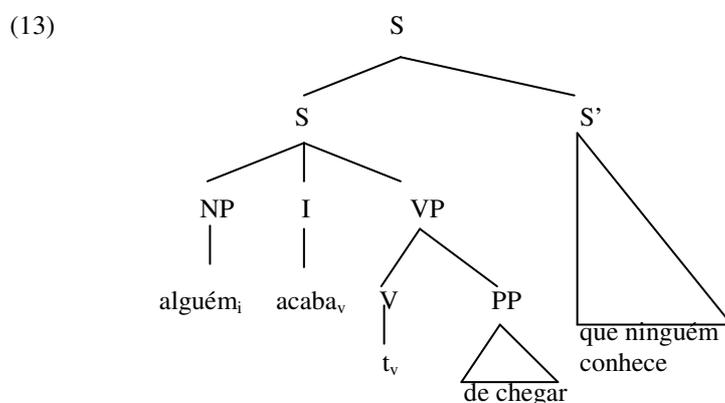


Em termos de hoje, essa análise apresenta, contudo, um problema para a teoria do caso. Se que é um nome, ou se a sentença é um Nome, ele deveria satisfazer o caso nominativo na posição de sujeito. Por que, então, a sentença subordinada se deslocaria para a direita, opcionalmente nos casos vistos de (01) a (04) e obrigatoriamente no caso de parecer? Na análise já clássica de Stowell (1981), fica claro que nomes exigem caso, mas sentenças não.

Por outro lado, tanto a análise de J&R quanto a de Perini (se vale a representação (12) para as idéias deste) se situam numa fase da teoria em que os movimentos podiam ocorrer tanto para a esquerda quanto para a direita¹.

¹ Exceção feita a cláusulas infinitivas, como veremos a seguir.

Ainda em Baltin (1981), o movimento é concebido como deslocamento para a direita nos casos (da extraposição) das relativas. A questão de Baltin é o lugar para onde vão esses constituintes extrapostos a partir do sujeito. Sua proposta é que eles se adjunjam a S.



3. A extraposição re-interpretada como movimento para a esquerda

Desde o final da década de setenta, quando se começa a postular que movimentos deixam vestígios (= *traces*) e que vestígios precisam ser c-comandados por seu antecedente¹, os movimentos passaram a ser vistos como sendo para um lugar mais alto na estrutura, para o esqueleto funcional à esquerda. Assim, por exemplo, em lugar de se falar em posposição de sujeito no caso de verbos ergativos/inacusativos, propõe-se que o argumento único desses verbos nasce como seu complemento, à direita, onde recebe papel- θ , subindo depois para a posição de sujeito de I (Inflection =

¹ O primeiro a propor a existência do vestígio foi Lightfoot (1976) .

Flexão Temporal + Concordância) para obter caso nominativo. Dessa forma, o vestígio deixado pelo NP forma com este uma cadeia em que o NP com caso c-comanda o seu vestígio com papel- θ , como na representação (14b). Na versão de posposição (representação (14a)), o vestígio é que c-comandaria o seu antecedente, o que contraria em princípio a natureza de cadeias. Usando t (de *trace*) para a lacuna deixada pelo movimento, teremos:

- (14) a. [_{IP} __ INFL [_{VP} cozinhar a batata]]
 b. [_{IP} A batata_i cozinhou [_{t_v} t_i]]

Kayne (1994) faz uma proposta radical: a de restringir a direção de todo e qualquer movimento para a esquerda, postulando ainda que a ordem linear espelha a relação de c-comando assimétrico. Assim, se um item A c-comanda assimetricamente um item B, A deve preceder B na ordem linear. Com essa teoria, que chama de “Axioma de Correspondência Linear”, Kayne tenta reanalisar os casos aparentes de movimento para a direita (como é o caso da extraposição e também do deslocamento à direita). No que diz respeito à extraposição, Kayne trata apenas da extraposição de relativas.

Tomemos as relativas em (07), aqui repetidas como (15):

- (15) a. Alguém que ninguém conhece acaba de entrar.
 b. Alguém __ acaba de entrar, que ninguém conhece.

A derivação proposta por Kayne (1994) parte de uma forma em que o NP relativizado nasce à direita do verbo, podendo ele inteiro se mover para a posição de sujeito ou apenas a cabeça da relativa alguém, já que é esta que vai satisfazer o caso nominativo nessa posição. Teremos, então, (16) em vez de (15):

- (16) a. Acaba de entrar alguém que ninguém conhece.

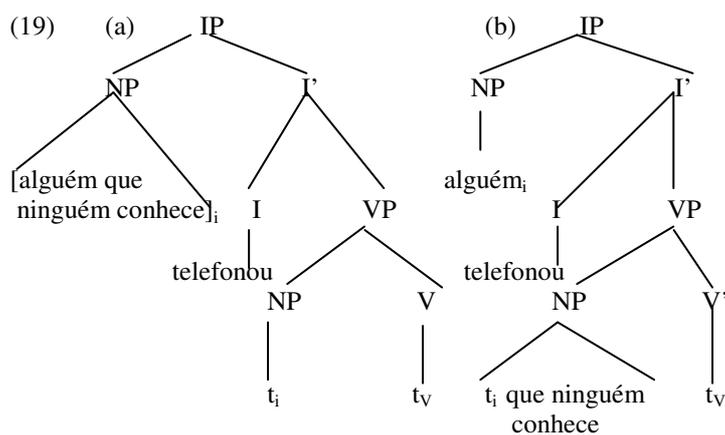
- b. [Alguém que ninguém conhece]_i acaba de entrar t_i.
- c. [Alguém]_i acaba de entrar [t_i que ninguém conhece]

Essas construções parecem ser possíveis sempre que o sujeito aparece posposto, o que não é o caso das construções transitivas no PB, nas quais o sujeito posposto é bloqueado¹.

- (17) a. Telefonou alguém que ninguém conhece.
b. [Alguém que ninguém conhece]_i telefonou t_i.
c. Alguém_i telefonou [t_i que ninguém conhece]
- (18) a.?? Comeu o bolo hoje alguém que ninguém conhece.
b.[Alguém que ninguém conhece]_i comeu o bolo hoje t_i
c.* Alguém_i comeu o bolo hoje [t_i que ninguém conhece].

Poderíamos inicialmente supor que a posição extraposta tem origem no momento em que o verbo e o sujeito gerados dentro de VP sobem para o esqueleto funcional. O sujeito como um todo (19a) ou apenas a cabeça da relativa (19b) poderia subir.

¹ Veja mais adiante qual postulamos ser a posição desse sujeito posposto.



No caso de tempo composto, como é o auxiliar que aparece em I para obter flexão¹, o verbo principal deveria aparecer depois da relativa extraposta, o que não acontece.

- (20) a. [_{IP} tinha [alguém que ninguém conhecia telefonado]]
 b. *_{[IP} Alguém_i tinha [t_i que ninguém conhecia telefonado]]

Se, todavia, introduzirmos uma projeção ASPP para aspecto, o movimento pode partir da posição do sujeito interna a VP²:

- (20) b'. [_{IP} tinha [_{ASPP} Alguém_i telefonado [t_i que ninguém conhecia t_v]]]]

¹ Não entraremos aqui na discussão sobre o lugar onde se origina o auxiliar. Duas alternativas são possíveis: a) ele aparece como um verbo inacusativo ou b) é inserido como flexão.

² Agradecemos a Jairo Nunes por ter nos mostrado essa possibilidade.

Na seção seguinte, iremos propor uma nova análise para sujeitos oracionais, seguindo a proposta de Kayne para extraposição, mas antes apresentaremos a proposta de Kato (1998) para pronomes e sua duplicação, que nos ajudará a entender a relação entre o expletivo e a oração subordinada.

4. Sujeitos oracionais como predicados secundários alçados para uma posição A'

4.1 Pronomes fracos e sua duplicação por pronomes fortes ou DPs deslocados

Muitas línguas apresentam o fenômeno da duplicação/redobramento de clíticos por um pronome forte, o qual Kato (op. cit.) considera ser essencialmente da mesma natureza do fenômeno do deslocamento de DP¹, à direita ou à esquerda. Veja-se, no espanhol, o exemplo do primeiro e do segundo em (21):

- (21) a. Lo_i vi a e_i.
b. Lo_i vi a Juan_i.

Para Soriano (1989), o pronome sujeito também pode ser duplicado no espanhol, só que, nesse caso, o pronome fraco é nulo:

- (22) Yo_i pro_i comi la torta.

¹ V. em Kato (1998) os argumentos para considerá-los como o mesmo fenômeno, embora Cinque (1990) os considere distintos.

Kato (1998) mostra que a duplicação do pronome sujeito fica mais visível em línguas de sujeito não-nulo, já que o pronome fraco nominativo aparece obrigatoriamente e o pronome forte que o redobra não é nominativo:

- (23) a. Moi, je partirai demain.
b. Me, I will leave tomorrow.

O PB, que está perdendo o sujeito nulo referencial (cf. Duarte, 1993, 1995), deixa de ter *pro* e, já que seu pronome forte é nominativo, a duplicação soa como repetição. No deslocamento, por sua vez, o pronome fraco aparece obrigatoriamente.

- (24) a. Eu, eu já vou.
b. O Pedro, ele já foi.

No mesmo trabalho, é proposto que o elemento deslocado se origina de uma predicação equativa secundária do tipo [**ele o Pedro**], [**eu EU**]¹ sem cópula. Em outras palavras, o pronome forte e o DP deslocado são, na verdade, predicados secundários removidos de seu lugar de origem para uma posição A'. Com seu vestígio, formam uma cadeia que mantém uma relação de predicação com o pronome que aparece no interior da sentença, como mostra (25).

- (25) a. [_{IP} [_{DP} *ele_i* o Pedro_i] já foi]
b. O Pedro_i [_{IP} [_{DP} *ele_i* t_i] já foi]

¹ O pronome em minúscula é o fraco e o que está em maiúsculas é o forte. Quando a oração equativa é plena o pronome forte é o que aparece como predicativo (eu sou EU), com acento primário. Observe que apenas o pronome pós-verbal, como qualquer pronome forte, pode ser focalizado.

Note-se que, sintaticamente, seria impossível mover **o Pedro** de (27a), por ele não constituir uma projeção máxima, a mesma restrição não ocorrendo com a representação (27b), na qual ele constitui um XP. Além disso, em (27a) **o Pedro** é interpretado semanticamente como uma expressão não-saturada, o que é típico de predicados. Embora **o Pedro** seja sintaticamente um predicativo, ele é um elemento referencial diferente de **um poeta** em **Ele é um poeta**. A alternativa (27b) é, portanto, a mais adequada para representar uma predicação equativa, tanto do ponto de vista sintático quanto semântico. A proposta deve assumir, ainda, que, em (26), **ele** é uma categoria mínima não-máxima antes do movimento e que depois do movimento se torna mínima e máxima¹.

Em sentido um tanto diverso da proposta de Kato, mas com pressupostos semelhantes para a composição do DP, Kayne (1998) postula que o DP pode se estruturar como $[_{DP}[_{Spec} \text{O João}] [_D \text{ele}]]$. Nos contextos de *binding* **o João** se desloca para uma posição A da qual que c-comanda o **ele**:

- (28) a. — disse que $[_{DP} \text{o João} \text{ele}]$ gosta de Maria
 b. O João_i disse que $[_{DP} t_i \text{ele}]$ gosta de Maria

Note-se que a proposta de Kato é tratar a relação pronome e DP como uma relação de predicação, enquanto a de Kayne é tratá-los como uma relação de ligação, mais especificamente a possibilidade de um pronome na subordinada ser co-referente com um constituinte na matriz. A representação proposta por Kayne pode ser derivada da proposta por Kato, movendo-se o DP para a posição Spec do D. Logo, para configurações do tipo de (28) o DP poderia estar depois do pronome antes de ser movido, como vemos na representação $[_{DP} \text{João}_i [_D \text{ele} [t_i]]]$.

¹ Aqui já estamos assumindo a proposta Minimalista de que um elemento pode ser mínimo e máximo ao mesmo tempo. Agradecemos a Jairo Nunes por esta observação.

4.3 A derivação do sujeito expletivo¹

Nesta seção, uma análise paralela à do deslocamento e duplicação será desenvolvida para sentenças impessoais. O expletivo **it** é concebido como um pronome fraco cujo predicado é uma sentença, ambos formando uma predicação secundária, uma mini-orção, paralela à predicação equativa que se sustenta entre **o Pedro** e o pronome **ele**. A diferença é que teremos, nesse caso, um elemento pronominal de terceira pessoa como núcleo de DP e um CP como complemento predicativo, como vemos em (29). No inglês, esse elemento é o pronome neutro **it**; no português é o pronome nulo *pro*.

- (29) a. $[_{DP} it_i [_{CP} that IP]_i]$
 b. $[_{DP} pro_i [_{CP} que IP]_i]$

Podemos agora re-analisar a proposta de J&R para a extraposição do sujeito, usando a teoria de Kayne e a teoria sobre expletivo acima exposta. Começemos com o inglês, língua na qual o expletivo é explícito:

- (30) a. It seems that Betty is pregnant.
 b. $[_{IP} ___ [_{VP} seems [_{DP} it_i [_{CP} that Betty is pregnant]_i]]]$
 c. $[_{IP} It_i [_{VP} seems [_{DP} t_i [_{CP} that Betty is pregnant]_i]]]$

Ao contrário da análise convencional em que o expletivo é inserido diretamente como Spec de I, nossa análise propõe que ele é alçado do interior do complemento de **parecer**. O papel- θ do verbo é atribuído ao DP como um todo, cujo conteúdo substantivo é dado pela mini-orção e cujo conteúdo referencial é dado pelo núcleo, que é o pronome neutro. O papel deste é similar ao do

¹ Uma versão preliminar dessas idéias foi apresentada na comunicação de M.A.Kato "Uma tipologia de pronomes nulos na Gramática do Português falado", Campos de Jordão, 1995.

artigo dentro de um DP ou de um pronome em uma mini-orção equativa¹. O verbo **parecer** é considerado um verbo inacusativo, não tendo, portanto, a capacidade de atribuir acusativo ao seu complemento. O DP precisa de caso. O pronome **it** sobe do núcleo do DP inferior para o núcleo do DP superior, onde recebe caso de I.

Para o português, valem as seguintes afirmações: (a) o V sobe para I, ao contrário do inglês, cujo verbo permanece em V; e (b) o expletivo nulo sobe para a posição de sujeito de I.

- (31) a. Parece que a Betty está grávida.
 b. [_{IP} ___ I [_{VP} parecer [_{DP} pro [_{CP} que a Betty está grávida]]]]
 c. [_{IP} pro_i parece [_{VP} t_v [_{DP} t_i [_{CP} que a Betty está grávida]_i]]]]

Note-se que a análise com o sujeito expletivo é idêntica em motivação àquela dada às sentenças pessoais com **parecer** como em (32): o sujeito do AP sobe para a posição de Spec de I para obter caso.

- (32) a. Ela parece triste.
 b. [_{IP} ___ I [_{VP} parecer [_{AP} ela [_{A'} triste]]]]
 c. [_{IP} Ela_i parece [_{VP} t_v [_{AP} t_i [_{A'} triste]]]]

Veja que o sujeito da mini-orção AP pode, por sua vez, ser uma mini-orção DP equativa do tipo [**ela a Joana**]. Nesse

¹ Um trabalho interessante sobre o expletivo nulo no Catalão é apresentado em Picallo (1998), para quem o expletivo nulo não deve entrar na numeração já que não tem efeito nem para a saída fonética e nem para a Forma Lógica. Sua proposta é que sentenças com expletivos nulos não projetem o Spec de IP. No presente trabalho, estamos assumindo, todavia que o expletivo tem interpretação em Forma Lógica.

caso, **ela** sobe para a posição de sujeito de **parecer** e **Joana**, sendo o predicado da mini-orção, vai para a posição deslocada:

- (33) a. [IP___ parece [AP [DP ela_i a Joana_i] triste]]
 b. A Joana [IP ela parece [AP [t_{ela} t_{Joana}] triste]]

Há, porém, como vimos, sentenças em que a orção subordinada pode aparecer na posição inicial da sentença tanto em inglês quanto em português¹:

- (34) a. It annoys me that Bill is late.
 b. That Bill is late annoys me.
- (35) a. Me aborrece que o Pedro esteja atrasado.
 b. Que o Pedro esteja atrasado me aborrece.

Verbos como **aborrecer**, **impressionar** e **divertir** são chamados psicológicos e a análise convencional é que eles são ergativos de dois objetos (cf. Rizzi & Belletti, 1988), isto é, que ambos são argumentos internos do verbo, no início da derivação. O tema do aborrecimento, divertimento, pode ser um sintagma

¹ Note-se que, nos casos abaixo, *parecer* também pode ter uma orção à esquerda, como os verbos psicológicos, desde que a orção seja argumento de outro predicado. Sendo predicado também vai aparecer em posição A'. Podemos supor que predicados não têm as mesmas restrições de barreiras que os argumentos.

- [i] a. Parece um ato de justiça [que Pinochet seja extraditado]
 b. [que Pinochet seja extraditado] parece um ato de justiça.
 c. [_{CP} que Pinochet seja extraditado] [_{IP} pro_i parece [[t_i t_{CP}] um ato de justiça].
- [iii] a. Parece justo [que Pinochet seja extraditado]
 b. [que Pinochet seja extraditado] parece justo

nominal como **a notícia** em (36) ou uma oração como [**que o Pedro esteja atrasado**] em (35)¹.

- (36) a. Me aborreceu a notícia.
b. A notícia me aborreceu.

Deixando de lado a representação do experienciador, que em (36) aparece como clítico, podemos dizer que a análise das sentenças (34) do inglês pode ser feita nos mesmos termos da sentença com **seem** em (30).

- (37) a. [_{IP} ____ [_{VP} annoys me [_{DP} it_i [_{CP} that Bill is late]_i]]]
b. [_{IP} It [_{VP} annoys me [_{DP} t_{it} [_{CP} that Bill is late]_i]]]

Da mesma forma, as sentenças em (35) do português se alinham em análise com as sentenças com **parecer**, admitindo-se aí o expletivo nulo:

- (38) a. [_{IP} ____ me aborrece [_{DP} pro_i [_{CP} que o Pedro esteja atrasado]_i]]
b. [_{IP} pro me aborrece [_{DP} t_{pro} [_{CP} que o Pedro esteja atrasado]_i]]

Como explicar, porém, o caso em que a oração subordinada aparece na posição inicial? Começemos pelo caso do português. Podemos supor que a oração subordinada sobe para uma posição de deslocado à esquerda, da mesma forma que um DP predicado sobe, como em (25), aqui repetido como (39). A diferença é que em (40) temos um **pro** em vez do pronome **ele**.

¹ Note-se que a ordem marcada é aquela em [35b], em consonância com o que vimos afirmando.

- (39) a. [IP [DP ele o Pedro] [já foi]]
 b. O Pedro_i [IP [DP ele t_i] [já foi]]
- (40) [CP Que o Pedro esteja atrasado] [IP[DP pro t_{CP}] me aborrece [t_{DP}]]

Como, então, podemos explicar o caso do inglês, que presumimos até agora ter sujeito obrigatório? Observe-se, porém, que o inglês admite uma sentença do tipo (41a), não sendo possível (41b), com expletivo:

- (41) a. Under the bed is the best place to hide the money.
 b.* Under the bed **it** is the best place to hide the money.

Admitamos que o inglês pode ter um expletivo apagado em contextos muito especiais, possível resquício de sua origem germânica e de sua velha estrutura V2. Lembremos que o alemão admite o expletivo nulo quando a sentença impessoal tem algum constituinte que pode iniciar a sentença. Resumindo, a análise que daríamos às sentenças do inglês com o aparente sujeito oracional seria a mesma que demos às do português.

Um caso que pode sugerir que a sentença subordinada é efetivamente o sujeito, contrariamente à nossa hipótese, é o das passivas com complemento oracional.

- (42) a. Foi confirmada a notícia.
 b. A notícia foi confirmada.
 c. Foi confirmado que houve falcatruas na negociação.
 d. Que houve falcatruas na negociação foi confirmado.

Dado o paralelismo de (42a/b) com (42c/d), poderíamos dizer que a oração subordinada em (42d) está na posição de sujeito. Quicoli (1972) diz que, mesmo nesses casos, não podemos

afirmar que a oração subordinada esteja na posição de sujeito, apresentando o contraste entre (43a) e (43b)¹:

- (43) a. Eu disse que a notícia foi confirmada.
b. *Eu disse que que houve falcatruas na negociação foi confirmado.

Para Quicoli, movimento de oração é uma regra de raiz, não preservadora de estrutura. Em geral, esse tipo de operação resulta em mudança prosódica ou em prosódia marcada. Logo, (43b) seria mal-formada porque a operação de movimento de oração ocorreu dentro da oração subordinada, onde as transformações devem ser preservadoras de estrutura. Em (43a), por outro lado, o que se moveu dentro da subordinada é um sintagma nominal. Logo, seu movimento para sujeito da subordinada preserva a estrutura, sendo seu contorno prosódico não-marcado.

Se, porém, a sentença subordinada é complemento de um nome dentro de um DP, a predição é que as duas posições são possíveis, pois o movimento é preservador de estrutura. É o que se verifica abaixo:

- (44) a. Eu disse que foi confirmada a suspeita de que houve falcatruas na negociação
b. Eu disse que a suspeita de que houve falcatruas na negociação foi confirmada

Uma formulação mais recente dessa restrição encontra-se em *Barriers* (Chomsky, 1986), onde se exclui adjunção a IP. Veja, porém, que, se movermos um sintagma nominal para a posição entre o complementizador e o sujeito, o resultado é uma sentença gramatical, o que mostra que tal movimento deve ser tratado como preservador de estrutura. Se assumirmos que há um nóculo TopP

¹ Os exemplos aqui são nossos

(Topic Phrase) entre o CP e o IP (Rizzi, 1997 e Figueiredo Silva, 1996), a regra de movimento de tópico seria preservadora de estrutura, podendo ocorrer em oração subordinada.

- (45) Eu disse que [_{TopP} O Pedro]_i [_{IP} a Maria não esteve com [_{DP} ele; t_i]] .

Mas uma oração CP, ao contrário de um DP, parece não se qualificar para a função de tópico, o que faz, então, com que ela não possa satisfazer os traços do núcleo Top¹. O movimento de CP deve ter outro tipo de motivação. Podemos pensar no Princípio de Adjacência para atribuição de caso, proposto por Stowell (1981). CP pode ser visto como uma barreira para a Flexão I atribuir (ou checar) caso nominativo ao expletivo. Mas essa barreira não precisaria existir se o expletivo subisse sozinho, não havendo “*ped-piping*” do CP nessa subida. Seria essa a derivação mais econômica, pois a atribuição de caso só envolve o expletivo. Todo o resto seria um peso morto e sua subida seria ociosa, violando o postulado da economia. Isso nos leva a refazer a derivação proposta em (40) e propor que o movimento da oração para a posição pré-sentencial se dá diretamente a partir da posição original:

- (40)' [_{CP} Que o Pedro esteja atrasado] [_{IP} *pro* me aborrece [_{VP} t_v [_{t_{pro}} t_{CP}]]]

Continua a haver a questão da motivação do movimento da oração subordinada. Note que a entoação marcada da sentença com a oração preposta retira essa oração do *locus* de acento primário, focal. Marcando em maiúsculas o segmento acentuado focal nas duas formas, temos:

¹ Podemos supor que o núcleo Top exige a checagem de algo como o traço [+referencial], ou até mesmo ter um traço D-forte, que não pode ser satisfeito por CP.

- [46] a. Me aborrece [QUE O PEDRO ESTEJA ATRASADO]
b. [Que o Pedro esteja atrasado] ME ABORRECE

Logo, o movimento em adjunção que vimos propondo tem a ver com o que Zubizarreta (1998) vem chamando de **Movimento-P** (P-movement), operação imune ao princípio da economia¹. Na seção seguinte, apresentaremos argumentos para afirmar que na posição pós-verbal a oração subordinada se comporta como complemento e que, na posição inicial, ela se comporta como adjunto.

5. O critério da extração

Seguindo Quicoli (1972), propusemos que não existe sujeito oracional. Essa postulação evita que CP funcione como sujeito e elimina o que, nos termos tradicionais, se constituía como oração subjetiva. O desconforto da concepção de sujeito sentencial seria evitado e não teríamos que analisar como sujeito aquilo que apresenta propriedades que, em tudo, são impróprias de um sujeito: aparece em posição pós-verbal (se aparece antes do verbo assume necessariamente entonação marcada); não tem diretamente a ver com nominativo, o que é próprio de DPs. Nesses casos, o

¹ Veja que, se assumirmos que o expletivo sobe para satisfazer caso do I matriz, nada obrigaria o CP a subir. Aqui, na verdade, o CP sobe para que o VP possa ser interpretado como Foco, uma operação que aparentemente viola o princípio da avareza (=“greed”). Para Zubizarreta (1998), contudo, movimento-P (prosodicamente motivado e não motivado por checagem não se sujeita a noção de economia. Uma abordagem alternativa que colocaria tal movimento como uma operação de chacagem seria a de Rizzi (1997), para quem a periferia esquerda pode codificar a informação nova (foco) ou a informação velha (tópico). Nessa perspectiva, a sentença deslocada pode ser simplesmente um tópico (em Spec de TopP que tem Top nulo) na versão expandida de CP.

Spec de IP, que é a posição canônica do sujeito, é ocupado por um expletivo (um pronome nulo no caso do português e outras línguas de sujeito nulo).

Se o CP no início de uma oração como (40) for tratado como um adjunto, ficará explicado por que os chamados sujeitos oracionais se comportam como “ilhas” para efeitos da extração de, por exemplo, expressões interrogativas. Assim, é bem conhecido o fato de que orações adjuntas são “ilhas” para a extração, enquanto orações complementos não são. Veja a comprovação disso no contraste entre (47) e (48):

- (47) a. Maria acredita que a polícia falou com quem?
 b. Com quem_i Maria acredita que a polícia falou t_i?
- (48) a. Maria acredita na polícia porque falou com quem?
 b. *Com quem_i Maria acredita na polícia porque falou t_i?

Houve época em que se dizia que orações-sujeito também eram ilhas (cf. Ross, 1967). Se a oração subordinada em sentenças com **parecer** fosse sujeito, a extração de um elemento interrogativo de dentro dela deveria resultar em agramaticalidade. Mas não é isso que ocorre:

- (49) a. Parece que a Polícia esteve falando com quem?
 b. Com quem_i parece que a polícia esteve falando t_i?

A gramaticalidade de [49b] mostra que **com quem** foi extraído de um complemento. Tomemos, agora, exemplos em que a oração subordinada ocorre depois do verbo ou no início da sentença e testemos a extração interrogativa de dentro dessas posições:

- (50) a. Te aborrece que o Pedro sempre confie em quem?
 b. ?Em quem_i te aborrece que o Pedro sempre confie t_i?

- (51) a. Que o Pedro sempre confie em quem te aborrece?
 b.* Em quem_i que o Pedro sempre confie t_i te aborrece?

Fica claro o contraste entre (50b) e (51b). (50b) não é 100% boa porque o verbo **aborrecer** é factivo e complementos de predicados factivos constituem ilhas fracas (Cinque, 1990). Veja que se o predicado não for factivo, a extração da subordinada pós-verbal resulta em sentença absolutamente bem-formada:

- (52) a. É possível que Pedro confie em quem?
 b. Em quem_i é possível que Pedro confie t_i?

Talvez não seja ocioso completar o paradigma aqui com a oração do lado esquerdo, notando que para ela se mantém a impossibilidade de extrair:

- (52) c. Que o Pedro confie em quem é possível?
 d. *Em quem_i que o Pedro confie t_i é possível?

Voltando a (51b), consideramos que a agramaticalidade da extração do elemento interrogativo de dentro de sua oração subordinada se deve ao fato de esta ser uma oração-adjunto. A seguir, veremos dados do PB que dão sustentação empírica à nossa análise.

Na medida em que o PB vem perdendo as propriedades de língua de sujeito nulo, há uma tendência de preencher a posição inicial de sentenças impessoais com um expletivo, como mostra Duarte (1997):

- (53) a. Isso tem dois anos.
 b. Isso é o tipo de coisa que me irrita.
 c. [Se um adolescente tem um ataque]_i isso_i é coisa de adolescente.
 d. [Que o PMDB fez muito mal em tomar essa posição]_i isso_i é evidente.

Pode-se dizer que o que temos, por exemplo, em (53d) apenas reflete o que vimos propondo para a estrutura do PB, ainda com o sujeito nulo:

- (54) a. É evidente [_{DP} isso_i [_{CP} que o PMDB fez muito mal em tomar essa posição]]
 b. [_{IP} isso_i é evidente [_{DP} t_i [_{CP} que o PMDB fez muito mal em tomar essa posição]]]
 c. [_{CP} que o PMDB fez muito mal em tomar essa posição] [_{IP} isso_i é evidente [_{DP} t_i t_{CP}]]

Há pois a possibilidade de o predicado (ou associado) do expletivo subir ou permanecer *in-situ*, dependendo do que seja marcado como foco sentencial.

6. Orações infinitivas sujeito?

A última questão que queremos abordar é o caso das chamadas orações subjetivas infinitivas. Uma vez que o infinitivo, na tradição gramatical, tem sido analisado como tendo natureza nominal, poderíamos, como primeira hipótese, supor que existem pelo menos as orações subjetivas infinitivas. Passemos aos testes acima apresentados, usando os exemplos de Quicoli (pp 45-6):

- (55) a. É uma loucura irmos a Santos hoje.
 b. Irmos a Santos hoje é uma loucura.
 c. Fabiana acha que é uma loucura irmos a Santos hoje.
 d. Fabiana acha que irmos a Santos hoje é uma loucura.

O autor asterisca a sentença (55d), mas, segundo nossa intuição e de outros falantes do PB, a sentença é perfeitamente gramatical. Logo, podemos supor que **irmos a Santos hoje** não se

encontra em posição A' e sim na posição sujeito. Passemos agora ao teste da extração.

- (56) a. É uma loucura irmos a Santos com quem?
b. Com quem_i é uma loucura irmos a Santos hoje t_i?
c. Irmos a Santos hoje com quem é uma loucura?
d. Com quem_i irmos a Santos hoje t_i é uma loucura?

Embora mais marcada do que (56b), o que é esperado, a sentença (56d) é boa para nós. Em vista desses fatos, somos obrigados a reconhecer que as infinitivas podem ser sujeito no PB. Contudo, o que podemos dizer também é que seu caráter inerentemente nominal as capacita para essa função. Na sua análise clássica sobre o infinitivo, Raposo (1987) mostra o seguinte contraste e paralelismo:

- (57) a. O rapaz receia [chumbar o exame].
b. O receio de [chumbar o exame].
c. O rapaz está receoso de [chumbar o exame].

Esses exemplos mostram que a cláusula infinitiva necessita de caso. Em (57a) ela pode receber o acusativo, mas em (57b) e (57c), como nome e adjetivo não atribuem caso, a preposição **de** é inserida para licenciar a cláusula infinitiva. Nunes (1996) mostra que no inglês antigo o infinitivo ocorria sem a preposição **to** e que esta apareceu também por motivo de caso. Colocando em termos atuais, devemos dizer que o que requer caso é um DP, já que um NP é um mero predicado. O que seria D no caso das cláusulas infinitivas? Vamos propor que no português é o afixo nominal **-r** da forma infinitiva, já que ela precisa de caso, conforme demonstrado por Raposo.

- (58) a. [_{DP} -r_i [_{XP} chumba- o exame]_i]¹
 b. O rapaz receia [_{DP} -r_i [_{XP} chumba- o exame]_i]
 c. O rapaz receia [_{DP} chumba-r_i [_{XP} t_v o exame]_i]

Voltemos agora aos casos de oração infinitiva subjetiva. Note-se que, ao contrário da oração-complemento, as infinitivas-sujeito podem ser flexionadas, o que nos leva a crer que orações infinitivas subjetivas sejam sempre pessoais. A forma sem flexão em (59b) é ainda pessoal, refletindo a flexão de 3^a pessoa singular.

- (59) a. Irmos a Santos é uma loucura.
 b. Ir a Santos é uma loucura.
 c. A gente/você ir a Santos é uma loucura.

Se o infinitivo é pessoal, então o sujeito lexical recebe nominativo da flexão de concordância do infinitivo. Mas a sentença infinitiva precisa ela mesma de caso e este é atribuído com a infinitiva em posição pré-verbal. O movimento está, portanto, dentro das operações computacionais de checagem. Mas e a oração infinitiva *in-situ* como em (55a)? A única solução que podemos sugerir é dizer que, se a oração infinitiva estiver marcada como + F (Foco), sua materialidade fonética fica *in-situ* porque é aí que incide o acento primário. Para checagem do nominativo, o que sobe são apenas seus traços formais suficientes para satisfazer o EPP².

¹ Usamos como projeção do radical do verbo a categoria XP, uma vez que X pode realizar-se como N ou como V, conforme Chomsky (1970).

² Admitimos, porém, que tanto o DP quanto o CP podem ter acento primário na posição A' pré-sentencial, mas nesse caso, nem o pronome resumptivo e nem o expletivo *isso* podem se materializar. Muitas vezes a focalização em início de sentença tem caráter contrastivo e deixamos o estudo deste tipo de construção para futuro trabalho.

7. Considerações finais

Concluindo o trabalho, podemos dizer que a teoria sintática vem se desenvolvendo no sentido de restringir as representações, através de princípios que postulam as estruturas possíveis e apenas as possíveis. Além disso, ela nos dá instrumentos para determinar se as representações que propomos são ou não corretas. Por exemplo, nada nos impediria de dizer que a oração subordinada de **parecer** está adjungida à direita de VP. Mesmo sem a formulação radical de Kayne (1994), que não admite adjunções à direita, a prova de extração diz categoricamente que a oração subordinada é um complemento.

A consideração de que as orações integrantes em (37) e (38) são subjetivas é estruturalmente inadequada, mas interpretativamente correta, já que a relação entre o pronome expletivo e a sentença é a de uma predicação equativa em que se estabelecem as referências como sendo iguais. É o conceito de “associado do expletivo”, que vem merecendo tantas análises competitivas na teoria gerativa. Nossa proposta constitui uma nova alternativa, a nosso ver mais simples e econômica, uma vez que reduz o caso de inserção do expletivo ao caso mais banal de alçamento.

Referências Bibliográficas

- BALTIN, M. (1982). A landing site theory of movement rules. *Linguistic Inquiry*, 13:1-38.
- BELLETTI, A. & RIZZI, L. (1988). Psych-verbs and θ -theory. *Natural Language and Linguistic Theory*, 6: 291-352.
- CHOMSKY, N. (1986). *Barriers*. Cambridge, Mass: MIT Press.
- (1995). *The Minimalist Program*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- CINQUE, G. (1990). *Types of A'-dependencies*. Cambridge, Mass: The MIT Press.

- CYRINO, S. M. L. & DUARTE, M. E. (1996). *Visible subjects and invisible clitics in Brazilian Portuguese: a diachronic analysis*. Trabalho apresentado no Encontro do N.WAVE, Las Vegas.
- DUARTE, M. E. L. (1993). Do pronome nulo ao pronome pleno. In: ROBERTS, I. & KATO, M. (eds), 107-128.
- (1995). *A Perda do Princípio "Evite pronome" no Português Brasileiro*. UNICAMP: Ph.D. Dissertation.
- (1997). O sujeito nulo no Português europeu e no Português Brasileiro. *XLV Seminário do GEL*. Campinas.
- EMONDS, J. (1970). *Root and Structure Preserving Transformations*. MIT: Ph.D. Dissertation.
- FIGUEIREDO e SILVA, M. C. (1996). *A Posição Sujeito no Português Brasileiro*. Campinas: Editora da Unicamp.
- JACOBS, R. A. & ROSENBAUM, P. S. (1977). *English Transformational Grammar*. Waltham, Mass: Ginn.
- KATO, M. A. (1998). Tópicos como alçamento de predicados secundários. *Cadernos de Estudos Lingüísticos*, 34.
- KAYNE, R. (1994). *The Antisymmetry of Syntax*. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- KAYNE, R. (1998). Trabalho exposto na Universidade de Padova.
- KOSTER, J. (1978). Why subject sentences don't exist? In: KEYSER, F. J. (org). *Recent Transformational Studies in European Languages*. Linguistic Inquiry Monographs. Cambridge, Mass: The MIT Press.
- LIGHTFOOT, D. (1976). Trace theory and twice moved NPs. *Linguistic Inquiry*, 7:559-82.
- MATTOSO CÂMARA, J. (1968). *Filologia e Gramática*. 3ª ed, Rio de Janeiro: Ozon.

- NEGRÃO, E. V. & MÜLLER, A. P. (1996). As mudanças no sistema pronominal brasileiro: substituição ou especialização? *D.E.L.T.A.*, 12,1:125-52.
- PERINI, M. A. (1995). *Gramática Descritiva do Português*. São Paulo: Ática.
- QUICOLI, A. C. (1972). *Aspects of Portuguese Completion*. University of New York, Buffalo: Ph. D. Dissertation.
- PICALLO, M. C. (1998). On the extended Projection principle and null expletive subjects. *PROBUS*, 10,2: 219-241.
- RAPOSO, E. P. (1987). Romance infinitival clauses and case theory. In: NEIDLE, C. & CEDEÑO, R. (orgs). *Studies in Romance Languages*. Dordrecht: Foris.
- RIZZI, L. (1997). The fine structure of left periphery. In: HAEGEMAN, L. (ed.). *Elements of Grammar*: 281-337. Kluwer Academic Publishers.
- ROCHA LIMA, C. (1972). *Gramática Normativa da Língua Portuguesa*. 18ª ed (1976).
- ROSS, J. R. (1967). *Constraints on Variables in Syntax*. MIT: Ph.D. Dissertation.
- SORIANO, O. (1989). Strong pronouns in null subject languages and the avoid pronoun principle. *MIT Working Papers in Linguistics*, Vol. 11: 228-239.
- STOWELL, T. (1981). *The Origin of Phrase Structure*. MIT: Ph.D. Dissertation.
- URIAGEREKA, J. (1995). Aspects of the syntax of clitic placement in Western Romance. *Linguistic Inquiry*, 26: 1: 79-123.

PALAVRAS INTERROGATIVAS EM KARAJÁ

Marcus MAIA

Museu Nacional/Univ. Federal do Rio de Janeiro

Abstract: The study presents a proposal for an integrated analysis of wh-questions, yes/no questions, topic and focus constructions in Karajá, a Brazilian indian language belonging to Macro-Jê family, spoken by about 3.000 people in the area of Ilha do Bananal.

Key words: Wh-questions; Topic; Focus; Brazilian indian languages.

1. Introdução

O presente estudo dá continuidade à análise sintática da língua Karajá do tronco Macro-Jê, conforme previsto no projeto de pesquisa de nossa autoria – “Estrutura e Processamento Sintáticos de Línguas Indígenas Brasileiras”. Em Maia, Salanova e Lanes (1997), descreveram-se comparativamente os conjuntos de palavras interrogativas das línguas Karajá, Kayapó e Manchineri, analisando-se suas características morfológicas e sintáticas com o objetivo de tentar estabelecer uma tipologia das expressões interrogativas nas três línguas, tomando-se como referência a teoria de Princípios e Parâmetros (cf. Chomsky & Lasnik (1993) e Chomsky (1995)). No trabalho que ora apresentamos, aprofundamos a análise das construções interrogativas da língua Karajá, procurando integrá-las à análise de outras construções

gramaticais instanciadas na chamada periferia esquerda da frase, para usar a terminologia de Rizzi (1997), que propõe uma expansão do sistema de complementização da Gramática Universal.

O presente estudo organiza-se da seguinte forma: apresentaremos, inicialmente, uma breve introdução aos tópicos teóricos relevantes para a análise, passando, logo em seguida, à descrição das construções a serem analisadas, a saber: interrogativas QU, perguntas do tipo SIM/NÃO, construções de tópico e de foco em Karajá. Finalmente, apresentaremos nossa proposta de análise sintática para esses fatos, considerando a estrutura interna dos sintagmas QU e das interrogativas SIM/NÃO em Karajá, bem como sua interação com as estruturas de tópico e foco nessa língua.

A base de dados constituída para o estudo inclui não somente a transcrição de frases de questionários e narrativas espontâneas coletadas, ao longo de nossa pesquisa junto aos Karajá a partir de 1983, mas também a elicitación de julgamentos de gramaticalidade.

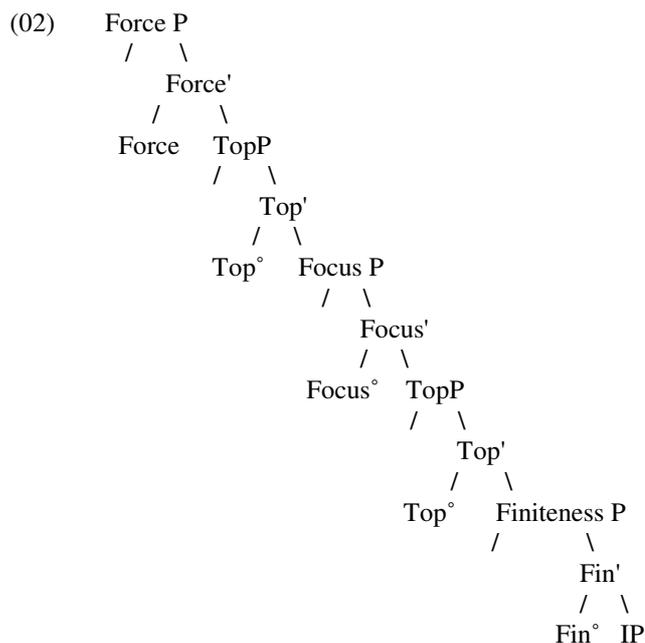
2. O quadro teórico

Segundo Rizzi (1997), pode-se pensar a representação das frases na Gramática Universal como sendo constituída por três camadas estruturais, cada uma delas associada a um tipo específico de informação, como ilustrado em (01):



O sistema VP é a camada lexical, que tem como núcleo o verbo que atribui papel temático a seus argumentos; o sistema IP é

a camada flexional, constituída por diferentes núcleos funcionais responsáveis pelo licenciamento de traços morfológicos, tais como caso e concordância. Finalmente, o sistema CP – a camada de complementização – tem tipicamente como núcleo um morfema funcional livre, o complementizador, além de abrigar tópicos e operadores de interrogação, foco, relativização e outros elementos do sistema A' ou não-argumental. Rizzi (1997) reúne evidências em favor da expansão do sistema CP em termos de diferentes projeções funcionais, no espírito do trabalho seminal de Pollock (1989), que propôs a expansão do sistema IP. Assim, o sistema CP, segundo Rizzi (1997), seria constituído pelo arranjo articulado de projeções X-barra, como ilustrado em (2):



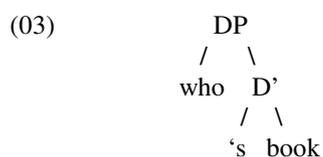
Muito resumidamente, a proposta de Rizzi (op. cit.) é a de que o papel do sistema de complementização seria o de viabilizar a

interface entre um conteúdo proposicional, expresso pelo sistema IP/VP, e a estrutura superordenada, que poderia ser uma oração mais alta ou mesmo a articulação discursiva. Assim, nos dois externos da configuração em (02) têm-se os sintagmas de Força e Finitude que, expressariam, respectivamente, as informações sobre o tipo oracional e as dependências entre os sistema CP e o sistema IP. No primeiro caso, capturam-se, no âmbito de um Sintagma de Força, informações tais como a natureza declarativa, exclamativa, interrogativa, relativa, comparativa ou adverbial da frase que desempenham um papel na seleção da frase por um selecionador mais alto, considerando, por exemplo, a sua força ilocucionária. No caso do sintagma de Finitude, capturam-se as propriedades de IP replicadas no sistema de complementização, tais como, por exemplo, a relação entre o complementizador e o caráter finito ou infinito do verbo.

Entre esses dois sintagmas, que comporiam o sistema de força e finitude, Rizzi situa os sistemas de tópico e de foco, revendo uma série de diferenças entre as duas construções que ocupam tipicamente a periferia esquerda da frase. Não nos cabe, neste artigo, uma revisão mais detalhada da proposta de Rizzi. Gostaríamos, no entanto, de chamar a atenção para dois aspectos da proposta, relevantes para a nossa análise: em primeiro lugar a distinção entre as construções de tópico e de foco estabelecida à base da correlação com um clítico resumitivo. Segundo Rizzi, apenas as construções de tópico admitem o clítico resumitivo, que não ocorre nas construções de foco. Em segundo lugar, Rizzi conclui que as palavras QU teriam como sítio de pouso, em Italiano, a posição de especificador do sintagma de foco [Spec, Foc^o], já que há evidências de que, nessa língua, os operadores interrogativos e os constituintes focalizados competem pela mesma posição e não podem coocorrer.

No quadro da teoria de Princípios e Parâmetros, as chamadas perguntas- QU são estruturas interrogativas que envolvem um sintagma-QU que pode ser não-referencial, como, por exemplo, em Português, as palavras 'quem', 'o que', 'qual', 'quando', 'como' etc., ou que podem ser referenciais, tais como as

expressões ‘qual livro’, ‘que horas’ etc. De acordo com operação bem conhecida na Teoria Gerativa, os sintagmas-QU movem-se de sua posição de base para uma posição na periferia esquerda da frase, uma posição de especificador no interior do CP, de onde podem vincular o vestígio resultante de seu movimento do ponto de extração. De acordo com os requisitos minimalistas do modelo atual da Teoria Gerativa, o movimento sintático só é possível como último recurso, para satisfazer exigências morfológicas. É possível, assim, parametrizar os traços morfológicos como fortes ou fracos. Os traços fortes devem ser checados via movimento sintático visível, isto é, elevando-se para o nó pré-terminal apropriado, no qual há um complexo de traços abstratos que se combinam aos traços morfológicos garantindo a chamada convergência da derivação. Se tais traços não forem checados na chamada sintaxe visível, a derivação não convergirá, pois tais traços não poderão ser interpretados no nível da Forma Fonética. Por outro lado, as línguas que têm traços fracos podem procrastinar a sua checagem para o nível da Forma Lógica. Chomsky (1995) analisa o sintagma “whose book” (o livro de quem) como representado em (03):



As palavras interrogativas são analisadas como possuindo um traço QU abstrato e um elemento abstrato subjacente aos pronomes indefinidos. Se o traço interrogativo Q, instanciado em CP, for forte, como é o caso do inglês, o traço QU deve elevar-se para checar Q. Se o traço QU elevar-se sozinho, deixando para trás, por exemplo, a expressão referencial que o acompanha, o resultado seria a não-convergência da derivação na Forma Fonética. Portanto, o sintagma inteiro deve elevar-se na sintaxe

visível. Por isso, em (03), não apenas a palavra interrogativa é elevada, mas também o resíduo *'s book*. É importante notar que embora o sintagma inteiro seja elevado, é apenas o traço QU que precisa de fato elevar-se; o resto é automaticamente arrastado, na operação que tornou-se conhecida como “pied-piping”.

Como demonstrado em Maia, Salanova e Lanes (1997), a língua Karajá (bem como as línguas Kayapó e Manchinéri) oferece material empírico interessante a ser checado contra o fragmento da Gramática Universal resenhado aqui. A sua natureza não fusional permite uma segmentação bem definida dos componentes das palavras QU. Ao contrário do Inglês, em que a segmentação em (04), discutida em Tsai (1994), é intuitivamente interessante, mas tem uma natureza amalgamante, nossos dados nos permitem prever uma possibilidade teoricamente mais interessante: a de que o traço QU seja o núcleo de seu sintagma.

(04)	Palavras QU	Pronominais
	Wh+at	th+at
	Wh+ere	th+ere
	Wh+en	th+en

3. As palavras interrogativas em Karajá

As palavras interrogativas em Karajá são invariavelmente formadas pela composição de uma ou mais raízes indefinidas com o traço QU “-bo”. Os dados em (05) descrevem a constituição básica das palavras QU ou palavras “-bo” em Karajá:

(05)	aõ	+	bo	“o que”
	coisa		QU	

mo	+	bo			“quem”
pessoa		QU			
ti	+	wàse +	na	+ bo	“qual”
igual		nom		QU	
ti	+	ki	+	bo	“onde”
em		QU			
ti	+	u	+	bo	“quando”
tempo				QU	
ti	+	my	+	bo	“como”
para				QU	
ti	+	wàse	bo		“quantos”
igual			QU		
aõ	+	he +	re +	ki +	bo
coisa		emphatic	em	QU	“por que”

Estabeleçamos, desde logo, que as interrogativas QU, em Karajá são derivadas via movimento sintático. Note-se que (06) é uma frase declarativa com ordem de constituintes SOV, enquanto (07) é uma construção interrogativa com a palavra QU *aõbo* deslocada à esquerda. (08) demonstra que há um contraste de julgamento se a palavra interrogativa permanecer *in situ*.

- (06) Wataju iheto riwinyreri
3-casa está fazendo
“Wataju está fazendo a casa dele”
- (07) Aõbo Wataju riwinyreri?
O que nome está fazendo
“O que Wataju está fazendo?”

- (08) ? Wataju aõbo riwinyreri?
o que está fazendo
“Wataju o que está fazendo?”

As frases (09), (10) e (11) demonstram que os adjuntos, assim como os argumentos, também devem mover-se para a periferia esquerda da frase:

- (09) Kaiboho mawaxinybenykre biurasòmy
Vocês pescarão amanhã
“Vocês pescarão amanhã”
- (10) Tiubo kaiboho mawaxinybenykre?
quando vocês pescarão
“Quando vocês pescarão?”
- (11) ? Kaiboho mawaxinybenykre tiubo?
vocês pescarão quando

Como esperado para operações de movimento sintático, restrições concernentes à localidade do movimento são operativas em Karajá, como se depreende da agramaticalidade da frase (12):

- (12) * Mo-my-bo Arirama a-ko relyyre tiubo tii itxirearemy
Brasilia-ki?
pessoa-Acus-QU você-para disse quando ele encontrou
Brasilia-em?
“Quem Arirama disse a você quando ele encontrou em
Brasília”

A frase (12) demonstra que a extração visível do sintagma QU *momybo* da oração adverbial é agramatical em Karajá, indicando que essa língua é sensível à condição de subjacência (Chomsky, 1977). Note-se, ademais, que a frase (12) também oferece um exemplo de um padrão gramatical interessante: a palavra interrogativa *mobo* (‘quem’) tem em seu interior o

marcador acusativo *-my*. Passaremos imediatamente à descrição deste fenômeno.

As palavras interrogativas argumentais recebem partículas posposicionais em seu componente indefinido, como exemplificado em (13):

- (13) Kai waha-my tabita
 você meu pai-Acus viu
 “Você viu meu pai”
- (14) Mo-my-bo kai tabita?
 pessoa-Acus-QU você viu ?
 “Quem você viu?”
- (15) Aõ-my-bo kai tabita?
 coisa-Acus-QU você viu
 “O que você viu?”

Note-se que alguns verbos em Karajá marcam seus objetos diretos com o marcador acusativo *-my*, como exemplificado em (13). Os exemplos em (14) e (15) demonstram que o morfema acusativo é também posposto às raízes indefinidas *mo* (‘pessoa’) e *aõ* (‘coisa’). Além da partícula *-my*, outras posposições podem também ocupar essa posição interna tanto na palavra *mobo* (‘quem’), quanto na palavra *aõbo* (‘o que’), em Karajá, como exemplificado em (16), (17), (18) e (19):

- (16) mo-wyna-bo kai tohonyte kau?
 pessoa-e-QU você saiu ontem
 “Com quem você saiu ontem?”
- (17) mo-dee-bo tii kua wyhy riwahinyra?
 pessoa-Benefactivo-QU ele aquela flecha deu
 “Para quem ele deu aquela flecha?”

- (18) mo-ràbi-bo kai kaa may temyta?
 pessoa-de-QU você esta faca pegou
 “De quem você pegou esta faca?”
- (19) aõ-di-bo juwata temyta?
 coisa-Instrumental-QU piranha pegou
 “Com que (você) pegou a piranha?”

Note-se ainda que nos sintagmas QU referenciais, isto é, aqueles em que ocorre um elemento nominal quantificado, esse nominal também aparece na mesma posição infixada, como exemplificado em (20) e (21):

- (20) Aõ-utura-bo kai temyta?
 coisa-peixe-QU você pegou
 “Que peixe você pegou?”
- (21) mõ-utura-bo kaa rare?
 pessoa-peixe-QU este é
 “De quem é este peixe?”

Se o SN quantificado for o argumento interno de um verbo que requer o marcador acusativo ou outra partícula posposicional qualquer, tanto o nominal quanto a partícula serão infixados na palavra interrogativa, conforme ilustrado pelos exemplos (22) e (23):

- (22) aõ-ijyy-my-bo kai telyyta kau?
 coisa-história-Acus-QU você contou ontem
 “Que história você contou ontem?”
- (23) mõ-hawyy-dee-bo kai may tewahinyta?
 pessoa-mulher-Benefactivo-QU você faca deu?
 “Para que mulher você deu a faca?”

4. Perguntas SIM/NÃO, Construções de Tópico e de Foco em Karajá

Antes de apresentarmos nossa proposta de análise das palavras interrogativas descritas acima, façamos uma rápida excursão a algumas construções igualmente relacionadas à periferia esquerda da frase em Karajá, a saber: perguntas do tipo SIM/NÃO e construções de tópico e de foco.

4.1 Perguntas SIM/NÃO

Note-se que a palavra *aõbo* também é usada como um operador interrogativo, para formar construções interrogativas do tipo SIM/NÃO. Nesse caso, *aõbo* ocorre consistentemente na posição de segundo constituinte da frase, como exemplificado pelo contraste entre a frase declarativa em (24) e a interrogativa SIM/NÃO em (25):

- (24) a-biòwa orera-my robira ahu-ki
 seu amigo jacaré-Acus viu lago-em
 “Seu amigo viu o jacaré no lago”
- (25) a-biòwa **aõbo** orera-my robira ahu-ki?
 seu amigo **Q** jacaré-Acus viu lago-em
 “Seu amigo viu o jacaré no lago?”

4.2 Construções de tópico e de foco

As construções de tópico, em Karajá, são obtidas pela anteposição do SN topicalizado em posição à esquerda da frase, conforme exemplificado pelo contraste entre (26) e (27):

- (26) Isè kua ijadoma-my robira hawa-ki
mãe dela aquela moça-Acus viu aldeia-em
“A mãe dela viu aquela moça na cidade”
- (27) Kua ijadoma-my, isè **tuu** robira hawa-ki
aquela moça-Acus mãe dela ela viu aldeia-em
“Aquela moça, a mãe dela a viu na aldeia”

Note-se que a sentença, em (27), deve necessariamente ser construída com o clítico resumitivo de terceira pessoa *tuu*, em Karajá. Se retirado o clítico, a frase torna-se agramatical, como demonstrado em (28):

- (28) *Kua ijadoma-my, isè robira hawa-ki
aquela moça-Acus mãe dela viu aldeia-em
“Aquela moça, a mãe dela viu na aldeia”

Em distribuição complementar com a partícula interrogativa *aõbo*, ocorre o morfema funcional livre *dori*, que, tal como *aõbo*, ocorre consistentemente à direita do SN a que se refere. Analisamos *dori* como sendo uma partícula de foco, talvez uma clivagem, que, ao contrário da construção de tópico, introduz informação nova. A interpretação da frase (29) difere da de (27), pois em (27) o SN “Kua ijadoma-my” expressa informação dada, disponível contextualmente, constituindo pressuposição compartilhada entre falante e ouvinte, enquanto, em (29), o SN tem interpretação focal, isto é, constitui em si mesmo a informação nova.

- (29) Kua ijadoma-my **dori** isè robira hawa-ki
aquela moça-Acus FOCO mãe dela viu aldeia-em
“Foi aquela moça que a mãe dela viu na aldeia”

Observe-se que, agora, como esperado, não é possível coindexar-se o SN focalizado com o clítico resumitivo. Conforme destacamos anteriormente, um dos diagnósticos para distinguir

tópico de foco é exatamente a impossibilidade de incluir o clítico resumitivo nas construções focais. É o que se exemplifica com a agramaticalidade de (30):

- (30) * Kua ijadoma-my **dori** isè **tuu** robira hawa-ki
 aquela moça-Acus FOCO mãe dela ela viu aldeia-em
 “Foi aquela moça que a mãe dela a viu na aldeia”

Contrastem-se, em seguida, os dados acima com o dado (31). Trata-se de uma construção de tópico interrogativa do tipo SIM/NÃO que, como vimos, insere o operador interrogativo *aõbo* na posição de segundo constituinte da frase. Observe-se que a frase (31) é construída com o clítico de terceira pessoa *tuu*. A omissão do clítico torna a construção agramatical, tal como exemplificado pelo dado (32):

- (31) Kua ijadoma-my aõbo, isè **tuu** robira hawa-ki?
 aquela moça-Acus Q mãe dela ela viu aldeia-em
 “Aquele moça, a mãe dela a viu na aldeia?”
- (32) * Kua ijadoma-my aõbo isè robira hawa-ki
 aquela moça-Acus Q mãe dela viu aldeia-em
 “Aquele moça, a mãe dela viu na aldeia?”

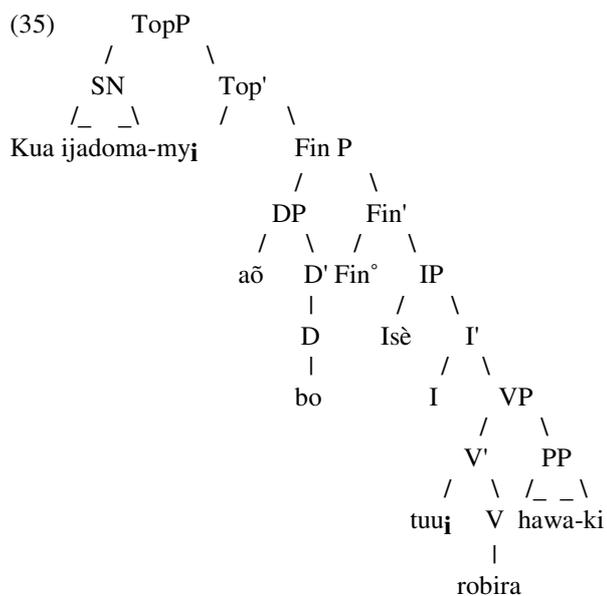
5. A Configuração Interna dos Sintagmas Interrogativos e a Estrutura de CP em Karajá

Passemos finalmente para a etapa conclusiva deste artigo, na qual fazemos propostas integradas de análise não só para a configuração interna dos sintagmas QU, mas também para as interrogativas do tipo SIM/NÃO e para as construções de tópico e foco acima descritas, visando a avançar uma análise preliminar da estrutura de CP em Karajá. Seguindo Abney (1987), exploramos a possibilidade de que um SN tem duas projeções: uma projeção

elemento indefinido + um traço QU. Segundo nossa análise, a língua Karajá teria traço interrogativo forte no CP, exigindo a checagem visível do sintagma QU (ou sintagma “-bo”, em Karajá), que deve, para tanto, elevar-se para a posição de especificador da projeção funcional relevante no interior do CP.

Como resenhado acima, de acordo com Chomsky (1995), requisitos relacionados à convergência da derivação em Forma Fonética determinam que a operação Mover Traço (Move F) deve levar consigo o material necessário à convergência. Assim, na operação de movimento de QU, representada em (33), não é apenas o traço “-bo” que se eleva, mas todo o sintagma de que o elemento funcional *bo* é núcleo, conforme a nossa proposta. Além do núcleo *bo*, são também elevados o elemento indefinido [-humano] *aõ*, que se move para a posição de [Spec,D] e o SN objeto, que se encontra na posição de complemento do núcleo funcional *bo*.

Queremos propor agora uma análise para sintagmas QU, como exemplificado em (22), em que um marcador posposicional exigido pelo verbo deve também estar presente na estrutura. Nossa proposta é a de que a posição do complemento do núcleo *bo* no interior do DP seja ocupado, nesse caso, não por um SN, mas por um sintagma posposicional, um PP, como representado em (34), que fornece uma análise para a frase (22):



Finalmente, analisamos em (36) a construção de Foco em (29):

6. Conclusões

Em resumo, investigamos, neste trabalho, a estrutura das palavras interrogativas QU na língua Karajá, adotando uma análise que pretendeu abordar de maneira integrada essas estruturas, construções interrogativas do tipo sim/não, bem como construções de tópico e foco. A língua Karajá exibe traços QU que, como procuramos demonstrar, admitem uma segmentação mais bem definida do que a que geralmente se obtém em línguas amalgamantes, como o Inglês ou o Português. A análise sintática das estruturas interrogativas aqui proposta prevê que o elemento QU seja o núcleo da sua categoria funcional, permitindo, assim, capturar sintaticamente o paralelismo morfológico existente entre estas construções. Exploraram-se ainda construções de tópico e de foco, relacionando-as às construções interrogativas no âmbito do sintagma de complementização.

Referências bibliográficas

- CHOMSKY, N. (1977b). On Wh-movement. In: CULICOVER, P.; WASOW, T. & AKMAJIAN, A (eds.). *Formal Syntax*. New York: Academic Press
- (1993). *A Minimalist Program for Linguistic Theory*. MIT Occasional Papers in Linguistics, 1.
- (1995). *The Minimalist Program*. MITPress.
- & LASNIK, H. (1993). The theory of Principles and Parameters. In: JACOBS, J.; STECHOW, A von; STERNEFELD, W. & VENEMANN, T. (eds.). *Syntax: an international handbook of contemporary research*. Berlin: de Gruyter.
- CHENG, L. L.-S. (1991). *On the typology of Wh-questions*. Doctoral dissertation, MIT.
- MAIA, M.; SALANOVA, A & LANES, E. (1997). Syntaxis Comparada de las interrogativas en Karajá, Kayapó y

- Manchineri. A aparecer nas *Atas do 49 Congresso Internacional de Americanistas*. Quito: Equador.
- RIZZI, L. (1991). Residual Verb Second and the Wh-criterion. *Technical Report 2*, Université de Genève.
- (1997). The Fine Structure of The Left Periphery. In: HAEGEMAN, L. (org). *Elements of Grammar: Handbook of Generative Syntax*. Kluwer:Dordrecht.
- TSAI, W.-T. D. (1994). *On economizing the theory of A-bar dependencies*. Doctoral dissertation, MIT.

A DISTRIBUIÇÃO DO OBJETO
INCORPORADO NO DISCURSO
NARRATIVO DO PORTUGUÊS

Maria Elizabeth Fonseca SARAIVA
Universidade Federal de Minas Gerais

Abstract: Firstly, this text presents the analysis of the communicative effects of object incorporation in 13 oral narratives of Portuguese. It is shown that the incorporated object has a descriptive function. Secondly, this work investigates the distribution of the Incorporated Object in the discourse modes of foreground and background and studies the kinds of verbs that favor noun incorporation in Portuguese.

Key Words: Incorporated object; Foreground; Background.

1. Introdução

A **Incorporação Nominal**, ilustrada tipicamente no guarani, maia, mohawk etc., pode ser descrita sucintamente como o processo pelo qual *uma palavra semanticamente independente vem para 'dentro' de outra*, nos dizeres de Baker (1988: 01). Nessas línguas indígenas, tal fenômeno manifesta-se não apenas nos níveis sintático e semântico mas também no morfológico, ou seja: há a formação de um vocábulo morfológicamente composto a

partir da incorporação do radical nominal do objeto¹ à raiz do verbo, acrescida dos afixos flexionais verbais.

Em português, conforme defendido em trabalho anterior², observa-se a ocorrência desse fenômeno com o objeto representado pelo **SN nu**, sob o prisma sintático e semântico, apesar de não existir a incorporação morfológica.

Por **SN nu**, convém esclarecer, entendo o SN constituído somente do nome comum, em sua forma básica, sem marca de plural (exceto nos casos de “plural estilístico”, em que a marca de plural não corresponde ao conceito semântico de pluralidade), como ilustrado em (01):

- (01) (a) Ontem Maria passou **roupa** a tarde toda.
(b) Papai sempre lia **jornal** depois do almoço.

Por outro lado, a expressão **SN pleno** aplica-se a casos como os de (02), em que o nome (singular ou plural) vem acompanhado de determinante e/ou modificadores diversos:

- (02) (a) Ontem ela passou **a roupa toda** da casa em duas horas.
(b) Papai sempre lia **vários jornais** depois do almoço.

Do ponto de vista sintático, diferentemente do SN pleno, o SN nu objeto privilegia a posição adjacente ao verbo como a única natural para sua ocorrência, de modo que parecem estranhas as estruturas em que ele se desloca daí. Comparem-se (03) e (04):

- (03) *Papai sempre lia depois do almoço **jornal**.

¹ Em algumas línguas indígenas, os **sujeitos** dos chamados verbos inacusativos também podem se incorporar ao verbo. Todavia o fenômeno é mais geral com o **objeto**.

² Cf. Saraiva (1997).

(04) Papai sempre lia depois do almoço **vários jornais**.

Já sob o prisma semântico, no trabalho referido, tive oportunidade de deter-me na descrição dos traços que caracterizam o constituinte em apreço, reservando o rótulo **objeto incorporado** para identificar o tipo de interpretação típica desse elemento.¹ Mais abaixo, retomarei os aspectos semânticos relevantes para o desenvolvimento do presente texto. Nesse ponto, contudo, devo elucidar que a pesquisa anterior se baseou em dados de introspecção para a comprovação empírica. Por isso, neste texto, é meu objetivo dar prosseguimento à investigação do tema, procurando verificar a distribuição do objeto incorporado nos discursos efetivamente produzidos. Para tanto, vou-me valer de um *corpus* constituído de treze narrativas orais espontâneas, perfazendo um total de 2:30 horas de gravação, e dos pressupostos teóricos da abordagem funcional dos estudos lingüísticos, em seu modelo norte-americano. Mais especificamente, pretendo buscar resposta para as seguintes questões:

- (a) Em português, à semelhança do que Velázquez-Castillo (1995) apontou para o objeto incorporado nos textos orais do guarani, haveria maior índice de ocorrência do SN nu objeto em estruturas de **Fundo** que de **Figura**?
- (b) Que tipos de verbos favorecem a incorporação nominal em português?

Antes de proceder a essas etapas, na próxima seção vou sintetizar alguns aspectos relativos à interpretação semântica do SN nu objeto.

¹ Para a distinção entre construções produtivas com objeto incorporado e construções lexicalizadas (ex.: “bater perna”) consulte-se Saraiva (1997, cap.I).

2. Traços semânticos do objeto incorporado

Examinem-se, inicialmente, os seguintes objetos representados por SNs plenos:

(05) Vendi **este apartamento** por um bom preço.

(06) Alimentei **alguns pombos** na Praça da Liberdade.

(07) Deus criou **o homem** à sua imagem e semelhança.

Levando-se em conta a propriedade semântica **identificabilidade**, pode-se atribuir ao SN grifado em (05) o traço [+ identificável] (abreviadamente [+I]), uma vez que esse constituinte se refere a uma entidade em particular dentre as demais da classe considerada, isto é, em (05) é possível identificar com exatidão a que apartamento em especial o falante está fazendo referência. Por outro lado, seguindo esse mesmo raciocínio, os objetos de (06) e (07) devem ser marcados como [- I], pois, nesses casos, não se está destacando uma ou mais entidades específicas dentre as demais do conjunto.

Em (07), além disso, interpreta-se que o falante se refere a todo e qualquer homem, cobrindo assim toda a extensão da classe. Isso significa que uma outra faceta da interpretação semântica desse SN seria adequadamente descrita pela propriedade [+ quantificação universal], resumida por [+U]. Já os objetos de (05) e (06), quanto a esse aspecto, devem ser assinalados com [-U], por não cobrirem toda a extensão da classe; ao contrário, percebe-se nesses dados uma idéia de partitividade, de recorte na extensão do nome.

Apesar das diferenças semânticas acima relatadas, nota-se uma característica comum à interpretação dos SNs de (05) a (07) e que pode ser descrita pela seguinte propriedade: [+foco nos **membros** integrantes da classe], abreviada como [+M]. Com essa

propriedade, procura-se captar o fato de que, nos três casos, são levados em conta os **membros** do conjunto em questão, as entidades que o constituem, embora tais entidades sejam **focalizadas** de modos diferentes: em (07), conforme já mencionado, cobrindo-se toda a extensão da classe; em (05) e (06), recortando-se o conjunto, voltando-se a atenção para parte de seus membros e não para a totalidade deles. Em resumo, os SNs grifados em (05) e (07) não são interpretados como um mero conceito, um feixe de atributos. Antes, o que interessa, nesses exemplos, são as entidades portadoras de tais atributos.

Em Saraiva (1997), foram reservados os seguintes rótulos para identificar, respectivamente, as leituras típicas dos SNs de (05) a (07)¹:

- (08) **Identificável** – caracterizada pela matriz [+I, +M, -U]
Partitiva – caracterizada pela matriz [-I, +M, -U]
Atributiva – caracterizada pela matriz [-I, +M, +U]

Comparem-se, a seguir, tais interpretações com a dos SNs nus objetos abaixo destacados, colhidos em uma das narrativas em exame²:

(09) [] o Carlos meu maRIdo... ele **troca FRAL::da...** ele não la::va... não pa::ssa... MAS ele **troca FRAL::da... dá mamaDEIra...** CUIda da meNIna né?

¹ Devido aos limites deste artigo, não é possível estender mais sobre os traços das matrizes de (8). Para mais informações sobre essas propriedades semânticas, consulte-se Saraiva (1997, cap. II).

² Nos dados colhidos nas narrativas transcritas, os colchetes vazios - [] - indicam os cortes que fiz na ilustração, por julgar o material excluído irrelevante para o exemplo em foco. Os demais sinais utilizados para a transcrição seguem as sugestões das normas do Projeto NURC/SP. As ocorrências de objeto incorporado vêm destacadas.

Do ponto de vista da **identificabilidade**, verifica-se que tais SNs devem ser assinalados com [-I], conforme acontece também com os SNs partitivos e atributivos. Logo, já de início, observa-se que os elementos em questão se distinguem dos SNs identificáveis, marcados com [+I].

Quanto ao traço [\pm M], os objetos sublinhados em (09) revelam uma interpretação bem diferente da constatada nos três casos anteriormente vistos, os quais receberam o traço [+M]. Para os objetos em discussão, o mais adequado é caracterizá-los com [-M], isto é, [- foco nos membros integrantes da classe], uma vez que não ilustram nenhuma das interpretações arroladas em (08). Verifique-se que, ao enunciar (09), a narradora está interessada em enumerar a seqüência de ações praticadas pelo marido, que o caracterizam como um bom pai, que sabe cuidar da filha recém-nascida. Em nenhum momento, a atenção se volta para as **fraldas** e as **mamadeiras** em si mesmas. Nesse contexto, não se está focalizando o conjunto de fraldas e mamadeiras em toda a sua extensão, à semelhança do que ocorre com os SNs atributivos. Tampouco se deve interpretar que tais SNs nus estejam destacando uma fralda ou uma mamadeira específica dentre as demais da classe, como seria o caso dos exemplos abaixo, portando SNs identificáveis:

- (10) (a) Vá buscar **a fralda que você tirou** para eu lavá-la.
(b) Acabei de quebrar **a mamadeira da Ju**.

Do mesmo modo, ao contrário do que acontece com os SNs partitivos, também não se está dando ênfase a uma quantidade não especificada de fraldas e mamadeiras. Conforme já mencionado, o que está em foco nos objetos grifados em (09) são as **ações de trocar fralda e dar mamadeira** praticadas pelo marido, e que demonstram que ele sabe cuidar da menina. É essa interpretação que se procura captar através da propriedade [-M]. Ao mesmo tempo, ao caracterizar os SNs nus em tela com [-M], dispensa-se

referência aos traços [\pm U], pertinentes apenas para os dados marcados com [+M].

Em suma: a característica [-M] dos constituintes em apreço indica que, em tais SNs, o nome é interpretado como um **conceito**, um feixe de traços definitórios de sua classe. Sendo assim, o sentido do nome, nesses exemplos, associa-se tão intimamente com o sentido do verbo, que os dois elementos, **Verbo + SN**, passam a formar um todo semanticamente coeso, a traduzir uma **idéia unitária**.

Podem-se sintetizar os aspectos até aqui analisados do comportamento semântico dos objetos representados por SN nu através dos traços [-I, -M]. Vê-se, pois, que a interpretação semântica desses objetos não se enquadra em nenhuma das descrições apresentadas em (08). Em trabalho anterior, conforme já referido, reservei a denominação **objeto incorporado** para identificar a leitura típica do SN nu objeto em português, já que tal rótulo sugere a **incorporação** do sentido do nome ao sentido do verbo, de tal modo a constituírem, ambos, uma unidade semântica.

2. A distribuição do objeto incorporado nos planos da narrativa

Sintetizados os traços sintáticos e semânticos característicos do objeto incorporado em português, nesta seção passo a analisar sua distribuição nos discursos efetivamente produzidos. Convém, pois, repetir que os dados relevantes foram colhidos de treze narrativas orais, de tamanhos variados, cobrindo um total de 2:30 horas de gravação. De um modo geral, nessas narrativas há um envolvimento emocional do falante, de forma que a língua usada aproxima-se bem da coloquial espontânea¹. Os informantes situam-se na faixa etária dos 20 aos 55 anos, sendo todos nascidos

¹ Para a metodologia de coleta deste tipo de narrativa, consulte-se Labov (1972).

e residentes na Grande Belo Horizonte, com o 3º grau de escolaridade (em andamento ou já completo). Quanto aos dados, no total foram detectadas sessenta e cinco (65) ocorrências de objeto incorporado, que serão o alvo da análise a seguir.

2.1 A função discursiva do objeto incorporado

Velázquez-Castillo (1995) procede a uma análise detalhada do comportamento semântico-pragmático do objeto incorporado em guarani, língua que tipicamente ilustra o fenômeno da incorporação nominal, inclusive em termos morfológicos, conforme já comentado. De sua análise, vão merecer atenção, nesta parte, alguns aspectos em que o português parece se comportar de maneira semelhante.

Desse modo, um primeiro fato diz respeito à observação de que *incorporation serves the purpose of characterizing or describing the type of activity rather than narrating an actual event that involves a specific object* (Velázquez-Castillo, op. cit., p.567). Em outras palavras, *the incorporation of nouns in Guaraní serves the function of defocusing attention on a given entity, sometimes to create a unitary new concept* (Id. p.576 – grifo meu).

Essa função classificatória do nome em relação ao verbo é típica dos SNs marcados com o traço [-M] e já foi devidamente examinada para o português na seção precedente, quando se constatou que **V+SN** formam uma unidade semântica, indicando um tipo de ação ou processo. Assim, **trocar fralda** foi considerada uma atividade diferente de **trocar moeda**, **trocar figurinha**, **dar mamadeira**, **chorar**, **passar** etc.

Um outro ângulo sob o qual o fenômeno em tela pode ser descrito é apresentado na seguinte citação:

Incorporation serves the communicative function of signaling lack of discourse topicality and/or prominence of the incorporated noun. (...) noun incorporation interacts with other formal devices (...) to signal lack of discourse prominence or topicality (Velázquez-Castillo, op. cit., p.557).

Também Givón (1984) comenta que, nas línguas por ele examinadas, os objetos incorporados não são passíveis de se tornar tópicos do discurso, isto é, “aquilo a respeito de que se pretende falar”, conforme definição de Pontes (1987). Segundo aquele lingüista, os argumentos das proposições se hierarquizam de acordo com seu grau de importância na comunicação. Por sua vez, os tópicos relevantes manifestam-se através da continuidade, expressa pela frequência de ocorrência. Em outras palavras, os participantes efetivos são foco de atenção, de ênfase, no discurso em que aparecem; são elementos retomados posteriormente no texto, ocorrendo em “cadeias de orações equi-tópicas”.

Ora, para que um SN possa codificar um participante do discurso, é necessário que o traço [+M] faça parte de sua matriz semântica. Com base nessa propriedade, pode-se prever que a característica [-M] dos objetos incorporados em português indica que tais elementos não codificam participantes do discurso.

Essa hipótese foi confirmada empiricamente nas narrativas orais por mim examinadas. Dos sessenta e cinco casos de objeto incorporado identificados, nenhum foi usado para **introduzir** ou **retomar participante**, no sentido de Givón. Sistemáticamente, nas ocorrências de objeto incorporado, pude verificar a função classificatória desse constituinte em relação ao verbo. Mais ainda: foram muito frequentes os casos em que o conjunto **verbo + objeto incorporado** fazia parte da enumeração de diversas atividades executadas pelo sujeito/tópico. Para ilustrar essa afirmação, além de (09), considere-se ainda (11):

(11) [] combinamos de pegar o trem... e descer em... descer... em Nova Lima... éh:... Nova Lima... com o objetivo da gente... de ir nadar... **descobrir cachoeira**... **descobrir rio**... aquela COISA... de aventura de adolescente mesmo...

Em (11), o que está em foco é a aventura a ser empreendida pelos adolescentes (no caso o falante e seus amigos). **Descobrir cachoeira** e **descobrir rio** estão no mesmo plano que **nadar**, isto é, fazem parte da enumeração de eventos que descrevem o que o falante entende por “aventura de adolescente”. O narrador, nesse trecho, não dirige a atenção do ouvinte para **rio** ou **cachoeira**. Portanto, é com base em dados semelhantes a (09) e (11) que se podem estender, para o português, as observações de Velázquez-Castillo e Givón quanto à falta de topicalidade e proeminência discursiva do nome incorporado.

2.2 O objeto incorporado e os planos da narrativa

Dada a característica discursiva acima apontada para o objeto em apreço, é de se esperar que seu maior índice de ocorrência se dê no plano da narrativa denominado **Fundo** por Hopper (1979), ou **Modo Descritivo** por Du Bois (1980). Essa foi uma das conclusões de Velázquez-Castillo (1995) para as narrativas folclóricas do guarani por ela examinadas.

Quanto à distribuição do objeto incorporado em português nos planos discursivos de **Figura** e **Fundo**, também constatei haver maior incidência dessa construção no Fundo que na Figura, como será demonstrado mais adiante. Antes, contudo, devo elucidar que, para o exame dessa distribuição, apoiei-me no trabalho de Azevedo (1992), que “refina” as noções discursivas apresentadas por Hopper (1979) e Du Bois (1980), discriminando, além das duas categorias principais, **Figura** e **Fundo**, três outras, a saber: **Discurso Direto**, **Categoria Intermediária** e **Fundão**. Abaixo,

apresento sinteticamente o que Azevedo entende por cada uma delas, ilustrando-as com dados do meu *corpus*.

Seguindo os vários funcionalistas que se detiveram no estudo dos planos da narrativa, também Azevedo (1992) distingue o que constitui a estrutura da narrativa propriamente dita, isto é, a seqüência dos eventos que constituem a “estória”, que respondem à pergunta – “O que aconteceu?” – e o que representa uma gama de informações de apoio, *que dão maior substância e textura ao discurso* (Azevedo, op. cit., p.9): as descrições, explicações, avaliações, repetições, sub-enredos etc. É à primeira dessas categorias que se reserva o rótulo de **Figura**, enquanto a denominação de **Fundo** se aplica à segunda.

Convém acrescentar que a pesquisa de Azevedo demonstrou que, no português, os traços gramaticais distintivos da Figura são o uso do pretérito perfeito em 97% dos casos e a predominância de verbos de ação (81%), apresentados no aspecto perfectivo e no modo real, *expressando o sentido de objetividade, imposto pelo falante* (Azevedo, op. cit., p.105).

Já no Fundo, devido à variedade do material de suporte, o levantamento estatístico efetuado revelou maior possibilidade de movimentação no eixo temporal, refletida numa maior variedade de tempos verbais: 43% de imperfeito, 19% de pretérito perfeito, 15% de presente atemporal, 14% de outros tempos e 9% de infinitivo. O modo real aqui, como em todos os demais planos discursivos detectados, foi o predominante. Nessa categoria, a autora encontrou 45% de verbos de ação, 34% de verbos de estado e 21% de verbos que enquadraram na etiqueta “outros”. O aspecto imperfeito foi usado em 76% dos casos. Para ilustrar a ocorrência de objeto incorporado nos planos discursivos de Figura e Fundo, considerem-se, respectivamente, os dados de (12) e (13):

Figura:

(12) [] aí nesse di::a... ela pegou... normalmente ela vinha de ônibus... na volta... ela **pegou carona** com uma dess::as... das médicas residentes num sei... uma dessas pessoas... que trabalhava com ela...

Fundo:

(13) [] nós ainda depois continuamos a caminhar... e acabamos mesmo... encontrando águas mais claras... águas rasas... onde... várias pessoas se banhavam... estavam lá **pegando sol... usando bronzeador...** fazendo sua batucada... comendo a sua farofa... o seu frango... nós acabamos encontrando um lugar assim...

Além das categorias principais, Azevedo ainda discrimina o **Discurso Direto**, a **Categoria Intermediária** e o **Fundo**, conforme já referido.

Citando as palavras da autora, em muitos momentos *grande parte da estória é narrada em discurso direto. O narrador 'encena' os diálogos acontecidos* (Azevedo, op. cit., p.97). A pesquisa realizada mostrou que, gramaticalmente, o **Discurso Direto** é bem diferente da Figura propriamente dita. No *corpus* examinado por Azevedo, observou-se uma variação mais ampla em termos de tempos verbais, com um maior índice de ocorrência do presente (com valor temporal presente ou atemporal): 49%. Predominaram os verbos de ação (49%), no aspecto imperfeito (90%), e no modo real (60%). O texto abaixo numerado exemplifica o uso de objeto incorporado nessa categoria discursiva:

Discurso Direto:

(14) [] aí falou... [] adoro você... você:: **conta piada** bem demais::: você sabe gozar dos defeitos dos outros e tal...

Por **Categoria Intermediária**, conforme a própria rotulação indica, Azevedo entende a categoria situada entre a Figura e o Fundo. Trata-se de *estruturas substantivas, relativas, finais, construções com gerúndio etc., ligadas a orações de Figura que,*

*entretanto, não se encaixam perfeitamente naquela categoria e que também não podem ser consideradas muito facilmente como pertencentes ao **Fundo** (Azevedo, op. cit., p.99).*

Do ponto de vista gramatical, nesse plano, houve maior incidência de formas nominais (infinitivo e gerúndio) – 54%, seguidas de 20% de verbos no imperfeito. Os restantes 26% foram distribuídos entre os demais tempos verbais. Quanto ao aspecto, também nessa categoria houve predomínio do imperfectivo – 90%. Acrescente-se que 78% dos verbos detectados nesta parte se enquadraram no campo semântico dos verbos de ação. Atente-se para a expressão “lia mãos”, em (15) abaixo, como exemplo de objeto incorporado na Categoria Intermediária:

Categoria Intermediária:

(15) [] ele:: um dia:: me abordou na saída... dizendo que **lia mãos** para saber sorte das pessoas...

Por fim, Azevedo reserva a etiqueta **Fundão** para identificar o plano discursivo dos elementos mais à margem da estória. Aqui, são arroladas as interferências do ouvinte, o meta-discurso do falante e as suas interrupções causadas por elementos periféricos, não diretamente relacionados com a estória. Essa parte da narrativa foi a que apresentou maior variação de tempos verbais, segundo o levantamento efetuado pela autora, sendo os tempos principais o pretérito perfeito (29%), o presente atemporal (20%) e o imperfeito (16%). Ainda nesse plano, houve maior ocorrência do aspecto imperfectivo (70%). Com referência ao campo semântico dos verbos, 54% pertenciam aos verbos de ação, 39% aos de estado e 7% distribuíram-se sob a etiqueta “outros”. Em (16) ilustra-se a ocorrência de objeto incorporado no Fundão:

Fundão¹:

(16) [] E... E... MAS ENTÃO... CINEMA VOCÊ QUA:: SE NÃO VAI MAIS?...ultimamente eu tenho ido muito pouco... AÍ VOCÊ **PEGA FITA** NA:: LOCADORA?... é **pego fita** lá...SUA VIDA É BO::A NÉ?... VOCÊ NÃO TRABA::LHA... NÃO FAZ NA::DA... nada ((risos)). SÓ FICA **VENDO FILME**?... ((risos))

O passo seguinte dessa pesquisa consistiu na averiguação do percentual de casos de objeto incorporado em cada um dos planos discursivos detectados. A Tabela (01) sintetiza os resultados obtidos em minha análise:

Categoria Discursiva	No. de objs. Incorps.	%
FIGURA	16	24
Discurso direto	2	3
Intermediária	7	11
FUNDO	33	51
Fundão	7	11
TOTAL	65	100

Tabela (01): Distribuição do objeto incorporado nos planos da narrativa

Verifica-se, na Tabela (01) acima, que a maioria das ocorrências de objeto incorporado, 51%, se aloca na categoria Fundo. Mais ainda: esse percentual aumenta, se formos levar em conta apenas os dois planos principais, Figura e Fundo, computando assim o Discurso Direto com a Figura, e a Categoria Intermediária e o Fundão com o Fundo.² Com tal procedimento,

¹ No exemplo abaixo, as partes em maiúscula indicam as interrupções feitas pelo ouvinte.

² Em outro trabalho, Azevedo (1995) avança a possibilidade desta redistribuição dos planos discursivos anteriormente analisados por ela.

obtem-se o seguinte resultado: 27% de objetos incorporados na Figura e 73% no Fundo.

Esses resultados confirmam, pois, a hipótese inicialmente levantada. Devido às características semântico-pragmáticas do objeto incorporado, é de se esperar que ocorra em maior quantidade no plano narrativo em que se apresentam as explicações, justificativas, descrições, caracterizações de personagens e cenários etc. Ou seja: como o objeto incorporado tem uma função classificatória, “qualificadora”, com referência à ação ou processo expressos pelo verbo, não sendo usado para introduzir ou retomar participantes do discurso (como pode acontecer com os objetos representados por SNs plenos), justifica-se sua maior incidência no Fundo.

Por outro lado, nas estruturas da Figura, responsáveis por fazer avançar a estória, narrar os eventos nos quais os participantes principais estão envolvidos, espera-se que haja menor ocorrência de objetos incorporados.

4. Verbos que favorecem a incorporação nominal em português

A última etapa proposta para este trabalho foi a verificação dos tipos de verbos que favorecem a incorporação nominal em português. Para atingir tal meta, em primeiro lugar, foi feito um levantamento, nas narrativas em exame, dos verbos cujos objetos vinham incorporados. Num segundo momento, tais verbos foram analisados quanto aos papéis temáticos selecionados para seus argumentos diretos (sujeito e objeto) e, posteriormente, distribuídos em classes segundo tal critério. O passo seguinte foi a averiguação do percentual de verbos em cada classe. De início, convém esclarecer que a análise empreendida detectou a seleção dos seguintes papéis semânticos para os argumentos em discussão:

Sujeito: agente, experienciador, beneficiário e paciente

Objeto direto: objetivo, paciente e resultativo.

Tais papéis temáticos foram compreendidos conforme os conceitos sintetizados abaixo:

Agente: é o iniciador, causador/controlador consciente da ação, marcado com o traço [+volitivo]. Exemplo:¹

(17) [] agora **ele** anda fazendo ciúmes em mim...

Experienciador: “é o papel desempenhado pelo ente animado como sujeito de experiência em processo psicológico ou mental.” (Whitaker Franchi, 1989, p.64 e 65). Exemplo:

(18) [] então com isso **ele** ficava me vendo... eu fazendo estrepulia...

Beneficiário: “é o elemento interessado no resultado de uma ação verbal que altera relações de posse, obtenção, perda e transferência de objetos.” (Id.). Exemplo:

(19) [] quando **a gente** ganha neném... [] a coisa que a gente mais ganha é conselhos []

Objetivo: é o papel reservado para o objeto não-afetado, “objeto em relação ao qual se dá uma atividade ou processo que não o modifica e de que não resulta.” (Id. p.68). Exemplo:

(20) [] aí:: entrei pra sala... assisti **aula**...

Resultativo: é o papel semântico que expressa “o objeto resultante do processo ou ação construtivos”. (Id. p.67) De um modo geral, trata-se de verbos de ações e eventos tipicamente humanos, dentre os quais se destacam os verbos que expressam atos de fala. Exemplo:

(21) [] ele escreveu **crônicas**... duran::te vinte anos...

¹ Nos exemplos de (17) a (22), o constituinte em negrito ilustra o papel semântico em foco.

Paciente: é o papel da entidade afetada, modificada, movida etc. nas ações e nos processos. Exemplo:

(22) [] então a gente... fez assim... a mochila... levamos **short...**
levamos **lanches...**

Dando prosseguimento à análise, conforme já mencionado, os verbos cujos objetos vinham incorporados foram distribuídos em classes de acordo com os papéis temáticos do sujeito e do objeto. Foram detectadas cinco diferentes classes. A seguir, apresento a caracterização de cada uma delas, acompanhada de exemplo com objeto incorporado. Antes, porém, devo informar que, na Classe A, incluí tanto os verbos com sujeitos experienciadores quanto aqueles com sujeitos beneficiários, por não julgar relevante essa distinção para os propósitos deste texto:

Classe A: Sujeito: experienciador ou beneficiário
Objeto: objetivo

(23) [] SUA VIDA É BO::A NÉ?... VOCÊ NÃO
TRABA::LHA... [] SÓ FICA **VENDO FILME?**

Classe B: sujeito: agente
Objeto: paciente

(24) [] aí ele sai... ele sai pra **comprar roupa...**

Classe C: sujeito: paciente
Objeto: objetivo

(25) [] aí o cara pára a combi... vai olhar... a combi tava
pegan::do fogo ((risos)).

Classe D: sujeito: agente
Objeto: objetivo

(26) [] ela começou **fazer concurso** pelo Brasil intei::ro...

Classe E: sujeito: agente

Objeto: resultativo

(27) [] aí ele começou... tipo assim... [] falava deMAIS e
falava boBAgem...

Passando ao levantamento estatístico, na Tabela (02) estão registrados os resultados obtidos:

Classe	Número de verbos	%
A	19	29
B	14	22
C	12	18
D	11	17
E	9	14
TOTAL	65	100

Tabela (02): Verbos que favorecem a IN

Observa-se, na Tabela (02), que a classe A, cujos verbos selecionam sujeito **experenciador** ou **beneficiário** e objeto **objetivo**, não-afetado, é a que apresenta maior índice de incorporação nominal em português. Porém o aspecto mais digno de nota, que pode ser inferido dessa Tabela, é que o papel semântico **objetivo** para o complemento é o privilegiado pelos verbos que ocorrem com o objeto incorporado. Conforme se vê na Tabela acima, dos verbos analisados, os de A, C e D, que selecionam tal papel teta para seu objeto, representam 64% dos verbos em questão. Embora haja 22% de objetos **pacientes** e 14% de **resultativos**, o fato de a maioria dos complementos focalizados pertencer ao campo semântico dos objetos não-afetados e não-resultantes de ações ou processos construtivos é relevante. Isso significa que os verbos que selecionam objeto **objetivo** favorecem o uso do objeto incorporado em português, ou seja, o objeto cuja função é classificadora, “qualificadora”, em relação ao processo ou ação expressa pelo verbo.

5. Conclusão

Prosseguindo o estudo sobre o objeto incorporado em português, neste trabalho procurei verificar a distribuição desse constituinte nos planos do discurso narrativo e descobrir que tipo de verbo favorece a incorporação nominal. A análise efetuada revelou, em primeiro lugar, maior índice de ocorrência de objeto incorporado na categoria discursiva denominada Fundo: 73%. Em segundo lugar, demonstrou serem os verbos que selecionam o papel semântico **objetivo** para seu complemento aqueles que mais favorecem a incorporação nominal em português: 64%.

Ambas as conclusões não surpreendem. Ao contrário, harmonizam-se com as características semântico-pragmáticas do constituinte em foco neste texto: sua interpretação, junto com o verbo, de um todo semântico, ou seja, a função classificatória com referência ao processo ou ação expressa pelo verbo; e, ao mesmo tempo, sua falta de topicalidade e proeminência discursiva.

Referências Bibliográficas

- AZEVEDO, A. M. T. de (1992). *Tempo, modo e aspecto verbal na estruturação do discurso narrativo*. Dissertação: Mestrado em Linguística. Belo Horizonte: UFMG, mimeo.
- (1995). Tempo, modo e aspecto verbal na estruturação do discurso narrativo. *Revista de Estudos da Linguagem*.2.(3): 177-193.
- BAKER, M. C. (1988). *Incorporation; a theory of grammatical function changing*. Chicago: University of Chicago Press.
- DU BOIS, J. W. (1980). Beyond definiteness: the trace of identity in discourse. In: CHAFE, W. L. (ed.). *The pear stories*. Norwood/New Jersey: Abex Publishing Corporation.
- GIVÓN, T. (1990). *Syntax; a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co., v. II.

- HOPPER, P. (1979). Aspect and foregrounding in discourse. In: GIVÓN, T. (ed.). *Syntax and Semantics*. New York: Academic Press, v.12.
- LABOV, W. (1972). *Language in the inner city*. Philadelphia: University of Pennsylvania Press.
- PONTES, E. (1987). *O tópico no português do Brasil*. Campinas: Pontes.
- SARAIVA, M. E. F. (1997). “*Buscar menino no colégio*”: a questão do objeto incorporado em português. Campinas: Pontes.
- VELÁZQUEZ-CASTILLO, M. (1995). Noun incorporation and object placement in discourse; the case of Guarani. In: DOWING, P. & NOONAN, M. (eds.). *Word order in discourse*. Amsterdam: John Benjamins Publishing Co.
- WHITAKER-FRANCHI, R. C. M. (1989). *As construções ergativas; um estudo semântico e sintático*. Dissertação: Mestrado em Lingüística. Campinas: IEL/UNICAMP.

PROCESSOS DE
GRAMATICALIZAÇÃO
ENVOLVENDO CLÁUSULAS
FINAIS

Mário Eduardo MARTELOTTA
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Abstract: The text analyses the use of final clauses, from the most prototypical to the most grammaticalized, emphasizing the phenomena that characterize the appearance of the latter.

Key Words: Cognition; Grammaticalization; Vinculation.

1. Introdução

O objetivo deste trabalho é analisar os usos das cláusulas adverbiais finais, observando os graus de vinculação que os caracterizam. Para isso, foi utilizada uma amostra de doze informantes do *corpus* Discurso & Gramática da cidade do Rio de Janeiro, que é constituído de entrevistas orais e escritas dos seguintes tipos discursivos: narrativa de experiência pessoal, narrativa recontada, descrição de local, relato de procedimento e relato de opinião.

O que motivou inicialmente este trabalho foi a noção de iconicidade proposta por Givón (1990: 515), que sugere a existência de diferentes graus de vinculação entre a cláusula principal e sua subordinada com função de objeto. Segundo essa

proposta, há um isomorfismo entre a Semântica e a Sintaxe da complementação verbal, no sentido de que os graus de integração sintática entre as cláusulas constituem a expressão gramatical dos níveis de vinculação semântica entre o evento expresso pela cláusula principal e o expresso pela subordinada.

No decorrer da pesquisa, entretanto, essa proposta teórica se mostrou insuficiente para caracterizar os processos referentes à vinculação e gramaticalização de cláusulas finais, que parecem estar mais relacionados a mecanismos de extensão semântica associados a estratégias discursivas que propriamente à proximidade semântica entre as ações verbais. Em função disso, o trabalho passou a se caracterizar pela busca de novas alternativas teóricas de bases cognitivas que levassem a uma melhor compreensão dos usos das cláusulas analisadas.

Cabe ainda registrar que este trabalho parte do princípio de que coordenação, hipotaxe e subordinação constituem processos sintáticos que se distinguem, entre outras coisas, pelos seus diferentes níveis de vinculação sintática. De um lado, está a coordenação, envolvendo cláusulas menos relacionadas sintaticamente e, conseqüentemente, mais ligadas à estrutura do discurso. De outro está a subordinação com suas restrições sintáticas, ambiente propício aos processos de encaixamento propostos por Givón (1990). As cláusulas adverbiais apresentam um grau intermediário de vinculação.

2. As cláusulas finais

As cláusulas adverbiais finais enquadram-se num conjunto de cláusulas que ratificam a relação causa/efeito, apresentando o valor adverbial que Azeredo (s/d) caracteriza como **resultado**, ou seja, relaciona-se ao resultado ou ao efeito da ação expressa na cláusula-matriz.

Há outros tipos de cláusulas que apresentam essa característica, como as coordenadas conclusivas e as adverbiais consecutivas. A diferença entre as finais e as conclusivas está no fato de que as últimas caracterizam-se por uma estrutura coordenada, não podendo, por exemplo, ter sua ordem invertida. Em oposição às adverbiais consecutivas, que tendem a expressar resultados acidentais, as cláusulas finais normalmente apresentam uma intencionalidade em relação ao resultado que expressam. A cláusula adverbial final prototípica está exemplificada no trecho abaixo, retirado de uma narrativa de experiência pessoal escrita:

- (01) Depois da festa nós fomos no meu carro para uma choperia em Botafogo **para tomar a saideira junto com a Andréia que veio com a gente.**

Nesse exemplo, tem-se o uso prototípico da estrutura adverbial com cláusula final. A cláusula-matriz apresenta um verbo de ação relacionado a um sujeito marcado pelo traço [+intencional], enquanto a cláusula adverbial indica a finalidade daquela ação. Bechara (1969: 286) afirma que pode haver *um liame estreito entre a oração consecutiva e a final, quando a consequência denota um efeito ou resultado intencional*, apresentando o seguinte exemplo:

- (02) Chegou cedo ao serviço **de maneira que pudesse ser elogiado pelo patrão.**

Bechara (1969: 199) propõe que casos como esses sejam interpretados como tendo sido suprimido o elemento intensificador, apresentando um outro exemplo:

- (03) Vive de maneira **que ao morrer não te lastimes de haver vivido.**

O autor afirma que essa construção equivale a *vive de tal*

maneira que (que em conseqüência...). Trata-se, sem dúvida de um caso, complexo. No exemplo (03), talvez pelo fato de a matriz apresentar o verbo no imperativo, é mais fácil de se ver um valor consecutivo do que no exemplo (02), que parece expressar mais a finalidade ou objetivo de **chegar cedo ao serviço** do que propriamente a conseqüência desse ato. É curioso que o próprio autor, em sua gramática, grifou os exemplos do modo como foi aqui reproduzido: em (02), com a construção **de maneira que** fazendo parte da cláusula adverbial, como se funcionasse como uma espécie de locução conjuntiva, constituinte dessa cláusula; e, em (03), com o termo **maneira** fazendo parte da cláusula-matriz, dando a idéia de que a adverbial indica a conseqüência da **maneira** de viver a vida, expressa anteriormente. Partindo da hipótese de que as construções sintáticas tendem a ser conseqüentes umas das outras por meio de mecanismos de mudança específicos, pode-se ver, nesse caso, um uso ambíguo entre um valor consecutivo e um valor final, conseqüente da omissão do elemento intensificador da construção original. Ocorre que, com a omissão desse elemento, o evento expresso pela segunda cláusula perde sua característica de conseqüência accidental. A partir daí, é possível postular uma reanálise, segundo a qual **de maneira** e **que** passam a funcionar como um único elemento de função conectiva, introduzindo uma cláusula que expressa a finalidade da ação da cláusula anterior.

Os conectivos finais

De um modo geral, os manuais de gramática tradicional não mencionam **de maneira que** ou **de modo que** entre os conectivos finais, o que parece indicar um consenso entre os gramáticos com relação à análise de Bechara (1969), de que construções com esses conectivos devem ser analisadas como consecutivas. Os conectivos finais apresentados nos manuais de gramática tradicional são **a fim de (que)**, **para (que)**, **a (que)** e **porque** (com valor de **para que**). Todos refletem a trajetória de gramaticalização proposta por Heine *et alii* (1991), segundo a qual o surgimento de operadores argumentativos segue a mudança espaço > (tempo) > texto, uma vez que inicialmente apresentam

valores espaciais e passam a representar a estrutura sintático-semântica das construções finais.

O conectivo **a fim de (que)** apresenta, em sua estrutura, o nome **fim**, noção inicialmente espacial, que passa a indicar explicitamente a idéia de finalidade, ou seja, o resultado que se quer atingir com uma determinada atitude. Há aí uma metáfora que relaciona a noção espacial de ponto de chegada à noção lógica de finalidade.

Essa origem espacial também pode ser vista nos conectivos **para (que)** e **a (que)**. Na origem das preposições **para** e **a** está a preposição latina **ad**, que, segundo Pereira (1915: 557), indicava *movimento, proximidade no espaço e atribuição*. A função de atribuição se manifesta basicamente na forma **acusativo + ad** (Dixit Thomas **ad** condiscipulos = Disse Tomé **aos** condiscipulos), o que sugere valor espacial. Ainda segundo Pereira (1915: 558), a preposição **a**, no português, desenvolveu, além dessas três relações fundamentais, várias outras. Uma delas é a relação de finalidade.

O conectivo **por** também apresenta essa origem espacial. Segundo Machado (1977), a preposição portuguesa **por** provém do latim vulgar **por**, por alteração do latim clássico **pro**, que, segundo Faria (1975), possuía inicialmente valor espacial, significando **diante de, de frente de, em presença de**. Daí, desenvolveram-se outros valores mais abstratos.

A preposição **por**, em português arcaico, convivia com a forma **per**, que, como em latim, tinha o valor de **através de, por meio de** e podia se referir ao lugar por onde alguma coisa se estende e a duração de algum acontecimento. A preposição **por**, que apresentava alguns valores semelhantes aos de **per**, suplantou esta última. Segundo Said Ali (1971: 215), um dos valores básicos de **por**, que não competiam a **per**, era o de **em favor de**. Desse valor, originou-se o valor de **finalidade, de intenção** dessa preposição. Ainda segundo Said Ali (1971: 215), em português antigo e ainda em Camões, vê-se o uso de **por** para denotar

finalidade e causa. No português atual, o uso de **por** com valor final caiu em desuso, sendo essa preposição suplantada por **para**.

Também pouco comum é o uso de **que** com valor final. Cunha & Cintra (1985: 591) e Bechara (1969: 286) apresentam para esse caso o mesmo exemplo de Machado de Assis:

- (04) a. Fiz-lhe sinal **que se calasse**.
b. Fiz-lhe sinal [pedindo] **que se calasse**.

Essa construção é curiosa. A inexistência de qualquer preposição indicativa de finalidade dá a impressão de que a cláusula grifada expressa o desejo do falante, como um objeto direto oracional de algum verbo do tipo de **pedir**, **mandar** ou **desejar** que tivesse sido omitido por algum motivo (ex. 4b). Foi encontrado no *corpus* analisado apenas um caso de **que** em cláusula com valor final:

- (05) (...) nada como trezentos e sessenta e cinco dias que se acaba... e nasce um novo ano... um novo dia... então eu acho que é perante esse novo dia... esse novo ano que a gente tem que re/ reaver a esperança e torcer... **que esse país possa ter... um governo digno...**

Parece haver, nesses casos, algum tipo de encaixamento envolvendo uma cláusula de valor optativo. Nesse contexto específico, a cláusula optativa acaba assumindo valor de finalidade. Aliás, as cláusulas finais, dentre as demais adverbiais, são as que mais apresentam usos que refletem processos de gramaticalização em direção a construções mais vinculadas, apresentando, pelo menos em parte, as tendências propostas por Givón (1990).

3. Processos de vinculação envolvendo cláusulas finais

Há uma série de usos de cláusulas finais que refletem gramaticalização na direção de uma maior integração e que apresentam o verbo no infinitivo. É o que está no exemplo abaixo:

- (06) (...) é muito bagunceira essas turmas... e:: sabe que bagunça todo mundo faz um pouco... né? mas... assim é demais... aí **não dá pra ensinar**... nego cantando... toda hora... entrando na porta...

Esse é um caso diferente da final prototípica, que estamos, a exemplo de Salomão (1990), chamando de construção *habilitativa*. A estrutura **para + infinitivo** e a noção de finalidade estão presentes, mas não há, na matriz, um verbo de ação, relacionado a um sujeito marcado pelo traço [+ *intencional*], que visa a alcançar o objetivo expresso na construção encabeçada pela preposição **para**. Por outro lado, essa construção transmite a idéia de que algo de *dá um recurso, habilitando* alguém a fazer alguma coisa.

Essa análise é proposta por Salomão (1990), que, olhando pelo prisma da Lingüística Cognitiva, vê essa construção como um dos vários padrões clausais possíveis, envolvendo o verbo **dar**, relacionados por sua conexão com uma construção central, que serve de base para as outras. Eis o exemplo que a própria autora dá para essa construção central:

- (07) Antônio deu um anel pra Maria.

Segundo Salomão (1990: 5) essa sentença representa o cenário de **transferência de posse**, que é a estrutura conceptual (ou o modelo cognitivo) associada a essa construção central. O que motiva o sentido *habilitativo* do exemplo (06), relacionando-o à construção central apresentada no exemplo (07), é o mapeamento

da metáfora **recursos são posses** na metáfora **habilidades são recursos**. A metáfora **recursos são posses** ocorre nos exemplos apresentados por Salomão (1990: 106), reproduzidos abaixo:

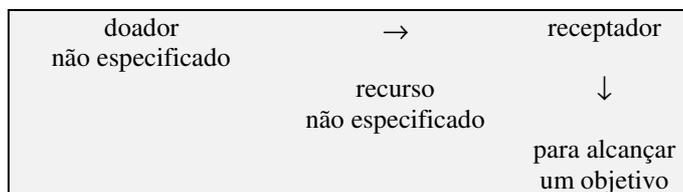
- (08) a. João me deu dinheiro pra eu comprar uma casa.
b. O Consulado deu o visto pro Maurício entrar no país.

Nesses exemplos, tem-se ainda um cenário de **transferência de posse**, em que um agente provê os meios pelos quais um receptor se torna capaz de praticar uma determinada ação. A entidade transferida, nesse tipo de caso, é um recurso.

Um pouco mais distantes da construção central, estão casos como o exemplificado abaixo:

- (09) (...) eu estou ganhando:./ quanto é nosso salário... Nilo? fala aí a miséria... três mil... né? três mil... três mil... isso dá pra... **isso dá pra fazer alguma coisa?** não dá pô... entendeu?

Em casos como esse, que também refletem o cenário de **transferência de posse**, o recurso é metonimicamente identificado como o doador, desempenhando, na construção, a função de sujeito. Salomão (1990) afirma que a característica básica da construção habilitativa, exemplificada em (06) – [Ø] *não dá* [Ø] *pra ensinar* – é que o agente (do verbo **dar**) e o recurso não são especificados, como se pode ver no esquema abaixo:



Segundo esse esquema, a construção do exemplo (06) apresenta um doador não especificado, que transfere um recurso não especificado a um receptor normalmente especificado, para que esse possa alcançar um objetivo também especificado. Essa base cognitiva pode explicar algumas outras construções finais não-prototípicas, também com verbo no infinitivo, em que parece haver gramaticalização envolvendo maior vinculação:

- (10) (...) como você pode dar escola se você não tem dinheiro **para construir uma escola?**

Apesar da estrutura **para + infinitivo**, típica das cláusulas finais, e de uma leve idéia de finalidade, essa cláusula não se enquadra no que se considera uma final prototípica: não há, na matriz, uma ação à qual se possa relacionar a finalidade expressa pela cláusula grifada. Ao contrário, essa cláusula parece se referir ao nome **dinheiro**, funcionando como uma espécie de complemento nominal oracional. Portanto, apesar de ser considerado por Bechara (1976:163) como adverbial final reduzida de infinitivo, esse tipo de construção será aqui tratado como um caso de cláusula completiva nominal, que reflete maior vinculação sintática, uma vez que se refere a um nome localizado no interior de sua matriz.

Outra construção igualmente interessante é a que está exemplificada abaixo:

- (11) A parte da minha casa em que mais gosto é a sala-de-estar, pois é nela que se tem um cantinho e uma luminária que é ideal **para se ler um livro, assistir um filme, etc.**

Novamente, a cláusula marcada por **para + infinitivo** não apresenta estrutura sintática típica de adverbial final, funcionando com uma espécie de completiva nominal, dessa vez, porém, relacionada a um adjetivo (**ideal**).

Os dois últimos exemplos parecem indicar um processo de gramaticalização segundo o qual a cláusula originariamente final se encaixa ao elemento de natureza nominal antecedente, passando a funcionar como um complemento nominal em sentido lato. É possível também o uso de cláusulas originariamente finais encaixadas à antecedente, assumindo função de predicativo:

- (12) (...) “ah: o nome dele é Arruda... André...” eu falei “ih... arruda é **pra tirar olho grande...**” aí o cara... sério... “arruda nada... eu sou cristão... não acredito em nada disso...”

Esses três casos parecem ter em comum duas coisas: uma cláusula com **para + infinitivo**, que, como indica um *objetivo a ser alcançado*, admite uma leitura como tendo valor de finalidade, e um elemento que indica o *recurso* que possibilita a ação, elementos tipicamente constitutivos do cenário **transferência de posse**, relacionado à construção habilitativa com verbo **dar**.

A completiva nominal de substantivo, que tende a ratificar a metáfora **recursos são posses**, pode apresentar, além do *recurso* e do *objetivo a ser alcançado*, o *possuidor*:

- (13) (...) os estudantes [*possuidor*] estão sem dinheiro [*recurso*] **pra pagar a faculdade** [*objetivo*]... a faculdade [*possuidor*] está sem dinheiro [*recurso*] **pra manter a instituição** [*objetivo*]
- (14) (...) os professores [*possuidor*] perdem um pouco do estímulo [*recurso*] **para dar aula** [*objetivo*]....

Já as construções completivas nominais de adjetivo e predicativas regidas pela preposição **para** normalmente não apresentam a idéia de posse, mas indicam o *recurso* e o *objetivo a ser alcançado*:

- (15) (...) uma luminária [*recurso*] que é ideal **para se ler um livro** [*objetivo*].
- (16) (...) arruda [*recurso*] é **pra tirar olho grande** [*objetivo*]....

Postulamos também para essas construções um processo de topicalização do elemento que expressa o *recurso*. Nesse sentido, haveria um movimento do tipo: **é ideal ler um livro com essa luminária** > *essa luminária é ideal para se ler um livro* ou **tira-se olho grande com arruda** > *arruda é pra tirar olho grande*. A ação, com essa mudança, passa a ser expressa em forma de cláusula final, que indica a utilidade do recurso, ou seja, a ação passa a ser atribuída ao instrumento e não ao sujeito que o utiliza. Pode-se notar que, no exemplo (12), o nome **arruda** havia sido mencionado, o que é, possivelmente, um dos fatores responsáveis por sua anteposição na construção analisada.

Em favor dessa análise, está o fato de que, em todos os casos (exceto um: ver ex. (18)) de **para + infinitivo** aqui classificados como cláusulas predicativas e completivas nominais de adjetivos encontrados no *corpus*, o *recurso* foi explicitamente mencionado anteriormente:

- (17) I: minha sala não tem muitos móveis... a gente... tem um te/tem um/ uma televisão... tem um aparelho de som... tem vídeo... ah... não... tem a **rede** também... (fico) entre a **rede** e essa **cadeira** aqui... eh:... **a cadeira é o melhor lugar pra estudar... a rede é o melhor lugar pra ver televisão**... não tem nada em volta... tem uma mesinha pequena... uma luminária de pé...

A única exceção está no trecho de um relato de procedimento escrito, reproduzido abaixo, em que o falante disserta sobre um jogo de cartas chamado *sueca*. Nesse caso, pode-se dizer que há topicalização no sentido de que *sueca* ocorre logo no início do relato para indicar o tema:

- (18) A sueca é um jogo de cartas **para ser jogado por duas duplas**. O baralho não é completo, são retirados o oito, o nove e o dez. A carta que mais vale pontos é o az seguida pelo sete, rei, valete e dama. O dois, o três, o quatro, o cinco e o seis não valem pontos.

Os casos de complemento nominal de substantivo são diferentes, já que o *recurso* é apresentado sintaticamente como um sintagma da cláusula anterior, desempenhando, na maioria dos casos, a função de objeto de verbos relacionados ao cenário de **transferência de posse: ter, possuir, perder, ganhar, pedir, dar** etc. É o que se vê nos exemplos (10) e (14), aqui repetidos como (19) e (20):

- (19) (...) como você pode dar escola se você não tem dinheiro **para construir uma escola?**
- (20) (...) os professores perdem um pouco do estímulo **para dar aula...**

Nesses casos, o *recurso* vem na frente do *objetivo*, mas não propriamente por causa de uma topicalização, mas pelo fato de ser codificado como objeto do verbo da cláusula matriz. Essa estrutura sintática, em que o *recurso* é normalmente anteposto ao *objetivo* pela natureza da função que desempenha na matriz anteriormente mencionada, parece propiciar o surgimento da cláusula iniciada por **para**, que indica o *objetivo a ser alcançado* com aquele *recurso*.

Deve-se também mencionar que, no que diz respeito a alguns complementos nominais de substantivos que ocorreram no *corpus*, o *recurso* não foi mencionado anteriormente em função de, na maioria dos casos, ocorrerem em descrições de local, em que o informante enumera os móveis e os objetos, indicando, em seguida, sua finalidade:

- (21) E: ahn... e... como é... o quarto? eu quero que você me diga... como é... se é grande... pequeno...
 I: ele é:... ele é:... grande... tem muitas coisas que eu gosto... tem uma cor bonita... é azul... tem janelas... a janela é de vidro... tem muitas coisas... muitas coisas assim que eu gosto de brincar... quando estou à toa... tem escrivania... **pra (gente) fazer dever de casa...** só...

Outro caso que envolve o uso de cláusula final reduzida de infinitivo, pode ser visto nas construções do tipo **pedir para + infinitivo**, em que o sujeito da cláusula final pode aparecer com marca de objeto do verbo da matriz. Os exemplos abaixo ilustram o caso:

- (22) a. (...) é um quarto comum... vou descrever pra você... você pediu **para eu descrever...** né? é um quarto...
 b. Você pediu **que eu descrevesse**.

O tipo de construção exemplificada em (22a) é combatido pela Gramática Normativa. Segundo Cegalla (1996), esse tipo de construção só é *correto quando se pode subentender uma das palavras licença, permissão, autorização*, como nas frases: *Ele pediu ao porteiro para entrar no prédio. / O aluno pediu para sair antes do fim das aulas*. Quando isso não ocorre, a norma indica a forma menos encaixada, que ocorre no exemplo inventado (22b).

Esses casos permitidos apresentam duas características importantes. Por um lado, pode-se ver o cenário de **transferência de posse**, associado à metáfora **recursos são posses** e o termo subentendido corresponde ao *recurso* (licença, permissão etc.). Por outro lado, sendo um pedido de *recurso*, o sujeito da cláusula final não pode se identificar com o *doador do recurso*.

O desaparecimento das palavras indicadas por Cegalla (1996) parece implicar uma gramaticalização, que leva a cláusula final a ser reanalisada como um objeto preposicionado do verbo **pedir**, passando assim a apresentar grau maior de vinculação.

Provavelmente, o uso típico da construção **para + infinitivo** com sujeito da cláusula com **para** necessariamente distinto do *doador do recurso* se estendeu para os casos em que essas cláusulas apresentam como sujeito o próprio *doador do recurso*, permitindo a ocorrência de casos como o do exemplo (22a) e do exemplo (23), reproduzido abaixo:

- (23) (...) quando o professor **pede pra ficar** quieto... todos alunos ficam...

Podem também ocorrer casos em que o elemento posterior à preposição **para**, ou seja, o sujeito da segunda cláusula, aparece com marca de objeto da primeira, indicando maior grau de vinculação:

- (24) (...) aí eu estava no colégio... era... aula de ciências... eu acho/ é... isso mesmo... aí depois veio uma inspetora... **pediu pra mim descer**... aí eu fui... desci me... meia assim assustada...

Pode-se ver, entretanto, uma ambigüidade no que se refere à estrutura sintática da frase, no sentido de que é possível interpretar que **pra mim** é o objeto indireto de **pedir**, construção que se pode ver em (25):

- (25) (...) às vezes ela deixa eu entrar na cozinha (pra fazer comida) porque às vezes/ ela não gosta não porque eu faço muita bagunça na cozinha... aí ela não deixa eu fazer não... mas às vezes eu **peço pra ela**... ela... ela deixa eu fazer...

Nesse caso, há duas cláusulas justapostas: **eu peço pra ela** e **ela deixa eu fazer**. É provável que haja um processo de analogia segundo o qual esse tipo de construção influencia a exemplificada em (24), em que a cláusula **pediu pra mim descer**

pode ser interpretada como tendo um objeto indireto: **pra mim**. Portanto, foi analisada como um objeto preposicionado da cláusula matriz, constituindo um grau maior de vinculação essa tendência, que parece estar também relacionada a construções com outros verbos *dicendi*, como, por exemplo, **falar para** e **dizer para**, **gritar para**:

- (26) (...) tudo limpinho... olho pra cozinha assim... é:... limpinha... aí a... a diretora **falou pra gente pagar eh... a caixa escolar...** pra ter sempre a merenda... e as vassouras pra limpar... o pátio... pra limpar... é pra limpar cozinha... e comprar os livros...
- (27) Ela começou a gritar **para eu tirar o carro dali** e ir embora, só que o carro não andava de jeito nenhum.

É interessante notar que não apresentam essa construção os verbos *dicendi* que só admitem objeto direto, ou melhor, que não admitem objeto indireto regido por **a** ou **para**. Usos como * *mandar para* e * *ordenar para*, por exemplo, não são possíveis em português e uma explicação possível para esse fato é essa relação entre a estrutura **pedir/falar/dizer/ gritar para mim fazer algo**, em que **para mim** pode ser visto como a pessoa que recebe o *recurso*, estimulando essa formação.

Além desses casos, as cláusulas finais apresentam estruturas que indicam graus de encaixamento mais próximos aos que Givón (1990) encontrou nas subordinadas substantivas.

Embora as cláusulas finais não cheguem a atingir o grau de encaixamento que Givón detectou para as cláusulas objetivas diretas, podemos encontrar, nessas estruturas sintáticas, o surgimento de locuções verbais, em que o verbo originalmente pleno da cláusula matriz se gramaticaliza e se torna auxiliar, passando a indicar basicamente noções temporais ou aspectuais. Uma delas está relacionada ao uso do verbo **ir** como elemento indicador de futuro:

- (28) Ele **vai** para **falar** com o professor. > Ele **vai falar** com o professor > **Vai chover**.

Segundo essa visão, o uso do verbo **ir** como indicador de futuro se relaciona com uma origem adverbial, em que o ponto de chegada está representado por uma oração final, evidenciando mais uma vez que a trajetória espaço > (tempo) > texto, proposta por Heine *et alii* (1991) caracteriza usos de cláusulas finais.

Há outra locução, formada por **para** + **infinitivo**., que também parece se relacionar a uma origem final:

- (29) (...) Já era noiva... já **estava para casar**... entendeu?

Pode-se postular que essa locução apresenta características originárias da estrutura típica de construção final **para (a) + infinitivo** e um certo sentido de finalidade: estar (em algum lugar) com o objetivo de fazer algo. No caso do exemplo acima, **casar**. Isso sugere uma reanálise, em que o verbo **estar** perde definitivamente seu valor lexical de **localizar-se** no espaço, para progressivamente assumir, valor aspectual referente à indicação de um momento imediatamente anterior à consecução da ação. Se essa hipótese apresenta alguma sustentação histórica, esse caso reflete um processo de gramaticalização que gerou maior vinculação.

4. A colocação das cláusulas finais

Nesta seção, será examinada a colocação das cláusulas finais. Tendo em vista que os usos mais gramaticalizados e, conseqüente-mente, mais vinculados (completivas nominais, predicativas, habilitativas, objetivas) tendem a se fixar na posição posposta, analisaremos somente a colocação das prototípicas, que podem transitar pelas seguintes posições: anteposta (antes da

matriz), intercalada (no meio da matriz) e posposta (após a matriz). Será demonstrado que a colocação das cláusulas finais prototípicas depende do seu *status* informacional.

Status Informacional

Consideramos como veiculando informação velha cláusulas finais que foram mencionadas anteriormente:

- (30) (...) mas eu não... graças a Deus... adoro... amo de paixão o que faço... só que quando você chega na sua formatura... eu acho que o maior presente que possam te dar é um emprego... mas **pra te dar esse emprego**... o governo tem que resolver o problema econômico do país... por exemplo... tra/ fiz estágio na Light... que é uma empresa do governo... onde a minha chefe da divisão...

Nesse caso, a informação expressa pela adverbial final *pra te dar esse emprego* já havia sido mencionada: *o maior presente que possam te dar é um emprego*. Estão presentes nas duas menções o verbo, que é o núcleo da cláusula, seu sujeito e seus objetos. Há, entretanto, outros casos em que a informação mencionada é retomada por um elemento anafórico:

- (31) (...) daquilo que você faz... então ele está... satisfeito espiritualmente... então você/ economia... a educação e saúde (...) o governo atingir... de imediato... o Brasil chega lá... mas **pra::... haver isso**... tem que ter uma conscientiz/ tem...

A menção anterior apenas de sintagmas nominais que desempenham, função de sujeito, de objeto, ou mesmo de adjunto adverbial não foi levada em consideração, pois não interfere na colocação da cláusula. É, por exemplo, bastante comum as

cláusulas finais – que na sua imensa maioria ocorrem na forma reduzida – apresentarem sujeitos idênticos aos de suas matrizes, sem que essa coincidência motive sua anteposição:

- (32) (...) o governo está sem o dinheiro de investir... em empresa... no caso do governo... ne/ na... nas própria empresas... do qual... ele próprio... pelos roubos que estão tendo... ele está vendendo as empresas... **pra cobrir certas dívidas...** no caso da Light... ele deve (...) o governo federal está devendo...

Nesse caso, *o governo* é o sujeito de *está vendendo*, na cláusula matriz, e de *cobrir*, na adverbial final. A amostra analisada demonstrou que casos como esse não motivam a anteposição da cláusula final.

Como não encontramos, na amostra analisada, nenhum caso de informação velha por inferência, observamos a posição das cláusulas finais em relação a uma possível menção anterior. Os resultados podem ser vistos na tabela abaixo:

	Mencionadas	Não-mencionadas
Antepostas	4 (80%)	1 (20%)
Intercaladas	2 (100%)	0 (0%)
Pospostas	0 (0%)	77 (100%)
Total	6 (7%)	78 (93%)

Tabela (01): Relação entre colocação da cláusula final e status informacional

Percebemos que as orações prototípicas mencionadas têm forte tendência de ocorrerem no contexto anteposto: 80% das antepostas foram mencionadas enquanto 100% das não-mencionadas ocorreram em posição posposta. Além disso, 100%

das intercaladas (que constituem um tipo de anteposição) foram mencionadas.

5. As finais reduzidas

Uma das tarefas que um trabalho acerca das cláusulas adverbiais deve realizar é buscar fatores que influenciem o surgimento de formas reduzidas. No caso das finais, parece haver uma forte tendência para a redução, como se pode ver na tabela abaixo:

	Para	∅	Que	Para que	Total
Desenvolvidas	-	-	2	2	4
Reduzidas	128	1	-	-	129
Justapostas	-	4	-	-	4
Total	128	5	2	2	137

Tabela (02): Relação entre a estrutura das cláusulas finais e tipos de conectivos

Nota-se o predomínio das reduzidas: 129 ocorrências ou 94% do total das 137 cláusulas finais analisadas. Todas as cláusulas finais reduzidas ocorreram no infinitivo, na grande maioria dos casos, iniciadas pela preposição **para**. A escolha pela reduzida parece estar relacionada à escolha pelo simples ou pela economia, o que, sem dúvida, tem a ver com o fato de as reduzidas tenderem a apresentar o mesmo sujeito da matriz:

	Protot.		Compl. Nom.		Predicat.		Objet.		Impess.	
	MS	SD	MS	SD	MS	SD	MS	SD	MS	SD
Desen.	1	3	0	0	0	0	0	0	0	0
Redz.	53	27	6	21	0	4	4	8	0	6
Total	54	30	6	21	0	4	4	8	0	6

Tabela (03): Relação entre estrutura e tipos das cláusulas finais e identidade entre sujeitos

A Tabela (03) refere-se apenas às cláusulas finais que apresentavam relação sintática com uma cláusula específica, que perfazem, no *corpus*, um total de 133 ocorrências. As 4 ocorrências de finais textuais que apareceram no *corpus*, ou seja, aquelas que apresentaram relação com partes maiores de texto, foram retiradas, por não ser possível relacionar os sujeitos.

Esses dados sugerem que a ocorrência de um mesmo sujeito nas duas cláusulas incentiva a redução. É claro que a pouca quantidade de ocorrências esvazia a análise, mas observando os poucos dados, percebe-se que, do total de 4 finais desenvolvidas (todas prototípicas), três casos (75%) apresentam sujeitos diferentes enquanto, nas reduzidas, ocorre uma pequena superioridade de construções com o mesmo sujeito: 56% do total de 129 ocorrências.

Pode-se notar que esse predomínio de casos de um mesmo sujeito em construções com cláusulas reduzidas ocorreu basicamente nas prototípicas. Era de se esperar, a princípio, que as construções aqui classificadas como mais vinculadas (completivas nominais, predicativas, objetivas e habilitativas) apresentassem mais casos de mesmo sujeito, já que segundo Givón (1990) é um sintoma de encaixamento as cláusulas envolvidas apresentarem o mesmo sujeito. Entretanto, isso só ocorreu no caso das cláusulas prototípicas: do total de 80 ocorrências de finais reduzidas, 53 (66%) apresentam o mesmo sujeito e do total de 4 ocorrências de

finais desenvolvidas apenas 1 caso (25%) apresenta o mesmo sujeito.

Por outro lado, as cláusulas que apresentam maiores graus de encaixamento apresentam baixas percentagens de sujeito compartilhado. Isso se justifica pelo fato de que algumas dessas construções, como as habilitativas, as objetivas com verbo *dicendi* e as completivas nominais de adjetivos, tendem, por sua natureza sintático-semântica, a apresentar sujeitos diferentes:

- (33) Infelizmente não dá **pra falar de uma situação sem tocar em outra** ou seja; uma situação depende da outra...
- (34) (...) o dono da festa falou **pra ele comprar cerveja**...
- (35) (...) então ele é gostoso... então **pra você ler um livro**...
- (36) (...) a cadeira é o melhor lugar **pra estudar**...

Por outro lado, as completivas nominais de substantivos podem ou não apresentar o mesmo sujeito da cláusula matriz:

- (37) (...) não tem dinheiro **pra construir escola**... (pode apresentar suj. diferentes)

Se, por um lado os usos das cláusulas finais ratificam alguns aspectos da proposta de Givón (1990), apresentando uma tendência na direção de se encaixar à matriz, essa tendência parece não seguir inteiramente os princípios de iconicidade propostos pelo autor. Ou seja, a redução, que é típica do encaixamento não está, no caso das finais, relacionada à proximidade semântica entre o conteúdo das cláusulas envolvidas e a não-atuação efetiva de fatores sintáticos – como *sujeito compartilhado*, *sujeito da segunda cláusula com marca de objeto* – é uma evidência disso.

Referências Bibliográficas

- AZEREDO, J. C. de (s/d). *As orações adverbiais: afinidades e diferenças*. Rio de Janeiro: Mimeo.
- BECHARA, E. (1969). *Moderna gramática portuguesa: curso médio com base na Nomenclatura Gramatical Brasileira*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- (1976). *Lições de português pela análise sintática*. Rio de Janeiro: Grifo.
- CEGALLA, D. P. (1996). *Dicionário de dificuldades da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- CUNHA, C. & CINTRA, L. (1985). *Nova gramática do português contemporâneo*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- FARIA, E. (1975). *Dicionário escolar latino-português*. Rio de Janeiro: FENAME.
- GIVÓN, T. (1990). *Syntax: a functional-typological introduction*. Amsterdam: John Benjamins.
- HEINE, B.; CLAUDI, U. & HÜNNEMEYER, F. (1991). *Grammaticalization: a conceptual framework*. Chicago: The University of Chicago Press.
- HOPPER, P. J. & TRAUGOTT, E. C. (1993). *Grammaticalization*. Cambridge: Cambridge University Press.
- MACHADO, J. P. (1977). *Dicionário etimológico da língua portuguesa*. Lisboa: Livros Horizonte Ltda.
- PEREIRA, E. C. (1915). *Gramática histórica*. São Paulo: Companhia Editora Nacional.
- SAID ALI, M. (1971). *Gramática histórica da língua portuguesa*. Rio de Janeiro: Livraria Acadêmica.
- SALOMÃO, M. M. M. (1990). *Polyssemy, aspect and modality in brazilian portuguese: the case for a cognitive explanation of grammar*. Berkeley: University of California.

A NOITE MUDOU DE
PERFUME: UM PASSEIO PELA
RETÓRICA DA IMAGEM

Márcia Atália PIETROLUONGO
Universidade Federal do Rio de Janeiro

Resumo: *Several rhetoric procedures manifest themselves in the Image: these are, for example, metaphors, literalized metaphors, methonimies and synecdoches. This work aims at the study of how rhetoric takes place in the advertising of the French perfume Sinam, in Marie Claire magazine. The effects of rhetoric in this advertising are also depicted. Since it is a social practice whose signification is intentional, the advertising image, together with its accompanying text, serves different ideological concepts.*

Key Words: *Rhetorics; Discourse Analysis; Social Representations.*

Uma mulher. Um perfume. Uma noite. Uma paisagem lunar estampada num rosto de mulher. Uma mulher cuja imaginação é toda sensibilidade noturna.

Eis o leitor, mais provavelmente a leitora, destinatária-alvo dessa publicidade, mergulhado numa Cena Ficcional. Espetáculo, evasão, sonho, devaneio são sugeridos pelo uso de um perfume, uma gota de fragrância sendo o móvel a partir do qual um cenário se descortina. Panorama no qual a imaginação e o desejo do(a) leitor(a) vão se projetar.

Toda organização narrativa do texto/imagem publicitários se enquadra num esquema onde o leitor é chamado a ser desejante. Na esteira de Greimas (1966), Charaudeau (1983) formula a hipótese de que o princípio que rege o modo de discurso narrativo se sustenta na relação de causalidade que se estabelece entre a *Falta* e a *Busca*. Ao tomar consciência de uma falta, o sujeito parte necessariamente em busca de meios para preenchê-la, instituindo-se Agente de um Fazer.

No caso específico da publicidade, toda a estratégia do locutor-emissor publicitário concorre para transformar o produto real num produto cuja construção textual/icônica remeta a um grande objeto de desejo do consumidor eventual. Para atingir tal finalidade, o produto deve representar

um objeto de busca suficientemente vago (o amor, o saber, a virilidade, a eficácia, etc.) para que tenha a possibilidade de se inserir num imaginário coletivo onde cada indivíduo possa encontrar um ponto de ancoragem pessoal. Mas esse caráter vago é ao mesmo tempo trazido por um objeto concreto, o que consiste numa forma de fazer crer que o “desejo” de cada um pode encontrar sua concretização num objeto material e sua satisfação na apropriação desse objeto (Charaudeau, 1983: 126).

O *contrato de comunicação do gênero publicitário* se fundamenta na escamoteação do caráter mercantil de compra e venda ativado pela publicidade, que abstrai o produto anunciado de seu caráter de mercadoria comercial (estratégia de ocultação do circuito socio-econômico) através de estratégias como a sedução e a persuasão.

Existe, assim, um *produto real*, objeto de troca entre possíveis parceiros, e o *produto produzido pelo texto* com sua

construção imaginária. A publicidade vai veicular *imagens de produto* em total acordo com a *imagem de público* que procura atingir.

Há um tipo de público mais suscetível ao discurso racional e um outro, ao contrário, mobilizado por um discurso mais imaginativo e sonhador. Dois tipos de contrato se fazem possíveis: um *contrato de seriedade*, dirigido ao primeiro público, e um *contrato de encantamento*, dirigido ao segundo (cf. Charaudeau, 1983).

No exemplo da publicidade do perfume *Sinam*, veiculado na revista *Marie Claire* e ilustrado no final deste artigo, o produto adquire o caráter extraordinário de reportar o leitor para um universo mágico, inserindo-o no segundo tipo de contrato que caracteriza o discurso publicitário, precisamente o *contrato de encantamento*, voltado para um público-leitor-consumidor estimulado pela promessa do sonho.

Para que a argumentação seja suficientemente sedutora e atinja suas finalidades discursivas, a utilização precisa de *procedimentos retóricos* se mostra fundamental. A função meramente referencial da linguagem cede lugar a uma focalização na mensagem, através de vários jogos lingüísticos que subvertem os cânones tradicionais dos planos da forma e da substância sêmica. *Operações morfossemânticas* são, assim, ativadas no propósito de mobilizar certas representações de mundo.

O gênero publicitário dispõe da possibilidade de trabalhar não apenas com recursos textuais, mas também com uma importante gama de recursos icônicos, uma vez que opera em geral na interseção entre texto e imagem.

Roland Barthes, em seu artigo *Rhétorique de l' image* (1964: 49), sustenta que

As retóricas variam fatalmente por sua substância (aqui o som articulado, lá as imagens, o gesto, etc.), mas não forçosamente por sua forma; seria mesmo provável que exista uma só forma retórica, comum por exemplo ao sonho, à literatura e à imagem. Assim a retórica da imagem [...] é específica, na medida em que está submetida às sujeições físicas da visão (diferentes das sujeições fonatórias, por exemplo), mas geral na medida em que as “figuras” não são nunca senão relações formais de elementos. Essa retórica poderá ser constituída a partir de um inventário bastante vasto, mas pode-se prever desde já que nela se encontrarão algumas figuras estudadas pelos Antigos e pelos Clássicos [...].

Tal crença é corroborada pelos lingüistas belgas Francis Edeline, Jean-Marie Klinkenberg e Philippe Minguet, integrantes do Groupe μ , em seu *Tratado do Signo Visual* (1992: 9). No propósito de construir uma *retórica da imagem*, esse grupo formula a hipótese de que os fenômenos de polivalência e polifonia que regem as leis da retórica da linguagem verbal podem ser encontrados também na linguagem icônica, uma vez que a comunicação e a significação obedecem a leis gerais que independem de um campo específico de manifestação.

A título de exemplo, e sem pretender esgotar a análise possível da publicidade do perfume *Sinam*, observa-se que nessa *imagem publicitária* diversos *procedimentos retóricos* estão em jogo:

- (a) O frasco simboliza o perfume, ou seja, temos um esquema retórico no qual o continente representa o conteúdo, o que é da ordem da metonímia;

- (b) A tampa do frasco, por sua vez, é uma lua. Temos, pois, um todo – o frasco – e parte desse todo – a tampa em forma de lua;
- (c) A representação do todo (frasco) pela parte (tampa em lua) é um exemplo de sinédoque.

Nessa transferência metonímico-sinedóquica, a *lua* (parte do continente) passa, então, a representar o *perfume* (conteúdo). Ora, essa lua presente no frasco do perfume é *deslocada* para a imagem estampada num rosto de mulher, atestando que é a sua presença (ou melhor, o uso da fragrância anunciada) que desvela o sonho, a imaginação e o devaneio, tais como são sugeridos pela imagem da mulher lunar. Com efeito, em seus simbolismos estudados pela astrologia, a lua

simboliza o princípio passivo, mas fecundo, a noite, a umidade, o subconsciente, a imaginação, o psiquismo, o sonho, a receptividade, a mulher é tudo que é instável, transitório e influenciável, por analogia com seu papel de refletor da luz solar (Chevalier & Gheerbrant, 1990: 564).

Donde se vê que essa imagem lunar não é nem um pouco inocente. Ao contrário, cria uma imagem de *mulher sonhadora* que vai ao encontro do perfil das leitoras da revista *Marie Claire*, veículo de publicação da publicidade analisada. Em tal revista, a recorrência de artigos centrados nos “excessos da paixão” é demonstrativa da mobilização operada pelo mito literário do amor-paixão no imaginário feminino da sociedade francesa contemporânea.

O jogo de simbolismos desencadeado pelas cores *azul* e *vermelha* que cobrem a figura da mulher consolida a leitura anterior. Segundo Chevalier & Gheerbrant (1990), essas cores remetem a *imaginários*, a *representações* precisas, pois

*O azul é a mais **profunda** das cores: nele, o olhar mergulha sem encontrar qualquer obstáculo, perdendo-se até o infinito, como diante de uma perpétua fuga da cor. O azul é a mais **imaterial** das cores: a natureza o apresenta geralmente feito apenas de transparência [...]*

[...] o azul é o caminho da divagação, e quando ele escurece, de acordo com sua tendência natural, torna-se o caminho do sonho. O pensamento consciente, nesse momento, vai pouco a pouco cedendo lugar ao inconsciente, do mesmo modo que a luz do dia vai-se tornando insensivelmente a luz da noite, o azul da noite (p. 107).

e o **vermelho** é

Universalmente considerado como o símbolo fundamental do princípio de vida, com sua força, seu poder e seu brilho, o vermelho, cor de fogo e de sangue, possui, entretanto, a mesma ambivalência simbólica destes últimos, sem dúvida, em termos visuais, conforme seja claro ou escuro. O vermelho-claro, brilhante, centrífugo, é diurno, macho, tônico, incitando à ação, lançando, como um sol, seu brilho sobre todas as coisas, como uma força imensa e irreduzível (KANK). O vermelho-escuro, bem ao contrário, é noturno, fêmea, secreto e, em última análise, centrípeto; representa não a expressão, mas o mistério da vida [...] (p.944).

No rosto da mulher *Sinam*, passeia-se por várias tonalidades de azul, e o vermelho não é nem inteiramente claro, nem inteiramente escuro, sendo um vermelho-alaranjado, o que

pode sugerir um ponto de convergência entre os traços sêmicos de um e de outro.

De acordo com as *representações* assinaladas, o *azul* seria, então, a *metáfora* do sonho, do devaneio, do infinito, abertos pela imaginação; e o *vermelho*, a *metáfora* da força, do poder, do brilho, do desejo, do erótico, da vida, mas também, do sagrado, do secreto, do uterino – ambos construindo uma determinada imagem de mulher que conjuga as aspirações antitéticas de passividade e atividade. Por um lado, trata-se de uma mulher intuitiva, receptiva, imaginativa e sonhadora; por outro, de uma mulher forte, brilhante e poderosa. Forte o suficiente para fazer com que o seu sonho se transforme em realidade.

Uma vez que as leitoras das publicidades veiculadas são as próprias leitoras da Revista, o mesmo *ideal de mulher* encontra-se presente e claramente explicitado nos diversos artigos de *Marie Claire*. A percepção difundida do *feminino* insere-se num sistema conceptual que abrange os princípios ativo e passivo, numa tentativa de síntese do que seria a mulher ideal.

Uma outra *leitura retórica* que se pode fazer dessa imagem concentra-se na simbologia da *gôndola*, cuja forma faz um contraponto com a lua-perfume, e da *casa*, pois ambas são *metonímias do signo pela coisa significada*: a *gôndola* sendo a representação da *viagem*, a *casa*, de um *porto*, de um ponto de referência estável, em meio aos imprevistos da viagem. Ambas acabam por *metaforizar* respectivamente a *aventura* e a *segurança*. Sonho enraizado na ideologia burguesa que aspira ao novo, ao desconhecido, ao imprevisível, sem abrir mão da solidez e da estabilidade.

A *gôndola*, embarcação típica de Veneza, sugere ainda a italianidade, atributo que no imaginário amoroso francês está associado a um grande romantismo, uma vez que a Itália é vista pelos franceses como um local particularmente propício para encontros sentimentais. Retomando o procedimento metonímico do *signo* pela *coisa significada*, a *gôndola* é a representação do

encontro amoroso, donde se conclui facilmente que a viagem proposta é uma *viagem amorosa*.

Estudando os sonhos e os chistes, Freud (1925, 1930) demonstra que dois mecanismos determinam o psiquismo humano: a **condensação** e o **deslocamento**. A primeira se caracteriza por uma compressão, uma superposição de elementos e/ou imagens. A segunda, pelo desvio, pela transposição do acento psíquico de um objeto para outro(s).

O fenômeno da **condensação** pode ser assimilado ao **processo metafórico** e o fenômeno do **deslocamento** ao **processo metonímico-sinedóquico**. Para que haja *condensação* – como no caso da imagem publicitária estudada, na qual há superposição de uma imagem noturna num rosto feminino –, é preciso antes haver *deslocamento* (a lua do frasco foi *transferida* para o rosto de mulher e comanda toda a leitura de uma *imagem feminina noturna*). Nesse sentido, pode-se afirmar, com Lacan (1966), que a metonímia é uma pré-condição à metáfora. Para esse psicanalista, a metáfora ocorre quando há **substituição** explícita e marcada de um significante por outro, sem a qual não existiria **efeito metafórico**. No entanto, essa substituição não apaga completamente o significante substituído e este emerge no significante manifesto.

Na medida em que a cadeia significante permite o **deslizamento** de um significante sob um outro (**fenômeno metonímico** por excelência), a **metáfora** se torna possível. Daí sua concepção da **linguagem** como sendo **metaforonímica**. Tal concepção encontra ressonância em inúmeros pesquisadores da linguagem. Lakoff & Johnson (1980) assinalam que o sistema conceitual que estrutura os processos do pensamento humano é de natureza metafórica, razão pela qual não apenas a linguagem, mas as atividades da vida cotidiana são regidas pela metáfora. Esse sistema conceitual metafórico, longe de ser arbitrário, é constituído socio-culturalmente.

Lakoff & Johnson (op. cit.) enfatizam ainda que a metonímia, tanto quanto a metáfora, não é um procedimento meramente lingüístico, mas um fenômeno conceitual de dimensões culturais. Para esses autores, os dois procedimentos fundamentam sistemática e coerentemente a experiência social humana.

Além dos *fenômenos retóricos* observados na Imagem, o próprio texto *La nuit a changé de parfum* joga com a *hipálage*, figura da retórica pela qual se atribui a uma palavra ou grupo de palavras o que conviria a outra(s) palavra(s), uma vez que a *noite personifica* a *mulher*. Essa hipálage textual funciona como elemento direcionador da leitura da imagem. Como salienta Barthes (1964: 44),

No nível da mensagem “simbólica”, a mensagem lingüística guia não mais a identificação, mas a interpretação, ela constitui uma espécie de limite que impede os sentidos conotados de proliferarem [...] a ancoragem pode ser ideológica, e aí reside, sem dúvida, sua função principal; o texto dirige o leitor entre os significados da imagem, fazendo-o evitar alguns e receber outros; [...] ele o teleguia em direção a um sentido escolhido anteriormente.

Como já assinalado, todos esses *procedimentos retóricos* identificados na publicidade do perfume *Sinam* concorrem para construir *representações sociais* bem precisas e *estereotipadas* na comunidade sócio-cultural francesa, segundo as quais *a mulher é vista como romântica, sonhadora, forte e poderosa. Seu sonho circula entre a Aventura e a Segurança*. É interessante notar que os dois primeiros qualificativos estão na base do projeto feminino da Aventura e os dois últimos dão respaldo à Segurança.

Para atingir suas finalidades discursivas, o locutor-emissor publicitário precisa desenvolver a contento o *contrato de*

encantamento proposto, enfatizando o *caráter narrativo* da imagem publicitária, na qual o produto – o perfume *Sinam* – vai desempenhar o papel mágico de concretização do objeto de desejo do interlocutor-interpretante, a mulher-consumidora.

Não se pode deixar de salientar que esse contrato de encantamento remete o leitor não apenas a uma cena ficcional, lugar de projeção de seu imaginário, mas também a uma cena real, atestada pela própria assinatura *Sinam*, que cunha o nome do perfume, reportando o leitor para o mundo social da alta perfumaria de Jean-Marc Sinam. Como sustenta Bourdieu (1980: 220), a assinatura tem o poder mágico de transformar inteiramente o valor social do objeto de consumo: o que faz o valor da obra não é a raridade (unicidade do produto, mas a raridade do produtor, manifestada pela assinatura, equivalente da griffe, ou seja, a crença coletiva no valor do produtor e de seu produto.

Segundo Greimas (op. cit.), toda *narração* é composta por ator(es) e actante(s). O *ator* é o lugar onde as formas sintáticas e semânticas ganham investimento. É para ele que convergem as estruturas narrativas e discursivas. O ator é uma unidade léxica de tipo nominal e pode ser individual, coletivo, figurativo ou não. O *actante* tem caráter formal, configurando-se em categorias que existem previamente a qualquer investimento semântico. Assim, funções como sujeito, objeto e predicado, são consideradas actantes.

Num dado percurso narrativo, o ator pode assumir um conjunto de papéis actanciais definidos pela posição por ele ocupada num dado trajeto e pelo investimento modal assumido, tornando-se, então, um actante.

São várias as *categorias actanciais* de uma narração: o *destinador*, instância que impõe um dado fazer a um sujeito, e o *destinatário*, obtentor virtual do bem(ns) obtido(s) pelo sujeito.

Um *contrato*, entre as partes, é estabelecido quando o sujeito aceita o(s) comando(s) imposto(s) pelo destinador. O

sujeito se caracteriza por ser desejante, possuidor de um querer e o *objeto* se caracteriza justamente por ser desejado, querido pelo sujeito. A realização do desejo (*querer*) do sujeito vai implicar num *saber* e num *poder*. Para tal, o sujeito dependerá da influência do(s) adjuvante(s) e/ou oponente(s) que estarão em jogo na narrativa. O *adjuvante* exerce ajuda, no sentido mesmo do desejo do sujeito e o *oponente* cria obstáculos para a consecução desse desejo.

O *esquema actancial narrativo* da publicidade do perfume *Sinan* segue um percurso onde, sob o impulso de um *destinador*, o publicitário, um *sujeito*, a mulher-leitora-consumidora, vai em busca de seu *objeto* de desejo: viver uma vida simultaneamente segura e aventureira com seu parceiro. O casal formado pelos dois é, então, o grande *destinatário* desse projeto de vida e de felicidade. Para o êxito de seu contrato, ela conta com a poderosa ajuda de um *adjuvante*, o perfume *Sinam* e não tem nenhum *oponente* explicitado na publicidade.

O anúncio estudado inscreve-se evidentemente no *campo da publicidade*, no qual há interação de vários agentes, como o produtor, o publicitário e o consumidor. De acordo com Bourdieu (op. cit.), o espaço social é constituído pelo *habitus*, princípio gerador e organizador de práticas, mas também sistema de classificação dessas mesmas práticas.

As relações sociais entre os agentes são sobredeterminadas pelo campo e pelo *habitus* pelas quais são recortadas, sendo profundamente afetadas pelas representações que neles se encontram. A dissimulação do concreto em favor do imaginário, base do jogo e da estratégia publicitária, intenta, por um lado, levar o leitor para fora da página, reportando-o para o universo de seus sonhos mais remotos, e por outro, fabricar uma imagem sedutora de público-consumidor, através de imagens euforizantes de êxito e sucesso de seus projetos pessoais.

Referências Bibliográficas

- BARTHES, R. (1964). Rhétorique de l'image. *Communications*, 4. Paris: Seuil.
- BOURDIEU, P. (1979). *La distinction. Critique sociale du jugement*. Paris: Minuit.
- (1980). Mais qui a créé les créateurs? In: ---. *Questions de sociologie*. Paris: Minuit.
- CHARAUDEAU, P. (1983). *Langage et discours: éléments de sémiolinguistique (Théorie et pratique)*. Paris: Hachette.
- (1984). Une Théorie des sujets du langage. *Langage et société* 28: 37-51.
- (1991). Analyse du discours. In: ---. *Où en est la linguistique?* Paris: Didier Érudition.
- (1992). *Grammaire du sens et de l'expression*. Paris: Hachette.
- CHEVALIER, J. & GHEERBRANT, A. (1990) *Dicionário de símbolos*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- FONTANIER, J. (1977). *Les figures du discours*. Paris: Flammarion.
- FREUD, S. (1925). *Le rêve et son interprétation*. Paris: Gallimard.
- (1930). *Le mot d'esprit et ses rapports avec l'inconscient*. Paris: Gallimard.
- GREIMAS, A.J. (1966). *Sémantique structurale*. Paris: Larousse.
- GROUPE μ (1982). *Rhétorique générale*. Paris: Seuil.
- (1992). *Traité du signe visuel. Pour une rhétorique de l'image*. Paris: Seuil.
- LACAN, J. (1966). *Écrits I*. Paris: Seuil.
- LAKOFF, G. & JOHNSON, M. (1985). *Les Métaphores dans la vie quotidienne*. Paris: Éditions de Minuit.

PIETROLUONGO, M. A. (1993). *“Espelho, espelho meu, existe mulher mais apaixonante do que eu?” – Para ler Marie Claire*. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro: UFRJ/Faculdade de Letras, mimeo.

PROCESSOS DA “METAFICÇÃO
HISTORIOGRÁFICA” EM
DONA LEONOR TELES

Kátia Vitória SANTOS
Universidade Federal do Rio de Janeiro

ABSTRACT: *The aim of this paper is to verify the historiographic metafictional mechanisms that make **Dona Leonor Teles**, by Heloísa Maranhão, a post-modern novel.*

PALAVRAS-CHAVE: *Romance; Post-Modernism; Historiographic Metafiction.*

O fenômeno cultural pós-moderno tem suscitado muitos debates. Na Literatura, a necessidade de concatenar a linguagem e, ao mesmo tempo, tratar de temas amplos exemplifica a crise que o Pós-Modernismo procura traduzir. Essa crise se expressa na fragmentação, e o conceito de *processo* toma vulto no Pós-Modernismo. Em nossa época, não tem lugar o resultado pronto, mas o fazer. Nesse flagrante do processo, o Pós-Modernismo contesta os princípios da ideologia dominante, levando à reflexão através de suas formas estéticas. Segundo Hutcheon (1991: 19),

.../ o pós-modernismo é um fenômeno contraditório, que usa e abusa, instala e depois subverte, os próprios conceitos que

desafia – seja na arquitetura, na literatura, na pintura, na escultura, no cinema, no vídeo, na dança, na televisão, na música, na filosofia, na teoria estética, na psicanálise, na lingüística ou na historiografia.

Nos anos 60, a contracultura (movimentos *hippie* e estudantil, sobretudo) ofereceu o *background* para o desenvolvimento das questões que hoje associamos ao Pós-Modernismo. Ganhou vulto o debate sobre as questões da historiografia, a partir da conscientização de que a História oficial deixava de fora grupos que não faziam parte da ideologia dominante. Surge, assim, nas décadas de 70 e 80, um movimento de revisão da História oficial denominado “Nova História”, que passou a focalizar, a partir de um ponto de vista descentralizado, o “ex-cêntrico”, o marginal, levando a ver que a cultura não é um todo homogêneo.

Na literatura atual¹, essa nova perspectiva histórica surge através de um tipo de ficção que nos permite identificar em seu contexto determinadas “marcas registradas” expressivas de determinados eventos ou figuras históricas. Desse modo, os autores contemporâneos que operam narrativas segundo uma linha pós-moderna, em vez de reproduzir o ponto de vista oficial sobre os acontecimentos, subvertem-no, pela simples negação ou pela inserção de dados resultantes da criação ficcional. Essa releitura pós-moderna da historicidade mostra como é possível tirar a teoria das mãos de um grupo ideologicamente dominante, fazendo-a circular na práxis social.

O que caracteriza a excentricidade é o ter uma perspectiva diferente, que está sempre alterando seu foco porque não possui força centralizadora. Essa mudança de perspectiva, essa preocupação pelo respeito à diferença fazem parte do discurso teórico pós-moderno. Nesse discurso teórico, há uma revisão da historiografia, onde a categoria *tempo* adquire importância

¹ Consideramos atual, aqui, a literatura produzida a partir da década de 70.

decisiva. O problema de como avaliar informações sobre o passado desencadeia os procedimentos da chamada “Nova História”. Começa-se a pensar: “O que realmente foi importante?” E chega-se à conclusão de que a historiografia não é mais do que uma questão discursiva, pois na obra de historiadores atuais como Hayden White e Michel de Certeau, é possível perceber como são lançados os questionamentos relativos à História oficial.

Em meio a todo esse processo de revisão crítica empreendido por teóricos marxistas, feministas, *gays*, negros e etnicistas, existe uma nova consciência de que a história não pode ser escrita sem análise ideológica e institucional, inclusive a análise do próprio ato de escrever. E, na literatura, essa nova consciência impele os autores a escreverem sobre fatos e perspectivas históricas, adicionando a estes, porém, novos dados. Esse procedimento confere às narrativas que assim trabalham o caráter de “metaficção historiográfica” (cf. Hutcheon, 1991: 21-2), pois, ao lado da apropriação de eventos e personagens históricos, opera sobre os mesmos um acentuado questionamento. A partir desse conceito é que pretendemos estudar o romance *Dona Leonor Teles* (1985), de Heloísa Maranhão.

..*.*.*

O romance *Dona Leonor Teles* (1985), de Heloísa Maranhão, cria um contexto em que é possível recortar um evento da História de Portugal do século XIV. Se considerarmos o romance histórico como aquele em que há a articulação da matéria de extração histórica e da matéria ficcional, então esse romance pode ser considerado histórico.

O romance histórico romântico, modelo do aproveitamento da matéria de extração histórica, surgiu como resultado, principalmente, da intenção nacionalista. Deriva daí a exaltação (muitas vezes, funcionando como uma máscara) de elementos e figuras de determinada cultura. A primeira designação de romance histórico, portanto, diz respeito à identificação que o leitor faz de

determinados personagens e/ou situações passíves de comprovação através da História oficial. Esse sentido primeiro do romance histórico não é único nem suficiente para dar conta dessas produções. Vejamos o que diz Eco (1985: 62-4):

Que significa escrever um romance histórico? /.../ nem sequer é necessário que o romance se desenvolva no passado, basta que não se desenvolva aqui e agora e não fale do aqui e do agora, nem mesmo por alegoria /.../.

No romance histórico /.../ não é preciso que entrem em cena personagens reconhecíveis em termos de enciclopédia comum. Pensemos em Os noivos: o personagem mais conhecido é o cardeal Federico, que antes de Manzoni era pouco conhecido /.../. Mas tudo aquilo que Renzo, Lucia ou Fra Cristoforo fazem só podia ser feito na Lombardia do século XVII. O que os personagens fazem serve para fazer compreender melhor a história, aquilo que aconteceu. Acontecimentos e personagens são inventados, entretanto dizem sobre a Itália da época coisas que os livros de história nunca disseram com tanta clareza.

Vemos, portanto, que o dado comprovadamente verídico isolado não é suficiente para tornar uma narrativa histórica, já no século XIX. Que dizer então das narrativas que aproveitam a matéria de extração histórica nos dias atuais?

Quando a criação ficcional extrapola os limites da historicidade, temos caracterizada a “metaficção historiográfica”¹,

¹ Diz Hutcheon (1991: 21-2): “Com esse termo, refiro-me àqueles romances famosos e populares que, ao mesmo tempo, são intensamente auto-reflexivos e mesmo assim,

que se compõe de textos pós-modernos cuja estrutura costuma ser de difícil análise, procurando desmascarar o discurso histórico oficial. Em termos de historiografia, nas décadas de 70 e 80, “a reação contra o paradigma tradicional tornou-se mundial” (cf. Burke, 1992: 16), configurando um movimento de revisão da história oficial denominado “Nova História”. Também chamado movimento da “História-vista-de-baixo”, esta visão emergente “reflete uma nova determinação para considerar mais seriamente as opiniões das pessoas comuns sobre seu próprio passado do que costumavam fazer os historiadores profissionais” (cf. Hutcheon, 1991: 21-2). Nessas décadas onde as minorias decidiram mostrar-se com mais vigor, começou a ser feita uma revisão da história oficial.

A perspectiva da Nova História mostrou-se adequada para a abordagem dos problemas das minorias. Embora de início houvesse, por parte dos historiadores novos, uma tendência a homogeneizar a situação das pessoas comuns, seu enfoque apontava a existência dessas pessoas e reclamava soluções para os problemas por elas vividos. Vista sob este novo enfoque, a situação dos excluídos levou a um outro tipo de escrita histórica que considerava suas diferenças – vistas como inferioridades pela história tradicional. Ganhando um outro tipo de olhar, através das novas propostas históricas, a literatura pós-moderna substituiu o grito de protesto do primeiro momento pela preocupação mais detalhista com suas questões mais específicas. Agora (décadas de 70 e 80) já não cabia apenas apontar contrastes entre o que foi e o que não foi dito, mas buscar soluções para os conflitos surgidos desses contrastes.

de maneira paradoxal, se apropriam de acontecimentos e personagens históricos”.

..*.*.*

O contexto que oferece matéria de extração histórica para o enredo de *Dona Leonor Teles* parte da situação surgida da paixão de D. Fernando por D. Leonor Teles (século XIV). D. Fernando com ela desejava casar-se, mas esta, além de dama de honra de D. Beatriz, era casada com um vassalo da corte, João Lourenço da Cunha. Além disso, Leonor era vinculada à nobreza de Castela, o que deixava o reino português numa situação fragilizada. D. Fernando urdiu um stratagem e casou com D. Leonor, contrariando a vontade do povo e dos nobres.

Fernão Lopes, tabelião com privilégio real, guarda-mor da Torre do Tombo e escrivão da puridade do infante D. Fernando, é encarregado por D. João I de escrever crônicas sobre os reis de Portugal, a partir do conde D. Henrique. Essa obrigação de escrever acerca de fatos que realmente aconteceram dá a Lopes o *status* de primeiro historiador português. No entanto, tal *status* é por vezes contestado: quando o discurso utilizado nas crônicas é analisado, chega-se geralmente à conclusão de que elas têm um valor literário incontestável na prosa portuguesa. Aflora, então, uma dúvida: o que o cronista escreveu sobre os reis é História ou Ficção?

A julgar pela intenção de Fernão Lopes, sua escrita é histórica. Segundo Saraiva (1969: 27-8), um ponto em que ele

se distingue dos seus antecessores, contemporâneos e sucessores até ao século XVIII, é o senso crítico acompanhado da preocupação documental. /.../ tem o sentido da autenticidade dos documentos, e disso se serve nos seus livros./.../ Quando dispõe de livros sobre os acontecimentos que narra – e havia uma abundante literatura histórica antes dele em Portugal – confronta as diversas versões que oferecem, escolhendo as

“mais chegadas à razão”. Exactamente como o faria um historiador moderno, abona-se com o trabalho que teve em coligir, visitar e interpretar os documentos existentes em livrarias e cartórios e ainda as lápidas sepulcrais. E com esta segurança declara: “condenamos e reprovamos e consideramos como nulas quaisquer crónicas, livros e tratados que com este livro não concordem”.

A preocupação documental lembrada por Saraiva consagra Fernão Lopes definitivamente como historiador. Quanto à arte literária que pode ser flagrada em suas crônicas, esta deve-se à contundência que Lopes emprega em seu discurso. Embora contando a verdade – o que muitas vezes prova com documentos – o cronista procura exaltar determinados aspectos da personalidade dos reis comentados, fazendo deles – como no caso de D. Fernando – como que personagens de narrativas literárias.

Estabelecido então o caráter histórico das crônicas de Fernão Lopes, aceitamos como verdade histórica o que ele conta sobre os amores de D. Leonor e D. Fernando, na crônica deste rei, dela partindo para verificar o salto deste episódio, de fato histórico para motivo ficcional. Faremos a leitura de alguns capítulos que se referem aos amantes.

Fernão Lopes relata o descontentamento de todos perante o casamento de D. Fernando, na crônica deste rei:

Da bem-querença e amores que El-Rei Dom Fernando tomou em Lisboa com Dona Leonor Teles /.../ foi logo fama por todo o reino, afirmando que era sua mulher, com quem já dormira, e que a tinha recebido a furto; e desagradou muito a todos os da terra a maneira como El-Rei nisto procedeu, e não somente aos grandes e fidalgos que amavam

*seu serviço e honra, mas ainda ao comum
povo que disto teve grande sentimento*¹.

Sobre a insensatez de D. Fernando também se pronunciou Luís de Camões, n' *Os Lusíadas*, não se abstendo de criticar severamente o rei que foi cognominado fraco pelo inimigo castelhano, mesmo em uma obra que se pretende puramente laudatória, como a épica²:

*Do justo e duro Pedro nasce o brando
(Vede da natureza o desconcerto!),
Remisso e sem cuidado algum, Fernando,
Que todo o Reino pôs em muito aperto;
Que, vindo o Castelhana devastando
As terras sem defesa, esteve perto
De destruir-se o Reino totalmente,
Que um fraco Rei faz fraca a forte gente.*

Ainda que tal crítica seja feita, o erro de D. Fernando é atribuído à “malignidade” de Leonor. No entanto, no poema de Camões a culpa da mulher é praticamente apagada; a falta do rei advém do fato de que, apesar de ser um “barão assinalado”, D. Fernando não possui consistência heróica:

¹Capítulo LX “Como os povos de Lisboa falaram a El-Rei sobre seu casamento, e a resposta que lhes deu El-Rei”, p. 26-27. Atualizamos a ortografia.

²Como sabemos, dentro do gênero épico surgiu a forte ligação entre História e Ficção. Segundo Alcmeno Bastos, “Com as transformações processadas no modelo homérico - epopéia latina, epopéia renascentista -, o dado histórico foi progressivamente sobrepujando o mítico, até pela proximidade temporal entre o poeta e a matéria narrada, como no caso de Camões. Tal proximidade já lhes tolhia a recorrência ao maravilhoso, tornado em grande parte apenas artifício retórico”. (1997, p. 2)

*Ou foi castigo claro do pecado
De tirar Lianor a seu marido
E casar-se co ela, de enlevado
Num falso parecer mal entendido;
Ou foi que o coração, sujeito e dado
Ao vício vil, de quem se viu rendido,
Mole se fez e fraco; e bem parece
Que um baxo amor os fortes enfraquece.
(Canto III, est. 138-139)*

Na ficção histórica romântica de Alexandre Herculano, a ligação amorosa entre D. Fernando e D. Leonor também é fonte de criação ficcional. Certo é que há uma preocupação do autor com a veracidade dos fatos históricos, retirando o caráter romantizado de figuras ilustres portuguesas e mesmo de seus mais antigos mitos e “milagres”. Apesar disso, em ‘Arras por foro de Espanha’ não deixa de haver a idealização típica da época literária. Nesse sentido, embora definido como fraco rei, a figura de D. Fernando, em verdade, é arrastada por uma torrente de fatalidades, precipitada pela mulher decaída, D. Leonor:

*O amor cego del-rei D. Fernando pela
mulher de João Lourenço da Cunha, D.
Leonor Teles, havia muito que era o pasto
saboroso da maledicência do povo, dos
cálculos dos políticos e dos enredos dos
fidalgos. /.../ Quanto a el-rei, a paixão
violenta em que este ardia lhe assegurava a
ela o completo domínio no seu coração. Mas
as miras daquela mulher, cuja alma era um
abismo de cobiça, de desenfreamento, de
altivez e de ousadia, batiam mais alto do que
na triste vanglória de ver a seus pés um Rei
bom, generoso e gentil. Através do amor de
D. Fernando ela só enxergava o refulgir da
coroa, e o homem sumia-se nesse esplendor.
/.../ Leonor Teles não amava el-rei, como o*

provou o tempo; mas D. Fernando cria no amor dela; e este Príncipe, que seria um dos melhores monarcas portugueses, e que a muitos respeitos o foi, deixou na História, quase sempre superficial, um nome desonrado, por ter escrito esse nome na horrível crônica da nossa Lucrecia Borgia. (cf. Herculano, Alexandre, “Arras por foro de Espanha”, cap. I, p. 132).

Os autores que se pronunciaram sobre Leonor Teles, portanto, são unânimes em afirmar sua má índole. Embora seja mostrada a fraqueza de D. Fernando, esta é devida, no fundo, à influência negativa da rainha. Contrariando a opinião vigente, Heloísa Maranhão lança um novo olhar sobre Dona Leonor:

– Eu pretendia escrever sobre D. Jerônimo de Albuquerque, fundador da cidade de Natal. Examinando sua árvore genealógica, acabei descobrindo D. Leonor, que teve uma vida interessante e atual, apesar de ter vivido em 1400. Ela foi chamada a Lucrecia Borgia portuguesa mas queria apenas defender o direito à liberdade, ao amor e ao prazer sexual numa sociedade machista l...l. (cf. Maranhão, entrevista concedida a Heloísa Daddario).

No entanto, o que se mostra no texto é a infinita vontade de poder da rainha: “Ah! quanto me custa fingir que tenho amor por ele. AMOR! Só tenho amor por um amante... O REINO! Firmeza, Leonor, ou tudo se perde”. (p. 73). Deste modo, existe um aparente paradoxo entre o que a autora afirma em entrevista e seu texto literário. Se Camões ressalta a fraqueza de D. Fernando, Heloísa Maranhão, dentro da ótica da Nova História, põe em relevo a força de D. Leonor, dando voz à mulher, minoria ex-cêntrica.

A figura de D. Leonor, no texto literário, é recriada segundo os parâmetros ditados pela História. Seu caráter polêmico é referido por D. João:

– Nunca mostrei fraqueza diante de inimigo leal. Acontece que diante de adversário tão pérfido como esta mulher insolente, que tem como principal arma a calúnia, me sinto intimidado. ELA é a causa de todas as desgraças que nos afligem, de todos os males que desabaram em Portugal, pois tudo se faz por sua vontade, já que tem El-Rei em tutela. Sou o primeiro vassalo do Reino e não vou bajular ninguém para alcançar honras. De origem nobre ELA só tem um aguado sangue real. Sua insaciável ambição... sus... nem devo falar. (p. 15-16)

Um dos índices que atestam a pós-modernidade do texto é a multiplicidade de pontos de vista na focalização da figura de Leonor. Se antes ela era somente vista através da ótica do outro (historiador, poeta, romancista) enquanto personagem, agora sua importância aumenta diante do fato de que ela passa de simples coadjuvante a protagonista, apresentando, ainda, uma dupla personalidade.

..*.*.*.*

Em *Dona Leonor Teles*, os limites espaço-temporais são flexíveis ao ponto de a própria narradora (também protagonista) mostrar-se presente em dois momentos: ela é uma paciente com problemas psiquiátricos que vive no Rio de Janeiro de nossa época e é, também, Leonor Teles. Convencida de que realmente é D. Leonor, a protagonista mostra espanto ante o contexto em que está inserida:

Onde estou? Que lugar é este? Há na minha frente um grande cartaz: “Sandra, Miro, Brizola, Lisâneas e Moreira Franco, hoje, na televisão”. Que é televisão? Estou dentro de um coche completamente diferente. Nunca vi um coche igual. É todo amarelo, cortado pelo meio por uma larga faixa azul. Lê-se, à frente e atrás, os seguintes dizeres: SR 5982 Rio de Janeiro. Rio de Janeiro? É cidade? É país? /.../ Intriga-me esse letreiro plantado na capota do coche: táxi. Que é táxi? /.../ (p. 3).

O relato da narradora começa tendo por contexto, como vimos, a cidade do Rio de Janeiro, na época contemporânea (década de 80). A referência a políticos confere o respaldo histórico, tornando sua existência passível de ser confirmada. No entanto, a protagonista, devido a sua composição dual (vive em dois tempos, dois mundos), demonstra estranhamento frente à situação que se mostra.

A duplicidade espaço-temporal da protagonista instala-se desde o início da narrativa; porém, a efetivação do ambiente suposto de Portugal do século XIV só se inicia quando há sua transposição psíquica para aquela época:

Estou inteiramente escondida atrás dessas duas cortinas pesadas. A janela de grades fica nas minhas costas. Ouço passos. Entreabro, ligeiramente, as duas cortinas. Reconheço D. João, infante de Portugal, filho bastardo d’El-Rei D. Pedro I e de Teresa Lourenço de Galiza. (p. 12)

No espaço do hospital psiquiátrico inicia-se efetivamente a ação histórica desenrolada na corte portuguesa. Antes de a ação

começar, porém, surge uma personagem que, como *alter ego* da protagonista, resume o enredo que será desenvolvido:

Uma mocinha triste se planta diante de mim.

Confessa:

– Sou uma escritora. /.../ Do que trato é só daquilo que existe entre o motivo histórico e eu . Ó, minha Senhora, o décor é o seguinte: estamos numa sala do Castelo. Haverá cadeiras. A Senhora, sentada em uma bela cadeira, recostada. As pessoas da tragédia são: D. Fernando, Rei de Portugal, filho de D. Pedro I e de D. Constança. /.../ O restante do elenco é constituído pelo infante D. João, o Bispo, Andeiro que é Conde de Ourém, o Secretário do Rei, a Rainha de Portugal, é claro, e fidalgos, damas, pajens, guardas e o povo, sendo que estes podem muito bem ser representados por bonecos. Tu sabes, boneco (p. 8).

Tratar do enredo no próprio texto literário leva-nos a concluir que, como metaficção historiográfica, ***Dona Leonor Teles*** carrega um potencial metanarrativo que é trabalhado através de procedimentos originais com relação, principalmente, à linguagem. Apresentando uma complexidade que ultrapassa o sentido do próprio termo, a metanarrativa vai além do simples sentido da narrativa que fala de si própria.

Depois de apresentado o enredo pela “mocinha escritora”, a protagonista, trancafiada num quarto, inicia seu relato, entrando em cena D. Leonor:

É claro que eu logo que o conheci manifestei por ele uma grande simpatia, não destituída de outros intentos. Mas me contive porque vi que o seu prestígio crescia demais e a sua

popularidade era grande, sobretudo entre a plebe. Esse homem disposto podia muito bem estorvar meus propósitos e dispor as coisas de maneira que me afastassem da corte portuguesa. (p. 12)

O modo brusco de mudar a ambientação, sem qualquer anúncio prévio, constitui o que Alcmeno Bastos chama de “palco giratório”:

A par dessas quebras de fronteiras, e superpondo-se a elas, ocorre uma fusão de maior amplitude, que é a das próprias dimensões de tempo e espaço num composto unitário, como se a história, ao invés da linearidade cronológica que a define como sucessividade, pudesse apresentar-se à nossa percepção como simultaneidade, e como se o distanciamento geográfico pudesse ser apagado em favor da concentração redutora numa espécie de palco giratório. Deste modo, acontecimentos (dimensão temporal) e ambientes (dimensão espacial), por mais separados que apareçam nos registros historiográficos e cartográficos, são-nos oferecidos no mesmo tempo/espaço da escrita do texto (cf. Bastos, 1995: 31-2).

Como os dois ambientes surgem com forças de representação semelhantes, não se pode afirmar que o contexto atual seja mais “real” ou vice-versa. No plano do relato, os dois contextos mostram-se passíveis de ocorrência; não há elementos que apontem para recorrência ao maravilhoso. No nível da representação ficcional das figuras históricas, quase todas podem ser comprovadas pelos manuais de História. Dona Leonor Teles, D. João, o Mestre de Avis, D. Fernando (figuras principais), o Conde de Ourém, João Lourenço da Cunha realmente existiram

em Portugal. No nível do significante, portanto, logo identificamos tais figuras; no nível do significado, porém, a criação ficcional extrapola os limites da História e atribui a esses personagens aspectos somente válidos no corpo do texto.

Ainda com relação a espaço e tempo no texto, ocorrem algumas antecipações de fatos¹ que serão memoráveis na História portuguesa, como o assassinato de D. Maria, irmã de D. Leonor, por D. João, seu marido. Fala o Secretário a D. João:

Casar-vos-ei, evidente, é ordem d'El-Rei, mas podeis tomar um atalho que serve a vossos interesses. Fazei a corte à D. Maria, irmã DELA. /.../ Astucioso e pérfido, vós podeis agir depois, ó D. João, como perfeito canalha. Ides para fusar logo um meio de vos livrar de D. Maria. Um de vossos amigos insinua que ela vos trai. Tanto basta para que vós corrais à Coimbra, onde se encontra vossa esposa, dentro do vosso Castelo, e que a assassineis, covardemente, no próprio leito onde a infeliz se encontra. Ao depois o cronista Fernão Lopes contará o modo bruto como o infante /.../ correu à Coimbra, /.../ até entrar no palácio sub-ripas, de madrugada, e cruelmente matar a desventurada D. Maria, inocente criatura (p. 27).

A referência a Fernão Lopes, cronista comprometido com a verdade dos fatos, demonstra o intuito do texto de Heloísa Maranhão: revelar seu processo de composição através da pesquisa nos livros de História. O texto pós-moderno, resultado de

¹ Antecipações devidas, segundo Alcmeno Bastos, à “dupla personalidade da personagem-protagonista”, que lhe permite “viajar” sem entraves de uma a outra das duas dimensões” (passado remoto e contemporaneidade) de que se compõe a narrativa. (Id, p. 35)

experimentações discursivas, faz do trabalho com a linguagem uma de suas metas.

..*.*.*

Como vimos até agora, a perspectiva de abordagem dos fatos históricos, mediante os parâmetros da metaficção historiográfica, está essencialmente ligada ao sentido de subversão. Deste modo, são bem-vindos neste tipo de narrativa todos os recursos que visem a, se não instaurar, propor uma nova ordem. É a partir deste intento que constatamos a presença da carnavalização em *Dona Leonor Teles*.

Mikhail Bakhtin elaborou sua teoria sobre a carnavalização¹ fazendo uma retomada dos sentidos antigo e medieval do carnaval, definindo-o como um espetáculo no qual se destaca o sincretismo que leva a uma convivência de elementos díspares, criando um mundo invertido onde a separação hierárquica não existe. Essa inversão não se mostra simplesmente; carrega em si o sentido da subversão. Assim, no carnaval, através da inversão operada nos significantes, opera-se a subversão dos significados.

A figura do fraco Rei D. Fernando é a que se mostra mais carnavalizada. Sua fraqueza, referida por Camões no nível moral, no texto é transferida a seu desempenho sexual:

D. Fernando urra:

– Consegui!!!

O Secretário empalidece. Balbucia, trêmulo:

¹ BAKHTIN, diz, acerca do carnaval: “Não se contempla /.../ nem se representa o carnaval mas vive-se nele, e vive-se conforme as suas leis enquanto estas vigoram, ou seja, vive-se uma vida carnavalesca. Esta é uma vida desviada da sua ordem habitual, em certo sentido uma ‘vida às avessas’, um ‘mundo invertido’/.../ (1981, p. 105-106).

– *Conseguiste o orgasmo?...*

D. Fernando delira.

– *Foi com ELA! ELA!! ELA!!! Até que enfim. ELA!!! E tudo sucedeu na bela cama da senhora infanta, D. Beatriz, nas rendas e linhos macios de D. Beatriz, minha irmã.* (p. 17)

ELA é Dona Leonor, por quem D. Fernando nutre uma paixão avassaladora, graças ao fato de que a dama tem o poder de satisfazê-lo sexualmente. A proximidade do Rei com o Secretário (ambos com inicial maiúscula no próprio texto) consolida seu caráter carnavalesco, pois quebra a hierarquia e a distância “respeitosa” que deveria haver entre os dois: “O Secretário quer saber./ – E eu minto para o meu Secretário com quem tomo banho no rio Mondego, esse rio tão suave e ledó? Tive o orgasmo...” (p. 17).

A alusão a uma suposta ligação amorosa entre o Rei e seu Secretário inscreve no texto a presença de homossexuais, outra minoria que ganha voz na Nova História.

A carnavalização atinge os limites familiares da forma mais contundente, havendo alusão a um incesto entre D. Fernando e a infanta D. Beatriz. Conversando com o Secretário, diz ele: “– Celerado, ficai sabendo que o que atrapalha é que a infanta está sempre esperando mais e mais e é incrível como preciso de tempo para acalmar-lhe os ardores./.../” (p. 19).

Outra forte marca da carnavalização no texto é a presença de versos de Pietro Aretino (1492-1556), autor satírico italiano. Os poemas ditos por D. Fernando são de autoria deste autor, considerado licencioso. Observamos, assim, mais um salto temporal na narrativa, visto que Aretino é posterior a D. Fernando.

No tempo e no espaço subvertidos da narrativa, a convivência de elementos díspares, carnavalizados, conjugados a outros fatores, situa o texto de Heloísa Maranhão no contexto da

pós-modernidade. Tal subversão revela-se, sobretudo, no novo olhar que é lançado sobre os dados históricos, ocorrendo uma subversão de sentido: agora é a América do Sul que repensa a Europa. Não há, no entanto, a entronização pura e simples de um novo elemento em lugar do antigo, já que a focalização é dupla, indo, assim, um passo além do próprio sentido de carnavalização.

..*.*.*

Dona Leonor Teles, enquanto ficção contemporânea, se faz através de um discurso crítico bastante acentuado. Situando a maior parte da narrativa na corte portuguesa, através da retomada de uma fração da História oficial, a autora lança mão da veracidade ao evocar Fernão Lopes, por exemplo, um dos responsáveis pela comprovação dos fatos narrados (visto que é citado nominalmente no texto). No entanto, a voz contemporânea mostra-se mais mordaz do que a do antigo cronista: as fraquezas das figuras históricas trabalhadas, “assinaladas”, são mostradas de forma exacerbada, chegando a configurar uma negatividade. Deste modo, a autora procede segundo os parâmetros da Nova História, lendo um novo enfoque para “contar” os fatos.

A consciência artística que caracteriza a pós-modernidade se expressa efetivamente na ficção, instaurando a experimentação, através dos jogos intra/intertextuais, da relação entre o real e o ideal, da dialética discursiva originada da aliança entre popular e erudito. Deste modo, as concepções do texto sobre si mesmo se baseiam numa tática transgressora que consiste, principalmente, na dessacralização como forma de subverter temas consagrados. Essas novas concepções instauram, no panorama literário contemporâneo, novas possibilidades de elaboração.

É a partir da consciência crítica que se torna possível o diálogo com o leitor, que é ratificado, principalmente, nos espaços extratextuais, como as entrevistas, que fornecem ao leitor “chaves” interpretativas e uma leitura mais dinâmica.

A articulação da matéria de extração histórica e da matéria ficcional é realizada, como vimos, por meio da utilização de estratégias narrativas pós-modernas que a configuram como “metaficção historiográfica”, um dos termos alternativos utilizados para classificar o romance histórico contemporâneo, como lembra Bastos (1997: 06).

A ambigüidade da protagonista/narradora, que tanto pode ser uma mulher comum quanto uma rainha, é um dos índices da multiplicidade de significados proporcionada por seu caráter carnavalesco. Os deslocamentos de foco narrativo, devidos às mudanças espaço-temporais, denunciam a ótica contemporânea do texto, pois não são anunciados.

Poderíamos formular uma questão que se impõe logo ao lermos o título do livro: Por que Heloísa Maranhão, autora brasileira, resolve aproveitar como matéria de extração histórica um momento da História portuguesa? Pensamos que há, aí, além da relação implícita com a História nacional (intimamente ligada a Portugal), uma mudança de objeto a sujeito, pois desta vez é o Brasil que “descobre” Portugal, desvelando-o, inserindo-o na História de uma outra maneira.

Referências Bibliográficas

- BAKHTIN, M. (1981). *Problemas da poética de Dostoiévski*. Rio de Janeiro: Forense.
- BASTOS, A. (1995). Tempo e espaço no palco giratório do romance histórico de Heloísa Maranhão. *Interfaces* 2 (1).
- (1997). *Ficção e História*. Apontamentos de aula no curso “Um novo olhar sobre o passado: o romance histórico no Brasil, hoje”, ministrado no Curso de Doutorado em Literatura Brasileira na Faculdade de Letras da UFRJ, no primeiro semestre de 1997.

- BURKE, P. (1992). Abertura: A Nova História, seu passado e seu futuro. In: ---. *A escrita da História*. São Paulo: UNESP.
- CAMÕES, L. de. /s.d./. *Os Lusíadas*. Edição org. por Emanuel Paulo Ramos. Porto: Porto.
- COUTINHO, E. (1985). Sátira alegre conta histórias de rainha. Resenha sobre *Dona Leonor Teles*. Rio de Janeiro: *O Globo*, 5/5/85, p. 7.
- ECO, U. (1985). *Pós-escrito a O nome da rosa*. 4. ed., Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- HERCULANO, A. /s.d./. *Histórias heróicas*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- HUTCHEON, L. (1991). *Poética do pós-modernismo; história, teoria, ficção*. Rio de Janeiro: Imago.
- LOPES, F. (1968). *Crônicas*. Rio de Janeiro: Agir (Coleção Nossos Clássicos, nº 89).
- MARANHÃO, Heloísa. *Dona Leonor Teles*. Rio de Janeiro: José Olympio, 1985.
- (1989). Entrevista concedida a Heloisa Daddario. Rio de Janeiro: *O Globo*, 07/05/89.
- SARAIVA, A J. /1969/. *As crônicas de Fernão Lopes*. 2. ed. Lisboa: Portugália.
- & LOPES, O. /1987/. *História da literatura portuguesa*. 14. ed., Porto: Porto.

FIGURAÇÕES DO LEITOR EM
RADUAN NASSAR & SÉRGIO
SANT'ANNA

Véra Lúcia Ramos de AZEVEDO
Universidade Castelo Branco/Rio de Janeiro

*Abstract: This essay intends to investigate the reader's role in two works of Raduan Nassar and Sérgio Sant'Anna, starting from the fact that both narratives are structured on the interaction between text and reader. The analysis is based on the thought of Wolfgang Iser in **The act of reading**, being of special interest the category of the implied reader that, far from being shaped by the author's conception, has existence in the structure of the text, inserted in the strategy of the narrative. The interaction between text and reader will be observed considering the use of parenthesis and dash and the argumentative strategy employed by the authors.*

Key Words: *Reader; Text; Interaction.*

1. Introdução

Um copo de cólera, de Raduan Nassar, e *Um crime delicado*, de Sérgio Sant'Anna, – narrativas construídas com base na interação entre o texto e leitor – parecem confirmar os pressupostos de parte da produção teórica no campo dos estudos literários, especialmente a *teoria do efeito estético*, de Wolfgang Iser. Interessam-me particularmente os seguintes pontos aprofundados por Iser em *O ato da leitura*:

- (a) a instância da leitura como condição de as obras literárias adquirirem sua realidade;
- (b) a consideração de que nas obras literárias “sucede uma interação na qual o leitor “recebe” o sentido do texto ao constituí-lo”; e
- (c) a configuração do leitor implícito, que “não se funda em um substrato empírico, mas sim na estrutura dos textos”.

Assim, seguindo Iser, pretendo acompanhar o modo pelo qual as obras de R. Nassar e S. Sant’Anna delineiam esse papel do leitor que, longe de ser moldado por uma prefiguração autoral, tem existência na própria estrutura do texto, como leitor implícito na estratégia da narrativa.

2. Um lugar para o leitor: entre parênteses e travessões

Parênteses e travessões, presenças dominantes no texto de Raduan e no de S. Sant’Anna, respectivamente, constituem recurso gráfico representativo da relação de comunicação entre narrador/texto e leitor. Seja com função de esclarecimento ou de comentário, seja como exteriorização de pontos de vista assumidos pelo narrador em relação a fatos e personagens, tais recursos, a despeito de se distinguirem, por operarem diferentes graus de disjunção no fluxo narrativo¹, são investidos de funções equivalentes, já que ambos, nas referidas obras, fazem ressaltar a importância dada ao leitor em sua relação com o texto.

¹ Sobre o uso de parênteses relacionado ao ritmo da prosa de Raduan Nassar, ver Sussekind (1996).

Como espaço privilegiado graficamente pelo narrador para emitir “sentidos” ao leitor, esses parênteses e travessões constituem-se como reduto da “legibilidade” e da “confiabilidade”. Entretanto, se por um lado circunscrevem a explicitação a esse espaço delimitado, por outro, apontam para a necessidade mesma de o próprio leitor ultrapassar tais limites, a função dos mesmos sendo cumprida exatamente por entrarem em tensão com o espaço global da narrativa.

Desse modo, o que antes era “apaziguamento” redimensiona-se como detonador de procedimentos outros por parte do leitor que, não podendo contar apenas com enunciados pretensamente esclarecedores e portadores de significados dados, passa a construí-los, confirmando a assertiva de Iser (1996: 34) de que *o sentido não é mais algo a ser explicado, mas sim um efeito a ser experimentado*.

Para além dos sinais gráficos, a figura do leitor também vai impregnando o tecido textual, desde o início – seja como presença insinuada em *Um copo de cólera*, que se inicia com um “E” que já pressupõe o leitor, inserindo-o mesmo num “antes” da narrativa; seja como interlocutor subentendido em *Um crime delicado*, cujo enunciado inicial “É preciso esclarecer” já resulta em forma mais ostensiva e direta de estabelecer um vínculo com o leitor.

Ao longo do texto, expressões como “e foi então que” e “eu só sei que”, entre outras, proferidas insistentemente pelo narrador da novela de Raduan, ou então “como se vê”, “como se verá”, ditas pelo narrador do romance de S. Sant’Anna, parecem indicar a relação de pressuposição que envolve narrador/texto/leitor, este, definitivamente “embutido” no corpo textual, conforme expressão de Iser.

O modo de explicitação e/ou nomeação do leitor difere, entretanto, nas obras dos dois autores. Na de Raduan, sem ser o receptor textualmente referido como leitor, catalisa inevitavelmente a recepção de enunciados a ele direcionados pelo narrador:

“eis o que vejo”, “e fique bem claro que”, “pra ser mais claro ainda”, “já disse por sinal que”, “só não disse ainda” etc. Tais enunciados, disseminados pelo corpo textual, se por um lado equivalem-se, uma vez que indicam o propósito inabalável do narrador em atingir o receptor, por outro, encobrem suas diferenças, resultantes da relativização das perspectivas do narrador ao longo da narrativa.

Sendo assim, se os parênteses, no texto de Raduan, parecem apaziguar o leitor, conforme já disse, quanto à possibilidade de o mesmo receber do narrador um significado dado, seja como esclarecimento, reiteração ou retificação, ao serem lidos em sua relação com a totalidade da narrativa apontam para a precariedade de seus fundamentos, uma vez que tal espaço gráfico, supostamente inabalável em seus limites, passa a ser relativizado por outros enunciados textuais também supostamente esclarecedores, mas, igualmente, desestabilizadores de sentidos. Assim o leitor, ao ancorar-se nos parênteses, percebe-se em solo minado, uma vez que incrustados tais sinais gráficos num corpo narrativo que se pretende “perspectivístico” e cambiável.

Na obra de S. Sant’Anna, a menção ao leitor oscila de uma referência mais generalizada (“Muitos me consideram um excêntrico”, “e todos haverão de concordar comigo”) à própria nomeação textual (“os leitores não imaginam o quanto me custa tanta crueza”, “e deduza disso o leitor o que quiser”); tal oscilação sendo decorrente das várias instâncias narrativas que aí se entrecruzam, considerando-se a indeterminação terminológica instaurada pelo próprio narrador para designar seu texto: relato, história, peça escrita e narrativa.

Desse modo, também o leitor desdobra-se no “sistema da perspectividade” – expressão de Iser – , conforme o texto que lhe é dado ler e cujo sentido deverá constituir: o *relato*, mais comprometido com os fatos que incriminaram o narrador; a *história*, sem eliminar o substrato criminal mas também absorvendo procedimentos interpretativos do narrador, os quais relativizam os próprios fatos; já a *peça escrita* e a *narrativa*,

ambas contaminadas pela condição dupla do narrador: de um lado, redigindo um relato sobre suas implicações criminais e, de outro, construindo uma escrita vazada por sua experiência de crítico teatral.

Esses vários desdobramentos textuais em *Um crime delicado* provocam a instabilidade dos significados veiculados pelo narrador no espaço gráfico das travessões, o mesmo abalo tendo desfeito os limites mais rígidos dos parênteses em *Um copo de cólera*. Assim, também o que pretensamente configurava-se como esclarecimento vai perdendo a nitidez, absorvendo propriedades multifocais que se interpenetram, entrecruzando-se, desse modo, relato, narrativa e crítica.

3. Perspectivismo e simulação como estratégias da narrativa

Fazer aflorar a “natureza perspectivística” do tecido narrativo é papel do leitor nas duas obras, papel esse que, conforme definido por Iser (op. cit.: 72), *resulta da interação de perspectivas e se desenvolve na atividade orientada da leitura*.

Em *Um copo de cólera*, vemos configurado um leitor que se vai enredar numa narrativa cuja interação de perspectivas se processa através de um jogo de simulação permanente. Tal qual o narrador – “e eu, sempre fingindo, sabia que tudo aquilo era verdadeiro” – também a narrativa perfaz esse movimento, desdobrando-se numa sucessão de falseamentos.

Imerso nessa alternância de perspectivas, o leitor tem, assim, seu papel definido pelas próprias estruturas do texto, papel esse que consiste em depreender e rearticular as estratégias de argumentação do narrador.

O “saber” do narrador constitui-se perspectiva para dirigir-se ele ao leitor em sua insinuação argumentativa. Sem

dúvida, utiliza-se da argumentação como recurso cênico capaz de viabilizar a “agressão discursiva” que pretende fazer desencadear. Ele, entretanto, não privilegia os argumentos em sua força persuasiva, mas, sim, a argumentação como *representação*. Engendrando um discurso desprovido de lógica argumentativa, leva o leitor a assumi-lo como um pacto que prevê a ruína dos encadeamentos de significado.

Pode-se mesmo dizer que o narrador de Raduan vai em sentido inverso ao da concepção de Perelman (1996: 22) acerca da argumentação como possibilidade de sustentação dos discursos, voltada à construção do auditório. A banalização dos argumentos é levada a tal ponto que o próprio narrador os enuncia não pela sua propriedade de encaminhar os raciocínios ou de *provocar ou aumentar a adesão dos espíritos às teses que se apresentam a seu assentimento* (cf. Perelman, op. cit.: 50), mas como previsibilidades ou combinações do discurso argumentativo. O próprio texto reitera expressões do tipo: “se eu dissesse” “ela haveria de dizer”; “eu poderia dizer” “e ela sem demora concordaria” – enunciados produzidos por esse narrador-ator.

O embate verbal entre o narrador e sua companheira encena a falência da palavra como estratégia de esvaziamento do poder e seus mecanismos de argumentação. O narrador, entretanto, ao destituir os argumentos de qualquer possibilidade de eficácia, através do esvaziamento operacional de seus conteúdos, vale-se de procedimento paradoxal, ou seja, elege a verborragia, palavra excessiva, mas igualmente vazia e estéril que, sem sentido prospectivo, consome-se a si mesma.

Ao contestar a palavra de sua interlocutora, militante de esquerda e feminista, palavra esta sustentada nas ideologias e nos estereótipos – “os mitos do momento”, conforme expressão destacada por Perrone-Moisés (1996: 70), o narrador tenta sobrepor-se às arbitrariedades do poder, valendo-se, entretanto, dos mesmos procedimentos autoritários que simula combater. Desautorizando o discurso ideológico e político, faz do corpo o lugar do esgotamento das possibilidades discursivas; e, em vez da

palavra pretensamente argumentativa, o reverso do verbo, o “berro tresmalhado”, a farsa da argumentação cedendo lugar à encenação do ritual da regressão ao útero.

Tais estratégias de argumentação, no texto de Raduan, informadas pela simulação, garantem o estabelecimento da *assimetria* entre texto e leitor, conforme expressão de Iser (op. cit.: 87), para quem “o não-idêntico é a condição para o efeito que se realiza no leitor como a constituição do sentido do texto”.

No texto de S. Sant’Anna, a argumentação, numa perspectiva inicial, apresenta-se como depoimento do narrador: autodefesa, tentativa de esclarecimento de dados e fatos integrados num contexto que necessita de reconstituição.

Outras perspectivas integrantes das estratégias do texto desestabilizam, no entanto, a perspectiva inicial: o real criado pela ficção; a matéria crítica contaminada pelos acontecimentos; o “real” do quadro ordenando o “real” da realidade; a própria crítica sobrepondo-se ao real, ou seja, os argumentos acionados por esse narrador-crítico sendo os da arte e os da crítica teatral.

O narrador também desdobra-se em outras perspectivas: seja como leitor de si mesmo, escrevendo-se como texto a ser explicado através de argumentos; seja como leitor da personagem feminina, Inês, reduplicando-a como texto a ser investigado através de formulações hipotéticas e/ou interpretativas.

A narrativa em *Um crime delicado*, pretensamente argumentativa, é traída por uma “memória prejudicada” – expressão do próprio narrador – e fracassa como defesa, uma vez que seus argumentos não acionam mais o plano da realidade, mas são absorvidos por um texto tomado como ficção.

Realidade e ficção, sem serem vistas como oposição, passam a contaminar-se reciprocamente, pois, conforme esclarece Iser (p. 102), *se a ficção não é realidade não é porque careça de*

atributos reais, mas sim porque é capaz de organizar a realidade de tal modo que esta se torna comunicável.

Considere-se a interrogação do narrador sobre a própria existência do real: qual “a Inês mais verdadeira”; a suposição de que “não existisse uma Inês verdadeira”; ou mesmo a constatação do real como representação: “A obra de Vitorio, de certa forma, é você mesma, Inês” – afirma o narrador.

A relação entre realidade e ficção, assim considerada por Iser como funcional, perspectiviza tanto o narrador, que deambula do factual para o plano da arte, quanto o leitor, que faz oscilar o eixo da leitura, inserido que está nas estratégias do texto.

Se numa primeira perspectiva, Inês, no plano da realidade, retifica a leitura de vulgaridade ou artifício que o narrador/crítico julga captar na Inês representada no quadro, numa segunda, inversamente, é a arte que absorve a realidade, o espaço da sala em que o narrador e Inês se encontram transfigurado no próprio cenário, ou “mais abissalmente”, conforme diz o próprio narrador, no “interior de um quadro, naturalmente de Vitorio Brancatti”.

Já o leitor, no ato da leitura, busca integrar as perspectivas do texto, cujo sentido, segundo Iser (p. 75), *é apenas imaginável, pois ele não é dado explicitamente; em consequência, apenas na consciência imaginativa do receptor se atualizará.*

Ler o quadro como crítico leva o narrador a questioná-lo como arte, apontando-lhe uma “divergência”, uma “presentificação de uma linguagem suspeita”, conforme enunciado do narrador. Entretanto, essa divergência, embutida no quadro do pintor, não parece também imiscuir-se no texto do crítico? Ou melhor: do narrador-crítico? Também ele não transforma seu “crime delicado” num espaço de incompatibilidades onde interagem relato/criação/crítica, pintor e crítico perspectivando-se para apropriarem-se da realidade? Ou ainda: simulação, perspectivismo, transgressão dos esquemas argumentativos – “divergências” também – não

corresponderiam ao modo de interagirem as estratégias textuais em Raduan Nassar e Sérgio Sant’Anna? A resposta fica com o leitor no ato da leitura, certamente.

Referências Bibliográficas

- ISER, W. (1996). *O ato da leitura: uma teoria do efeito estético*. São Paulo: Ed. 34, vol.1.
- PERELMAN, C. (1996). *Tratado da argumentação*. São Paulo: Martins Fontes.
- PERRONE-MOISÉS, L. (1996). Da cólera ao silêncio. *Cadernos de Literatura Brasileira*, nº 2. SP: Instituto Moreira Salles.
- SUSSEKIND, F. (1996). “Parênteses”. *Idéias*. Rio de Janeiro: Jornal do Brasil, 23/11/96.

NORMAS PARA A APRESENTAÇÃO DE ORIGINAIS

Laços – Revista da Assel-Rio publica artigos científicos, ensaios e debates voltados para a discussão de problemas relativos aos estudos da linguagem. Os trabalhos serão examinados por dois membros do Conselho Editorial (em caso de impasse, por um terceiro), desde que sejam rigorosamente obedecidas as seguintes normas:

- (a) Os artigos, ensaios e debates devem ter extensão máxima de 25 (vinte e cinco) páginas, incluindo notas e referências bibliográficas;
- (b) Os trabalhos devem ser enviados em 3 (três) vias digitadas no programa Word for Windows (qualquer versão) em espaço simples, fonte Times New Roman corpo 10, acompanhadas de disquete devidamente identificado, respeitadas as seguintes formatações:
 - 1. **Configuração da página:** superior (7 cm), inferior (7 cm), interna (5,5 cm), externa (5,5 cm), cabeçalho (1,25 cm), rodapé (1,25 cm), margens em espelho;
 - 2. **Formatação do parágrafo:** 0 cm de adentramento, espaço simples, antes (3 cm), depois (3 cm), alinhamento justificado;
 - 3. **Título:** centralizado e em caixa alta (sem negrito ou itálico);
 - 4. **Nome(s) do(s) autor(es):** três linhas abaixo do título, centralizado, sem negrito, grifo ou caixa alta. Somente uma das cópias deve conter tais informações. Nas demais, *omitir toda e qualquer referência que possa levar à autoria do texto*;
 - 5. **Abstract:** a palavra ABSTRACT, em maiúsculas e negrito, seguida de dois pontos, três linhas abaixo do nome do autor, com extensão máxima de 5 (cinco) linhas, em itálico;

6. **Key Words:** a expressão KEY WORDS, em maiúsculas e negrito, seguida de dois pontos, uma linha abaixo do Abstract, em itálico (máximo de 4 (quatro) key words);
 7. **Texto:** deve ser digitado três linhas abaixo das key words;
 8. **Paginação e cabeçalhos:** não numerar as páginas nem usar cabeçalhos;
 9. **Notas:** Somente em casos de extrema necessidade. Em rodapé e, no menu “Opções”, selecionar “iniciar numeração a cada página”;
 10. **Referências Bibliográficas:** três linhas após o final do texto. Só indicar nas referências as obras que forem citadas ao longo do texto;
 11. **Exemplos:** espaço simples, numerados progressivamente em algarismos arábicos, uma linha acima e uma abaixo do corpo do texto. Não adentrar parágrafos;
 12. **Citações em bloco:** em itálico, com os seguintes recuos: direita (2 cm), esquerda (2 cm), antes (3 pts), depois (3 pts);
 13. **Gráficos, figuras e tabelas:** destacados do corpo do texto com espaço duplo e numerados em romanos, com título centralizado abaixo dos mesmos;
 14. **Exemplificando:** os artigos que compõem este primeiro número podem ser tomados como exemplo para a formatação dos trabalhos a nós encaminhados.
- (c) Os originais não serão devolvidos, mas os autores serão notificados do aceite ou não de seus artigos, bem como das sugestões e/ou comentários do Conselho Editorial;
- (d) Os artigos, ensaios e debates devem ser precedidos de uma lauda contendo: (i) título do artigo e nome do(s) autor(es), (ii) vínculo institucional e titulação do(s) autor(es), (iii) resumo de cinco linhas em português e quatro palavras-chave para indexação;
- (e) Os trabalhos devem ser encaminhados a:

200

Ano 1, vol. 1, n. 1, jan./dez. 2000

LAÇOS – Revista da ASSEL-Rio
UFRJ/Fac. de Letras/Depto de Letras Vernáculas
Sala F-227 – 2º andar
Av. Brigadeiro Trompowsky, s/no. – Cidade Universitária
Ilha do Fundão – Rio de Janeiro – RJ
CEP.: 21.941-050